

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**CULTURAS DE PROTESTO EM PORTUGAL NA IMPRENSA PERIÓDICA
(1968-1970)**

Paulo Rodrigues Ferreira

MESTRADO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

2009

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**CULTURAS DE PROTESTO EM PORTUGAL NA IMPRENSA PERIÓDICA
(1968-1970)**

Paulo Rodrigues Ferreira

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea
orientada pelo Professor Doutor Sérgio Campos Matos

2009

Índice

Resumo.....	4
Abstract.....	5
Agradecimentos.....	6
1. Introdução.....	7
2. Para uma definição de contracultura.....	10
3. Mundo Violento.....	14
4. Portugal, entre tradição e modernidade.....	26
5. Contra a guerra para alcançar a liberdade.....	42
6. Em busca de direitos.....	65
7. Expressões artísticas e Sociedade de Consumo.....	77
8. <i>O Tempo e o Modo</i>: um universo diferente.....	95
9. Conclusão.....	104
10. Fontes e Bibliografia.....	111

Resumo

Seguindo a imprensa para avaliar a recepção da cultura de protesto em Portugal, o presente estudo centra-se na ideia de que os fenómenos contraculturais que decorreram no nosso país em finais da década de 60 foram manifestações que, tendo tido origem no estrangeiro, chegaram a Portugal com uma força que nem um regime que se opunha a valores democráticos podia travar. Para além disso, pretende-se estabelecer pontos de contacto entre os movimentos congéneres nos EUA, em França, no Reino Unido e em Portugal, país que vivia os anos finais de uma ditadura.

Dado que este estudo se baseia na imprensa nacional, importa, não apenas clarificar conceitos como os de «cultura», «contracultura» e «cultura de protesto», mas também tentar interpretar o papel que teve a imprensa periódica na disseminação da cultura (de protesto) no Portugal dessa época. Neste sentido, não se pode deixar de dar relevância às novas (ou velhas) políticas que Marcelo Caetano adoptou para o país e para a imprensa. Se a censura continuou a existir após o afastamento político de Salazar, é necessário explicar de que forma jornalistas, escritores e intelectuais de diferentes áreas foram conseguindo protestar num país que, embora estivesse a passar por um processo de acentuado crescimento económico (como acontecia com muitos dos países democráticos ocidentais), não garantia as liberdades individuais de expressão.

Palavras-chave: Contracultura, cultura de protesto, liberdade, paz, violência, guerra, direitos.

Abstract

Focusing on the Portuguese press to understand the reception of foreign counterculture in Portugal, this study argues that the countercultural movement of the late 60s in our country, although it had its origins abroad, hit Portugal with such strength that not even (or specially) a regime opposed to democratic values could face. Furthermore, it attempts to understand the similarities between counterculture movements in democratic countries like the U.S., France, the UK, with the Portuguese, unique in the sense that it grew in the final days of a dictatorship.

Since this study is based on the national press, it's not only important to clarify concepts such as 'counterculture' and 'culture of protest', but also to try to interpret the role that the press had in the regular dissemination of (protest) culture in Portugal of the time. In this sense, one cannot stress enough the importance of new (or old) policies that Marcelo Caetano adopted for the country and the press. If censorship continued to exist after the political removal of Salazar, one must explain how journalists, writers and intellectuals from different fields were able to protest in a country that, although going through a process of accentuated economic growth (much like the democratic countries of the West), failed to recognize individual freedom of expression rights.

Keywords: Counterculture, culture of protest, freedom, peace, violence, war, rights.

Agradecimentos

Sem a ajuda e a amizade do Professor Doutor Sérgio Campos Matos, meu orientador, o presente trabalho teria ficado com uma qualidade inferior. Não posso deixar de ficar-lhe agradecido por ter tido paciência e generosidade para me ensinar a crescer intelectualmente. Devo, de igual modo, agradecer ao Professor Doutor António Matos Ferreira, pelos livros que me emprestou, pelas conversas, pelo convívio e, especialmente, por me ter apelidado, em certa ocasião, de amigo. Resta agradecer à Sara Rodrigues, minha namorada e companheira do dia-a-dia, por me ajudar sempre, e ao Bruno Alves, amigo de longa data.

1. Introdução

Vivendo em ditadura desde 1926, Portugal não tinha o grau de abertura dos países onde se iniciara a contracultura dos anos 60. Em Setembro de 1968, quando Marcelo Caetano substituiu António de Oliveira Salazar como Presidente do Conselho de Ministros, pensou-se que o país poderia mudar. Durante a chamada Primavera Marcelista (1968-1970), sucederam-se várias medidas governativas que tinham em vista a abertura do regime. Todavia, não vivendo em liberdade, os estudantes portugueses não se podiam manifestar do mesmo modo que os alunos franceses de Nanterre e da Sorbonne. Não existiam marchas até ao Pentágono em Lisboa, nem negros que lutassem pelos seus direitos. O que havia em Portugal era, acima de tudo, um regime fechado que não dava verdadeira liberdade de expressão aos seus habitantes. Paralelamente à guerra do Vietname, existia a guerra em África. Manifestando-se contra os americanos no Vietname, os estudantes portugueses erguiam as suas vozes contra a guerra colonial em Moçambique, em Angola e na Guiné. Poder-se-ia, então, afirmar que, numa sociedade encoberta como a portuguesa, a contracultura revelou-se diferente da do estrangeiro. Lutava-se contra a censura. Se a juventude francesa que fizera o Maio de 68 era burguesa, abastada, filha de ricos, e por isso interessada em temáticas como a libertação sexual, em Portugal havia uma primeira barreira a ultrapassar: a ditadura. Se, como diria Eduardo Lourenço, o Maio de 68 constituíra um ataque contra a burguesia e contra o Partido Comunista Francês, em Portugal, embora também cada vez mais desligados de um «mito reverencial que outrora funcionava sem falhas em relação a tudo quanto dizia respeito à experiência soviética tomada como modelo»¹, os estudantes lutavam contra o Estado Novo.

O presente estudo tem como objectivo o de encontrar e interpretar pontos de rotura com a norma, isto é, com a tendência para a uniformização ideológica imposta pela ditadura na imprensa nacional durante os anos de abertura de Marcelo Caetano². É indispensável tentar entender as formas como pequenas elites (jornalistas, críticos, escritores, músicos, cinéfilos, entre outros que colaboravam na imprensa) conseguiam

¹ Eduardo Lourenço, *Cultura e Política na Época Marcelista*, Lisboa, 1996, p. 74.

² No estrangeiro, estes anos foram marcados pelos protestos contra a Guerra do Vietname.

espalhar mensagens que escapavam em muito às veiculadas por um regime que, ao mesmo passo que evoluía economicamente como os países onde a chamada abundância tinha mais impacto, vivia carenciado dos mais fundamentais direitos individuais³. Enfatizando os conceitos de juventude, democracia, liberdade ou revolução, far-se-á, através da análise da imprensa mais adepta da mudança política, cultural e mental (como eram os casos do *Diário de Lisboa*, da *Flama*, da *Seara Nova* ou da *Vértice*), da imprensa católica embalada pelo espírito do Concílio Vaticano II para o protesto político⁴ (como *Voz Portucalense*, *Encontro*, *Cadernos GEDOC*), da imprensa moderada, partidária de Marcelo Caetano (*Diário Popular*, *O Século*, *A Capital*, etc.), da imprensa que defendia o Estado Novo (como o *Diário de Notícias*, *A Voz* ou *Diário da Manhã*), ou de uma publicação da dimensão de *O Tempo e o Modo*, um esforço para ver como, em diferentes atitudes, se tentava (ou não) alcançar a liberdade na imprensa portuguesa.

Na análise à imprensa, dever-se-á ver como se posicionavam os periódicos em relação ao Estado Novo, a Marcelo Caetano, às guerras em África e no Vietname, ao Maio de 68, à Primavera de Praga ou à luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. Tentar-se-á, de igual modo, entender de que modos os artistas portugueses, protestando contra a sociedade de consumo, encontravam correspondência com artistas estrangeiros.

Refira-se que o interesse por estas temáticas advém da necessidade de dar resposta a algumas questões, das quais se podem destacar as seguintes: por que motivos o protesto contra o marcelismo ou contra a guerra colonial se revia no protesto contra Nixon e contra o conflito no Vietname? Quais os paralelismos entre a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e a luta pelos mesmos direitos em Portugal? O que levou a que milhares de estudantes por todo o mundo se manifestassem, não só por uma universidade nova, mas pela paz, pelo fim da violência, pela democracia participativa? A palavra liberdade esconde-se por detrás de todas estas questões.

Para chegar a este trabalho, foi necessário conhecer o que publicaram outros autores que se dedicaram ao estudo das culturas de protesto em Portugal. Um dos primeiros a escrever sobre a crise académica de 1969 foi Celso Cruzeiro, num livro intitulado *Coimbra, 1969, A Crise Académica no debate das ideias e a prática, ontem e*

³ Malcolm Gladwell, *The Tipping Point*, Nova Iorque, 2002.

⁴ É de lembrar que, ao contrário de países como os Estados Unidos, onde a religião mais influente não era a católica, em Portugal esta imprensa teria muito relevo.

hoje (1989). O grande valor desta obra advém do facto de ter sido escrita por alguém que viveu os acontecimentos. Mais recentemente, Cruzeiro publicou *A Nova Esquerda Política, Raízes teóricas e horizonte político* (2008), uma obra na qual se pretende, já não abordar questões como as crises académicas, mas dar respostas para a construção de uma nova esquerda no Portugal do presente.

O livro coordenado por Maria Cândida Proença, *Maió de 1968: trinta anos depois* (1999), com contribuições de autores como Fernando Rosas, José Medeiros Ferreira ou José Miguel Sardica, reflecte sobre o impacto do Maio de 68 em Portugal e sobre os movimentos estudantis. A tese de mestrado em História das Ideologias e Utopias Contemporâneas, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, de Miguel Cardina, intitulada *A politização do meio estudantil coimbrão durante o marcelismo* (2005), centra-se no estudo das crises académicas coimbrãs entre 1968 e 1974. Rui Bebiano, orientador da tese anteriormente referida, é nome central no que se refere ao estudo da cultura de protesto em Portugal. Sobre a contestação académica, publicou, com Elísio Estanque, *Do Activismo à Indiferença: movimentos estudantis em Coimbra* (2007). A presente tese não tem relação directa com as obras anteriormente citadas. Apesar de não desvalorizar a história dos movimentos de protesto estudantil, tem como principal preocupação o estudo da imprensa periódica nacional (o *Diário de Lisboa*, o *Diário Popular*, *O Século*, etc.) e de província (o *Notícias da Amadora*, o *Comércio do Funchal*, o *Jornal do Fundão*, etc.). *O Poder da Imaginação – Juventude, Rebelião e Resistência nos Anos 60* (2003), de Rui Bebiano, é o livro que, em termos de publicações nacionais, exerce maior influência sobre este estudo. Bebiano tenta fazer uma análise dos anos 60 (nos Estados Unidos e na Europa), focando a música, o cinema e a literatura, sem esquecer questões como a guerra do Vietname ou o Maio de 68. Tal como na referida obra, tentar-se-á aqui dar uma visão global deste período, sem nunca deixar de olhar para a imprensa nacional.

Apesar de distante deste mundo da contracultura, destaque-se *Marcello Caetano: Poder e Imprensa* (2006), de Ana Cabrera, uma obra relevante para este trabalho, não só por analisar uma figura ainda não totalmente explorada, como Marcelo Caetano, mas também por estudar detalhadamente a imprensa portuguesa no tempo do marcelismo

(formas de funcionamento, dimensões de cada periódico, preços, conotações políticas de cada um, etc.).

2. Para uma definição de contracultura

Sem fronteiras bem delimitadas, podendo significar cultura marginal ou cultura de protesto⁵, o conceito de contracultura surgiu durante a década de 60 nos Estados Unidos, tendo alastrado rapidamente a países da Europa, tais como a Inglaterra, a Alemanha ou a França, e caracterizou-se por uma reacção de revolta contra os valores instituídos na sociedade e contra os males da civilização⁶. Tendo em vista a implementação de uma forma de vida utópica, a contracultura, prática simbólica de rotura⁷, de quebra com o *establishment* político vigente, incluía, não apenas o protesto contra a guerra do Vietname, mas a luta dos negros pelos direitos civis, o feminismo, os direitos dos homossexuais, a luta contra as velhas estruturas hierárquicas das universidades e a exploração de novas fronteiras no domínio sexual. Segundo Theodore Roszak, contracultura era uma cultura de jovens universitários a lutarem contra os velhos, criadores de uma sociedade tecnocrática, científica, totalitária, a qual considerava que as necessidades dos homens estavam todas relacionadas com o conforto material⁸. Em nome da contracultura, os jovens universitários, as feministas, os negros, os hippies, os *beatnicks* e todos quantos se sentissem revoltados contra o mundo do consumo e da tecnologia, dever-se-iam aliar para combaterem radicalmente.

A contracultura defendia que não havia beleza na sociedade americana: apenas desprezo para com as minorias, os dissidentes, os estudantes e os hippies. Não podia existir patriotismo num país que defendia a morte, a destruição. Uma das bandas mais influentes da década, os Grateful Dead, divulgava a ideia de que, numa sociedade que rejeitava quaisquer valores humanos, a solução residia nas drogas. A droga constituía uma possibilidade de fuga. Nascido na Grã-Bretanha em 1894, cego a partir dos dezasseis, Aldous Huxley, autor de *Brave New World* (1932), lera, em 1953, um artigo de

⁵ Padre Manuel Antunes, «Contracultura», *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, SJ, Tomo I, Theoria: Cultura e Civilização*, vol. IV, Lisboa, 2007, p. 77.

⁶ Id., *Ibidem*.

⁷ João Barrento, *A espiral vertiginosa*, Lisboa, 2001, p.49.

⁸ Theodore Roszak, *Para uma Contracultura*, Lisboa, 1971, p.31.

um psiquiatra canadiano, Humphry Osmond, sobre o uso de uma nova droga, a LSD⁹. Huxley escreveu sobre esta droga em *The Doors of Perception* (1954) e em *Heaven and Hell* (1956). A 22 de Novembro de 1963, horas depois do assassinato de Kennedy em Dallas, doente terminal de cancro, Huxley morreu de overdose devido a uma injeção de LSD. Os hippies tomavam drogas alucinogénias como esta ou como a mescalina ou a marijuana. Em 1967, quando saiu o álbum *Sargent Pepper's Lonely Hearts Club Band*, o próprio Paul McCartney admitiu ter tomado LSD¹⁰. Entre 1963 e 1965, Timothy Leary, do centro de investigação da personalidade de Harvard, administrou três mil e quinhentas doses de psilocibina a cerca de quatrocentos estudantes até iniciar a administração de LSD. Expulso da universidade, Leary partiu para o México onde criou o «centro de treino psicadélico» e, quando se previa a sua detenção pela polícia mexicana, um milionário chamado William Hitchcock doou-lhe um castelo em Millbrook, no estado de Nova Iorque.

O grande teórico da contracultura foi Herbert Marcuse. Ligado à Escola de Frankfurt durante os anos 20 e 30, Marcuse, judeu germano-americano, seguiu o existencialismo de Heidegger na Alemanha, aprofundou os estudos sobre Hegel e Marx e seguiu o método fenomenológico de Husserl. A quebra de Marcuse com Heidegger deu-se quando este se envolveu com o Nacional-socialismo. Através do Instituto de Frankfurt para a Pesquisa Social, partiu para Genebra e depois para Columbia, em Nova Iorque, onde começou a desenvolver uma teoria crítica da sociedade.

Primeiro em *Eros e Civilização* (1955), onde se ocupou do indivíduo, depois em *O Homem Unidimensional* (1964), onde se ocupou da sociedade, a temática de Marcuse foi a mesma: a repressão como realidade e a utopia como promessa. Dentro de uma concepção que via a racionalidade tecnológica a colonizar o quotidiano, o seu argumento central era o de que, na sua sede de criar abundância material, o aparelho industrial dominava e regulava cada vez mais a conduta humana. O homem era cada vez mais dominado pela máquina. Para viver em sociedade, suprimia-se Eros (prazer, sexualidade) e vivia-se em não-liberdade. A mecanização do universo tecnológico quebrava com a privacidade e a liberdade, juntando a sexualidade e o trabalho numa palavra:

⁹ Sintetizada no laboratório Sandoz na Suíça, em 1943, por Albert Hofmann, que inalara acidentalmente a substância que alterava as qualidades da mente.

¹⁰ Terry H. Anderson, *The Movement and the Sixties*, Oxford, 1995, p.251.

automatismo¹¹. Ao não se liberalizar na sexualidade, a revolta instintiva dos homens transformava-se em rebelião política¹². Marcuse defendia que a sociedade podia entregar-se a um alto grau de libertação pulsional (autodeterminação do indivíduo) sem comprometer o progresso. A direcção básica da libertação residia na recuperação de grande parte da energia pulsional desviada para o trabalho alienado¹³. A libertação significava subversão contra os interesses predominantes na maior parte das pessoas (o apego aos bens de consumo, por exemplo). A ruptura só se verificava mediante uma revolução guiada pela necessidade que tinham os homens de se libertarem da produtividade destrutiva da sociedade exploradora¹⁴.

Não sendo uma força revolucionária, o movimento estudantil poderia constituir, no entanto, o fermento de esperança nas metrópoles capitalistas dominadoras e inflexíveis. As exigências educacionais haviam levado o movimento para fora das universidades, para as ruas, para os bairros de lata, para a comunidade¹⁵. Em *O Homem Unidimensional*, Marcuse mostrou que os problemas do movimento radical emergente não se concentravam apenas na Universidade ou no Vietname. O problema era todo o sistema. Nesse sentido, a aparição de uma grande frente de protesto, a *New Left*, dando ênfase a uma nova moralidade sexual, à libertação das mulheres, à luta contra as condições materiais impostas pelo sistema capitalista, representava precisamente a emergência da autodeterminação como princípio de reconstrução da sociedade¹⁶. E aqui se chega a outro ponto importante no esquema do filósofo: não havendo já uma classe trabalhadora que conseguisse assegurar a transformação para o socialismo, deviam ser os estudantes e outros grupos minoritários, como os negros nos Estados Unidos, a adquirirem consciência de transformação radical da sociedade¹⁷.

Deste modo, assistia-se à necessidade da «Grande Recusa»¹⁸ (o protesto, a negação) como requisito necessário para o regresso ao prazer¹⁹. A arte era uma boa

¹¹ Herbert Marcuse, *One-Dimensional Man*, Boston, 1991, p.27.

¹² Id., *Um Ensaio para a Libertação*, Amadora, 1977, p. 23.

¹³ Id., *Marcuse Polémico*, Lisboa, 1969, p. 110.

¹⁴ Id., *Idem*, p. 34.

¹⁵ Id., *Idem*, p. 87.

¹⁶ Id., *Counterrevolution and Revolt*, Boston, 1972, p. 17.

¹⁷ Id., *Idem*, p.55.

¹⁸ Padre Manuel Antunes, *Op.Cit.*, p. 468.

¹⁹ Herbert Marcuse, *One-Dimensional Man*, p. 145.

ferramenta para combater a violência praticada pelo *establishment*. A dimensão estética repelia a brutalidade do real. Conjugando a arte com a revolução, Marcuse defendia o esforço para encontrar formas de comunicação artísticas que pudessem quebrar o domínio opressivo da linguagem estabelecida e das imagens que oprimiam o corpo humano. A esse esforço deu o nome de comunicação dos não-conformados. A linguagem dos oprimidos. E como se processaria a revolução? Através do sonho. O sonho precisava de se tornar força política. Por virtude de uma forma estética, a obra criava o seu próprio universo de seriedade, que não era o da realidade existente, mas a sua negação. Para o já citado Roszak, o principal propósito de Marcuse era o de assimilar Freud à tradição hegeliano-marxista e, dessa forma, transformar a vida política real²⁰.

Em Portugal, *Maio e a Crise da Civilização Burguesa* (1970), do historiador da cultura António José Saraiva²¹, em evidência em grande parte dos jornais oposicionistas da época, especialmente no *Comércio do Funchal*, é um documento merecedor de atenção. Investigador no *Centre National de Recherche Scientifique* de Paris, desde 1961, António José Saraiva expõe nesta obra, para além dos apontamentos diários de João Cândido, um «observador marginal» dos acontecimentos do Maio de 68, a sua explicação para a crise do mundo industrial burguês. Afirmava o autor que, se na Idade Média, a burguesia (mercadores, artesãos, etc.), concedendo importância ao dinheiro, ao esforço e ao tempo, tinha uma mentalidade que correspondia a uma moral cujo princípio fundamental era a liberdade individual de trabalhar e de ganhar reconhecimento através da moeda, da contabilização da vida (*time is money*)²², o burguês do nosso tempo, encaixado na classe média, cada vez mais indistinguível do operariado, já não possuía o capital, antes o servia. O resultado desta perda de poder da burguesia era duplo: por um lado, a estatização dos meios de produção, o assalariamento em massa de pessoas que antigamente trabalhavam por conta própria, por outro lado, com a proletarianização crescente da burguesia, dava-se origem a uma «colectividade de solidões», à robotização dos funcionários nas fábricas²³.

²⁰ Theodore Roszak, *Op. Cit.*, p.110.

²¹ Por esta época, já António José Saraiva se distanciara do marxismo.

²² António José Saraiva, *Maio e a Crise da Civilização Burguesa*, Lisboa, 2005, p. 15.

²³ Id., *Idem*, p.23.

Concluía António José Saraiva que, no mundo de então, existiam culturas não burguesas, isto é, culturas que estavam livres da crise. Mas essas culturas apenas existiam fora dos países industrializados, entre os povos camponeses: «A civilização camponesa é actualmente o único foco de resistência ao aburguesamento geral do mundo»²⁴. Num mundo padronizado, só os camponeses, com as suas culturas centenárias, sabiam dar marcha a verdadeiras revoluções. Prova disso eram os guerreiros vietnamitas que, «caminhando a pé, com um saco de arroz às costas, paralisam a cavalaria montada em helicópteros dos homens mais tecnicizados e mais bem alimentados do mundo»²⁵. Como os camponeses, os estudantes do Maio de 68 haviam caminhado em direcção à revolução cultural, lutando contra as instituições, contra os hábitos, contra a imposição mecânica, contra os valores estabelecidos, contra falsos humanismos, contra a ciência, contra a tecnologia, a favor dos costumes e tradições de cada povo²⁶.

3. Mundo violento

A década de 50 foi de abundância, palavra popularizada pelo economista J.K.Galbraith no seu *best-seller* de 1958, *The Affluent Society*. O progresso tecnológico e científico gerara uma vida de abundância material, não apenas nas grandes elites, mas em grande parte da população. Nos Estados Unidos da América, as mentalidades já não se relacionavam com a ética protestante do século XIX, de escassez, de empreendimento, de sacrifício individual, de quase abstinência²⁷. Desenvolvera-se um consenso no que se refere a um novo espírito consumista. Se na tradicional ética burguesa, o trabalho havia sido considerado a única recompensa e a saúde um sinal de virtude contra a miséria, na era da abundância, olhava-se para a realização pessoal como objectivo máximo²⁸. Harold Wilson, primeiro-ministro da Inglaterra entre 1964 e 1970, propunha um mundo altamente inovador, falava de revolução tecnológica. Através da tecnologia, abolir-se-ia a

²⁴ Id., *Idem*, p.28.

²⁵ Id., *Idem*, p.30.

²⁶ Id., *Idem*, p.69.

²⁷ Popularizada por Max Weber, esta expressão referia-se a um imperativo religioso para trabalhar arduamente, gastar pouco e procurar salvação individual.

²⁸ Brink Lindsey, *The Age of Abundance: how prosperity transformed America's politics and culture*, Nova Iorque, 2008, p.66.

pobreza. Com ele, deixaria de existir uma sociedade liderada por classes altas. Esta crença no progresso teve como corolário o dia 24 de Dezembro de 1968, no qual o *Apollo 8* chegou à lua – e com o *2001: Odisseia no Espaço* (1968), realizado por Stanley Kubrick e escrito em parceria com Arthur C. Clarke.

O grande fenómeno social após 1945 foi o *baby boom*. Em 1957, no pico desta explosão demográfica, nasceram quase quatro milhões e meio de americanos, algo nunca visto antes ou depois²⁹. Nos anos 60, tempo em que todos estes nascimentos resultantes da explosão demográfica começaram a atingir a idade adulta, deu-se um afastamento entre pais e filhos: os primeiros, educados na dureza e em valores tradicionalistas, os segundos, os chamados *baby boomers*, criados na abundância. A este afastamento se deu o nome de *generation gap*³⁰.

Para o desenvolvimento da imagem de um mundo jovem, consumista, contribuiu um novo liberalismo associado ao americano John F. Kennedy. Em 1960, quando ganhou as eleições frente a Richard Nixon, antigo vice-presidente de Dwight Eisenhower, tornava-se, com quarenta e três anos, o mais novo presidente americano de sempre³¹. Contudo, com fracassos como o ataque à Baía dos Porcos (1961), com o compromisso americano-soviético para neutralizar o Laos (1962) ou com a Crise Cubana dos Mísseis (1962), a sua eficácia acabou por ficar mais relacionada com o poder da mensagem «jovem» e «cosmopolita» do que com a realidade política.

O protesto dos anos 60 era uma espécie de raiva contra a autoridade em todas as suas formas. A *New Left*, ou Nova Esquerda, marcada pela recusa do imperialismo americano e soviético, surgiu nos Estados Unidos através do sociólogo C. Wright Mills, da *Students for a Democratic Society* (SDS)³², e de outras organizações posteriores, tais como o *Youth International Party*, fundado por estudantes como Abbie Hoffman, Paul Krassen ou Jerry Rubin em Dezembro de 1967³³. Por outro lado, a Revolução Cultural

²⁹ Id., *Idem*, p.82.

³⁰ Hiato geracional.

³¹ W.J. Rorabaugh, *Kennedy and the Promise of the Sixties*, Cambridge, 2002, p.12.

³² Estudantes por uma Sociedade Democrática. Fundada em 1959 com o objectivo de pôr fim aos testes nucleares, *Student Peace Union* (União dos Estudantes pela Paz) transformou-se, com a proibição destes testes em 1963, em *Students for a Democratic Society* e passou a lutar pela paz, contra o racismo, contra a pobreza e contra a exploração. Em 1962, a SDS proclamou os seus princípios no *The Port Huron Statement*, escrito por Tom Hayden, antigo editor do *University of Michigan Daily*.

³³ Partido Internacional da Juventude.

Chinesa (1966), a Revolução Cubana (1959) e as lutas anti-coloniais em África e na Ásia levaram a que se pensasse que existiam outras estratégias de revolução e outros grupos sociais que se podiam tornar agentes revolucionários, para além do proletariado industrial³⁴. Os estudantes, as mulheres, os negros e os activistas contra a Guerra do Vietname, tanto nos Estados Unidos como na Europa, foram-se mobilizando para apoiarem o Terceiro Mundo. O arranque efectivo deste movimento deu-se, aliás, com a aparição no panorama internacional do homem que estimulou o entusiasmo radical dos jovens americanos nos anos 50: Fidel Castro. O maoísmo, a adoração do mito de Che Guevara e as viagens a Cuba tornaram-se obrigatórias para todos os jovens esquerdistas. O guevarismo esteve bem presente, não apenas em obras de autores singulares, como *Revolução na Revolução* (1967), de Régis Debray³⁵, mas também, por exemplo, no seio dos movimentos de protesto contra o Vietname.

Pegando nos escritos de Marx sobre a alienação, a *New Left* era uma esquerda que não se afirmava liberal, nem comunista, nem capitalista, nem anti-comunista: «O indivíduo precisava de ser libertado da tirania do colectivo, através de um novo socialismo comunitário e sexual»³⁶. Contra o trabalho (aparecia o *homo ludens*, livre de viajar por todo o lado), recusando uma vida rotineira, tendo como tema central a rebelião, a juventude acreditava num futuro melhor³⁷.

Sobressaíram os ataques à sociedade de consumo. Exemplos disso eram as obras artísticas da *Pop Art*: imagens com palavras simples (*Love, Eat, Die*), figuras femininas com carga erótica, tiradas de banda desenhada. Demonstrando desprezo pelos materiais, Andy Warhol procurava a repetição, a simplificação, representava imagens de Hollywood, de filmes, da comunicação social, de publicidade, de actores, utilizava a garrafa de Coca-Cola ou as sopas Campbell³⁸.

³⁴ Geraldine Skinner, «New Left», *Oxford, Concise Dictionary of Politics* (dir. Iain McLean), Oxford, 1996, p.341.

³⁵ Este jornalista e filósofo nascido em 1940, manteve laços de amizade com Fidel Castro e com Che Guevara, tendo chegado a ser preso num movimento de guerrilha na Bolívia, em 1967.

³⁶ Rui Bebiano, *O Poder da Imaginação – Juventude, Rebelião e Resistência nos Anos 60*, Coimbra, 2003, p.51.

³⁷ Id., *Idem*, p.71.

³⁸ O mesmo se diria de outros artistas, tais como Roy Lichtenstein, Jim Dine, Robert Indiana, Jasper Johns, Yves Klein, Robert Rauschenberg, Larry Rivers, Mel Ramos ou Tom Wesselmann, os quais se orientavam por um cepticismo em relação ao sujeito, por uma desumanização do homem no espaço artístico. Ver Matei Calinescu, *As 5 Faces da Modernidade*, Lisboa, 1999.

Surgiram novos escritores inspirados nos *beat*. Em 1956, Lawrence Ferlinghetti, dono da City Lights Books, publicou *Howl*, do poeta homossexual convertido ao budismo Allen Ginsberg, dando início a um período no qual a chamada *beat generation*, embrenhada num mundo diletante que, misturando a libertinagem sexual, as drogas, o jazz e a literatura, teve enorme relevo na divulgação da descrença no sucesso de uma sociedade que defendia a primazia da tecnologia³⁹.

A música tornou-se revolucionária. Bob Dylan era figura endeusada. Nascido Robert Zimmerman, crescera em Hibbing, Minnesota. Com dezanove anos, após alguns meses na Universidade do Minnesota, admirando o estilo de vida diletante do cantor folk Woody Guthrie, mudou-se para a Greenwich Village, em Nova Iorque, passando a chamar-se Bob Dylan. Abordando temáticas como a guerra («*Masters of War*»), os direitos civis («*Blowin' in the Wind*»), a prisão («*The Wall of Red Wing*»), a injustiça («*The Lonesome Death of Hattie Carrol*»), a revolução («*When the Ship Comes In*»), a moral Americana («*With God On Our Side*»), ou a necessidade da paz («*A Hard Rain's A-Gonna Fall*»), as suas músicas inspiraram milhares de jovens em protesto contra uma realidade que consideravam asfixiante⁴⁰.

A evolução do papel das mulheres, cada vez mais influentes na sociedade, foi determinante para que o protesto dos anos 60 tivesse ganho dimensão. Saturadas dos seus tradicionais papéis de namorada, de mãe, de dona de casa, as mulheres começaram a falar de igualdade em relação ao sexo masculino, de divórcio, de métodos contraceptivos, de aborto. A 7 de Setembro de 1968, em Atlantic City, Nova Jérquia, cerca de cem mulheres, pertencentes a um grupo chamado *The New York Radical Women*⁴¹, invadiram a passareira onde desfilaria a futura Miss América e coroaram uma ovelha. Se antes deste acontecimento, o movimento havia estado mais ligado às mulheres que desejavam votar, agora, feministas como Margaret Sanger defendiam que, para não perderem as suas

³⁹ *On the Road*, do católico e bissexual Jack Kerouac, foi publicado em 1957. Em 1961, a Grove Press publicou *Tropic of Cancer*, de Henry Miller e, mais tarde, *Naked Lunch*, de William Burroughs, escritor que, a 6 de Setembro de 1951, na Cidade do México, matou a sua companheira Joan Vollmer, ao tentar acertar com uma bala num copo pousado em cima da cabeça dela. Em 1961, Joseph Hellner tornou público *Catch-22* e, um ano depois, Rachel Carson publicou *Silent Spring* e Ken Kesey *One Flew Over the Cuckoo's Nest*. Surgiram livros que abordavam directamente a homossexualidade, como *Advise and Consent* (1959), de Allen Drury, e *Another Country* (1962), de James Baldwin.

⁴⁰ W.J. Rorabaugh, *Op. Cit.*, p. 187.

⁴¹ Mulheres Radicais de Nova Iorque.

carreiras, as mulheres deviam usar a pílula (comercializada a partir de 1960 e de 1962 nos Estados Unidos e em Portugal, respectivamente). Em Janeiro de 1968, Muriel Siebert foi a primeira mulher a sentar-se na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Em 1963, ano em que a estilista britânica Mary Quant difundiu a mini-saia, Betty Friedan publicou *The Feminine Mystique*. Acreditava esta autora que as mulheres, para além de necessitarem de uma carreira profissional, deviam centrar-se na auto-satisfação, na busca da felicidade. O erotismo ganhou relevo. Em 1953, no fim da Guerra da Coreia, Hugh Hefner fundou a *Playboy*, com Marilyn Monroe na capa. Três anos depois, das mãos de Grace Metalious saiu o *best-seller Peyton Place*. Em 1962, apelando ao sexo sem marido, Helen Gurley Brown tornou conhecido *Sex and the Single Girl*. Já a revista *Penthouse* começou a sair para as bancas em 1969. Documento indispensável para a época foi *The Female Eunuch* (1970), de Germaine Greer. Advogava Greer que a mulher se devia libertar do seu papel de eunuco, de castrada sexual, de objecto de prazer dos homens, e do casamento, criado pela arrogância masculina para aprisionar uma felicidade feminina que não podia encontrar esperança alguma na fidelidade conjugal, na doçura do lar⁴².

Nos começos da década de 40, o sueco Gunnar Myrdal, director do Banco Nacional da Suécia, professor na Universidade de Estocolmo (e futuro Nobel da Economia em 1974, juntamente com Friedrich Hayek), partiu para os Estados Unidos como o intuito de publicar um estudo sobre a supremacia dos brancos no Sul. Desse esforço resultaram *Contact with America* (1941) e *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy* (1944)⁴³. Estas obras vieram a influenciar a decisão do Supremo Tribunal de Justiça Americano no caso *Brown vs Bond* (1954), o qual tornou ilegal a segregação racial nas escolas públicas. A grande contribuição de Myrdal foi dizer que a luta pelos direitos civis era, antes de mais, uma luta moral e que dessa luta dependia o futuro da nação.

Na década de 60, a maior parte dos negros americanos vivia no Sul. As cidades do Sul tinham hotéis, restaurantes, casas-de-banho, autocarros, nos quais negros e brancos tinham lugares separados. Menos de 1% das crianças negras do Sul estava em escolas públicas com crianças brancas. Várias cidades afastavam os negros das urnas de voto. No

⁴² W.J. Rorabaugh, *Op. Cit.*, p.365.

⁴³ Gene Roberts e Hank Klibanoff, *The Race Beat: The press, the Civil Rights Struggle and the Awakening of a Nation*, Nova Iorque, 2006, p. 7.

Norte, não havia sinais com *Whites Only* mas a segregação não era menos real. Os negros estavam praticamente afastados da economia da nação. Os rendimentos médios dos negros eram metade dos rendimentos dos brancos. O desemprego entre os negros era o dobro do desemprego branco⁴⁴.

O movimento pelos direitos civis começou a 1 de Dezembro de 1955, quando rebentou um boicote em Montgomery, Alabama, após a activista negra Rosa Parks, membro da *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP)⁴⁵, ter sido presa por não ter cedido o seu lugar no autocarro a um branco. Na luta pelos direitos civis, o nome de Martin Luther King é decisivo. Nascido em Atlanta, casado com Coretta Scott, Luther King conhecia bem o sistema de segregação. Desde 1954 a exercer o pastorado em Dexter, Alabama, baseava a sua crença política numa expressão de Gandhi: *Satyagraha* (*Satya*: verdade que equivale a amor; *Agraha*: força). Acreditava na força do amor, isto é, numa força que convertesse os homens de forma não-violenta⁴⁶. Se, após a prisão de Parks, Luther King fora eleito chefe do grupo de protesto *Montgomery Improvement Association* (MIA)⁴⁷, em Fevereiro de 1957, tornou-se líder da *Southern Christian Leadership Conference* (SCLC)⁴⁸.

A 1 de Fevereiro de 1960, quatro estudantes negros sentaram-se numa zona para brancos de um estabelecimento chamado *Wordsworth* mas a empregada recusou-se a servi-los. Os estudantes ficaram sentados em protesto até o estabelecimento fechar. Este acontecimento ficou conhecido como o *sit-in*⁴⁹ de Greenboro. Em 1961, a *Students Nonviolent Coordinating Committee* (SNCC)⁵⁰ que, à semelhança da SCLC, convidava os negros à não-violência pela democracia, dizendo que não devia existir hierarquia entre os líderes e a multidão⁵¹, inventou as *Freedom Rides*, nas quais os negros entravam nos autocarros e se sentavam nas zonas reservadas a brancos⁵². A 28 de Agosto de 1963, deu-

⁴⁴ Drew D. Hansen, *The Dream: Martin Luther King Jr., and the Speech that Inspired a Nation*, Nova Iorque, 2003, p.4.

⁴⁵ Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor.

⁴⁶ Martin Luther King, *The Autobiography of Martin Luther King, Jr.*, Nova Iorque, 1999, p.23.

⁴⁷ Associação para o Desenvolvimento de Montgomery.

⁴⁸ Conferência da Liderança Cristã no Sul.

⁴⁹ Os protestantes ficavam sentados até os estabelecimentos fecharem.

⁵⁰ Comité de Coordenação dos Estudantes Não-violentos.

⁵¹ Meta Mendel-Reyes, *Reclaiming Democracy: the sixties in politics and memory*, Nova Iorque, 1995, p.34.

⁵² Mark Kurlansky, *1968: The Year that Rocked the World*, Toronto, 2005, p. 88.

se um dos pontos mais altos da carreira de Luther King: o célebre discurso do *I Have a Dream*, em Washington, com cerca de duzentas e cinquenta mil pessoas na plateia. Em 1963, Luther King teve ainda outro momento de grande protagonismo: em Birmingham, uma das cidades americanas mais racistas, lançou o Projecto C (de Confronto), contra os brancos da cidade que não davam empregos a negros e também contra o violento Comissário da Polícia Bull Connor. King acabou preso e a receber o apoio do presidente John F. Kennedy⁵³.

O ano de 1964 foi de novos começos. Os Beatles chegaram à América. O Democrata Lyndon Johnson venceu nas eleições o conservador Senador do Arizona, Barry Goldwater. Luther King recebeu o Nobel da Paz. O *Civil Rights Act* foi aprovado. O *Freedom Summer*, organizado por Bob Moses da SNCC, com o objectivo de recensear milhares de negros do Sul, chamou jovens universitários brancos do norte para o fazerem. Entre esses brancos estava Mario Savio, estudante de Berkeley e fundador do *Free Speech Movement*⁵⁴. Mas a violência voltou. A 21 de Fevereiro de 1965, Malcolm X⁵⁵, ou El-Hajj Malik El-Shabazz, nome adoptado após se ter convertido ao islamismo, defensor da inclusão de métodos radicais e violentos na luta pelos direitos civis, foi assassinado no Harlem. A 25 Março, uma enorme Marcha de Selma até Montgomery acabou por ter como consequência o *Voting Rights Act*. O ano de 1965 viria ainda a ser conhecido pela violência racial em grandes cidades do Norte dos Estados Unidos. Entre 11 e 15 de Agosto, morreram mais de trinta pessoas em Los Angeles. A 7 de Janeiro de 1966, a convite do *Chicago Freedom Movement*⁵⁶, Luther King lançou a Campanha de Chicago. A meio dessa campanha, James Meredith, primeiro negro admitido na Universidade de Mississippi, decidiu fazer uma marcha pessoal de Memphis até Jackson e acabou por levar um tiro. Os líderes dos movimentos pelos direitos civis decidiram continuar a marcha de Meredith. Neste contexto nasceu o *Black Power* (Poder Negro), no discurso de Stokely Carmichael, organizador da *Student Nonviolent Coordinating Committee* interessado por rebeliões violentas⁵⁷. Em 1967, Hubert «Rap» Brown substituiu Carmichael e deu

⁵³ Kwame Appiah e Henry Louise Gates, *AFRICANA, Civil Rights: An A-to-Z Reference of the Movement that Changed America*, Filadélfia, 2004, p.240.

⁵⁴ Movimento da Liberdade de Discurso.

⁵⁵ Malcolm X, *The Autobiography of Malcolm X*, Nova Iorque, 1973.

⁵⁶ Movimento da Liberdade de Chicago.

⁵⁷ Marshall Frady, *Martin Luther King, Jr. – a life*, Nova Iorque, 2002, p.181.

continuidade à via violenta. O *Black Panther Party*⁵⁸, fundado na Califórnia em 1966, por Huey Newton e por Bobby Seale, sob influência ideológica de Malcolm X e das suas teorias sobre o direito dos negros à auto-defesa, revelou, no entanto, um certo grau de abertura ao aderir a coligações com grupos de brancos. Exemplo disso foi a ligação à SDS e ao *National Mobilization Committee to End the War in Vietnam*⁵⁹ para uma manifestação pacífica em São Francisco contra o Vietname, em Janeiro de 1966.

Um dos pontos de ligação da luta pelos direitos civis a outros movimentos de protesto foi, precisamente, o Vietname. Em 1965 e 1966, já a CORE⁶⁰ e a SNCC se haviam manifestado contra a guerra. A 4 de Abril de 1967, precisamente um ano antes de ser assassinado *no Lorraine Hotel* por James Earl Ray, Luther King juntou-se ao coro contra a guerra num discurso na igreja Riverside, em Nova Iorque⁶¹. De qualquer modo, 1968 foi o ano em que os negros se tornaram *blacks* (de *black power*). A 16 de Outubro, nos Jogos Olímpicos do México, poucos dias após as autoridades terem assassinado mais de duas centenas de estudantes que se manifestavam na Praça das Três Culturas, os atletas afro-americanos Tommie Smith e John Carlos fizeram no pódio a saudação do *black power* (punho fechado e erguido).

A crítica ao conflito do Vietname⁶² era extremamente relevante, não apenas para os jovens da *New Left*, mas para todos quantos se sentiam chocados com a brutalidade da guerra, como era o caso da imprensa portuguesa⁶³. Em 1965, com Johnson na presidência dos Estados Unidos, deu-se início à operação *Rolling Thunder*, bombardeamento sustentado do Norte que deveria durar três anos. Em Março desse ano, com o número de militares mortos a aumentar de mês para mês, os estudantes começaram a fazer vários

⁵⁸ Panteras Negras.

⁵⁹ Comité de Mobilização Nacional para Acabar a Guerra no Vietname.

⁶⁰ Congresso pela Igualdade Racial.

⁶¹ Mark Kurlansky, *Op. Cit.*, p. 46.

⁶² Os americanos começaram por ir para a Indochina (que incluía o Laos, o Camboja e o Vietname) aliados a Ho Chi Min, no contexto da resistência à ocupação japonesa e francesa. Se Ho Chi Min formara os *Viet Minh*, movimento de resistência que rondava o meio milhão de seguidores, em 1945, os americanos começaram a ensinar-lhes táticas de guerrilha. A 2 de Setembro desse mesmo ano, Ho Chi Min declarou a independência vietnamita, acto que obrigou os franceses a voltarem à Indochina para combaterem os *Viet Minh*. A 7 de Maio de 1954, após a derrota da França em Dien Bien Phu, comunistas e ocidentais abriram a Conferência de Genebra, a qual se traduziu num acordo: o terreno vietnamita foi dividido no 17º paralelo, com os *Viet Minh* no Norte e o Imperador Bao Dai, aliado dos franceses, no Sul. Foram, de igual modo, marcadas eleições para 1958.

⁶³ Maurice Isserman e Michael Kazin, *America Divided: The Civil War of the 1960's*, Nova Iorque, 2000, p. 72.

*teach-in*⁶⁴ sobre a guerra do Vietname no Michigan. Em Abril, a SDS patrocinou uma marcha anti-guerra com vinte mil participantes em Washington⁶⁵. A 1 de Outubro de 1967, arrancou a Marcha até ao Pentágono. No seu romance *The Armies of the Night* (1968), inspirado no estilo não-ficcional inaugurado por Truman Capote, Norman Mailer relatou, não apenas o que acontecera durante o referido evento, mas a forma como ele próprio provocara as autoridades e se deixara prender para, como outros, se tornar símbolo de uma luta⁶⁶. A 21 de Janeiro do ano seguinte, realizou-se o concerto *Broadway for Peace 1968*. Também em Janeiro, cinco mil mulheres marcharam contra a guerra. Em 1968, os custos da guerra rondavam os trinta e três biliões de dólares. Em termos humanos, as tropas americanas eram compostas por quatrocentos e oitenta e cinco mil e seiscentos soldados e os mortos ascendiam aos dezanove mil quinhentos e sessenta e dois⁶⁷.

A 30 de Janeiro de 1968, ano novo vietnamita, a base de Da Nang, juntamente com seis capitais de província e cinco cidades maiores, incluindo Saigão, foram atacadas por sessenta e sete mil militares. Foi a ofensiva do Tet. Na noite anterior, um grupo de dezanove homens, liderado por Nguyen Van Sal, agricultor de Saigão recentemente admitido pelo Partido Revolucionário do Povo, tomara de assalto a embaixada americana. Mais do que repercussões militares, estes acontecimentos tiveram um efeito psicológico nos americanos, que, através da televisão, se puderam aperceber da crueldade da guerra. A *Time*, publicada a cores a partir de 1968, mostrava imagens de soldados mortos. Os realizadores de Hollywood começaram a fazer filmes sobre o Vietname. Personalidades como Jane Fonda, na altura apelidada de *Hanoi Jane*, davam a cara contra a violência⁶⁸. A ofensiva do Tet teve tanto impacto na comunicação social e na opinião pública que, após ter sofrido um decréscimo na votação para as primárias em New Hampshire, o presidente Lyndon Johnson decidiu não correr para a reeleição⁶⁹. Do lado do Partido Democrata, se Johnson estava afastado da corrida, Bobby Kennedy, possível vencedor, foi assassinado pelo marxista palestino Sirhan Sirhan a 6 de Junho, nas primárias da

⁶⁴ Os estudantes procuravam as populações para lhes ensinarem o que representava a guerra.

⁶⁵ Maurice Isserman e Michael Kazin, *Op. Cit.*, p.170.

⁶⁶ Norman Mailer, *The Armies of the Night*, Nova Iorque, 1994, p. 265.

⁶⁷ Maurice Isserman e Michael Kazin, *Op. Cit.*, p.189.

⁶⁸ Mark Kurlansky, *Op.Cit.*, p. 54.

⁶⁹ Paul Johnson, *A History of the American People*, Nova Iorque, 1999, p. 886.

Califórnia. Eugene McCarthy, Senador do Minnesota, embora tivesse o apoio jovem, dos hippies e da *New Left*, não tinha projecção nacional para vencer. A escolha do partido recaiu em Hubert Humphrey, vice-presidente de Johnson⁷⁰. Estas eleições acabaram por ser ganhas em Novembro pelo Republicano Richard Nixon. Nos primeiros meses de 1968, multiplicaram-se as manifestações contra a guerra. De 11 a 15 de Fevereiro, estudantes de Harvard, Radcliffe e Boston fizeram greve. A 14 de Fevereiro, em Paris, ocorreu uma manifestação com dez mil participantes. No dia 18, foi a vez dos estudantes da Universidade Livre de Berlim, com Rudi Dutschke como porta-voz⁷¹. Em Londres, Tariq Ali, líder de um grupo de protesto contra o Vietname chamado VSC e fundador da revista londrina *Black Dwarf*, animava as hostes anti-americanas. Até na Cidade do México irromperam estudantes em protesto contra o que se passava no Vietname⁷². A meio de Março, o movimento anti-guerra da Universidade de Columbia apelou a um boicote. Cerca de quatro mil pessoas faltaram às aulas. Em Agosto, com o arranque da Convenção Nacional Democrata em Chicago, surgiu mais uma onda de protestos. No Wisconsin, os estudantes pregaram centenas de cruces no chão em memória dos soldados mortos. Em Roma, a Universidade fechou durante doze dias por causa da violência. Na Universidade de Madrid, a Escola de Ciências Técnicas foi encerrada após protestos de estudantes. O mesmo sucedeu em Itália, no Brasil ou no Japão.

Na Primavera de 1969, Nixon anunciou uma retirada gradual do Vietname, no entanto, apenas dois meses após ter sido eleito, ordenou bombardeamentos com B-52 nos centros operacionais do Vietname do Norte no Camboja. Este bombardeamento, apelidado de *Breakfast*, deu início a outros ataques extremamente contestados pela opinião pública. A radicalização dos protestos contra estes ataques e das reacções das forças da autoridade deu origem a que, a 4 de Maio, as autoridades matassem quatro estudantes na Universidade de Kent⁷³. A 15 de Outubro de 1969, com uma coligação entre estudantes, activistas, sindicalistas e veteranos, o movimento anti-guerra teve mais de um milhão de manifestantes. Uma manifestação a meio de Novembro trouxe quinhentos mil manifestantes a Washington. Uma novidade foi a participação de soldados

⁷⁰ Id., *Idem*, p. 887.

⁷¹ Viria a ser baleado em Abril por Joseph Bachmann, um pintor de casas.

⁷² Mark Kurlansky, *Op. Cit.*, p. 53.

⁷³ Melvin Small, *Johnson, Nixon, and the Doves*, Londres, 1989, p.196.

nos protestos. Em Julho desse ano, oitocentos e catorze homens do 3º Batalhão, da 6ª Infantaria e da 9ª divisão do exército americano desertaram. Foram os primeiros de sessenta e cinco mil soldados a abandonarem a guerra⁷⁴. É de referir que nove mil e quinhentos americanos morreram em 1969, cinco mil a menos do que no ano anterior, mas mais do que em 1967⁷⁵. A 30 de Abril de 1970, Nixon revelou pela televisão as suas intenções de atacar o Camboja, o que despoletou uma crise a nível nacional. A partir de 1970, com o decréscimo das mortes (apenas seis mil e, em 1971, três mil), o tom dos protestos acabou por diminuir⁷⁶.

Igualmente importante para os países europeus, o Maio de 68, tendo surgido numa sociedade com uma economia em crescimento, teve início com o sexo. Em Janeiro, o ruivo Daniel Cohn-Bendit, filho de judeus fugidos do nazismo que preferira a nacionalidade alemã para não ser integrado no exército francês, confrontara o ministro da Juventude e dos Desportos, o qual se havia deslocado a Nanterre para abrir uma piscina, reivindicando o direito de entrada dos rapazes nas residências universitárias femininas. O ministro respondeu-lhe do seguinte modo: «Não admira que, com uma face como a sua, tenha esses problemas: sugiro-lhe que dê um mergulho na piscina»⁷⁷. A 22 de Março, na sequência de uma manifestação contra o Vietname, vários estudantes foram presos. Em reacção, Cohn-Bendit encabeçou um grupo de estudantes que tomaria a torre administrativa da Universidade de Nanterre e ajudou a fundar o Movimento 22 de Março. No dia 27 desse mês, o reitor da dita universidade suspendeu as aulas. A 2 de Maio, o mesmo Cohn-Bendit decidiu organizar um dia anti-imperialista. Tendo transbordado para a Sorbonne, o conflito resultou na detenção dos trezentos estudantes que haviam ocupado o pátio desta universidade. Durante uma semana, de Norte a Sul, as universidades fizeram greve⁷⁸. A 10 de Maio, sexta-feira, primeira noite de barricadas, um cortejo de trinta mil pessoas subiu o *Boulevard Saint-Michel*, com Cohn-Bendit na liderança a dar ordens aos manifestantes para ocuparem o *Quartier Latin* à volta da Sorbonne. Resultado: cinco mil feridos, cinquenta dos quais em estado grave. A população solidarizou-se com os estudantes contra a brutalidade policial. Os sindicatos anunciaram uma greve geral para

⁷⁴ Maurice Isserman e Michael Kazin, *Op. Cit.*, p. 264.

⁷⁵ *Id.*, *Idem*, p. 266.

⁷⁶ *Id.*, *Idem*, p. 270.

⁷⁷ *Intelligent Life*, Inverno de 2007, p.74.

⁷⁸ Mark Kurlansky, *Op.Cit.* , p.228.

13 de Maio, com uma manifestação em Paris que atingiu os trezentos mil participantes. Este dia marcou a passagem de testemunho entre o movimento estudantil e o mundo dos trabalhadores. No dia 14, o general De Gaulle partiu numa viagem de visita à Roménia. Quatro dias depois, a França estava paralisada com greves. Numa semana, sete milhões de trabalhadores bloquearam o trabalho. No dia 22, Cohn-Bendit foi expulso de França. Dois dias depois, sindicatos e patronato juntaram-se no Ministério do Trabalho, na rua Grenelle em Paris, em conversações com o primeiro-ministro Georges Pompidou. Com garantias como a criação de um salário mínimo, a aparição de uma quarta semana de férias ou a protecção dos direitos sindicais nas empresas, a CGT declarou o regresso ao trabalho. Mas as greves continuaram. No dia 29, a CGT organizou uma manifestação com trezentas mil pessoas a reclamarem um «governo popular», o que obrigou De Gaulle a dissolver a assembleia. No entanto, a 5 de Junho, o país voltou de novo ao trabalho. As eleições legislativas deram vitória aos gaullistas⁷⁹.

Devido ao impacto que teve um pouco por todo o mundo, e pelo papel tomado pela juventude contra a rigidez soviética, destaque-se ainda a invasão de Praga pelo Pacto de Varsóvia. Sob controlo soviético desde 1945, a Checoslováquia começara a desviar-se da rigidez imposta por Moscovo a partir da eleição, a 5 de Janeiro de 1968, do eslovaco Alexander Dubcek, primeiro comunista europeu casado pela igreja, para secretário-geral do Partido Comunista. Já no ano anterior, três milhões e meio de turistas haviam visitado o país. Como se isso não bastasse, as peças de contestação de Vaclav Havel e os filmes de Milos Forman tinham cada vez mais reputação internacional⁸⁰. A 15 de Fevereiro de 1968, milhares de pessoas de Praga, principalmente estudantes, tomaram as ruas para celebrarem a vitória de hóquei sobre a União Soviética nos Jogos Olímpicos de Inverno de Grenoble. Em Março, o estalinista Antonin Novotny, secretário-geral do partido entre 1953 e 1968, foi substituído no cargo de Presidente da República pelo general Ludvik Svoboda, de setenta e dois anos, herói da Segunda Guerra. A 5 de Abril, o renovado PCC aprovou o Programa de Acção: reestruturava-se o conceito de centralismo democrático, denunciava-se os abusos do Partido Comunista, concedia-se mais liberdade às empresas, declarava-se a igualdade entre checos e eslovacos. Como se isso não bastasse, Jean-Paul

⁷⁹ João Medina, «A revolução impossível», *Jornal de Letras*, 7-20 de Maio 2008, p.10.

⁸⁰ Mark Kurlansky, *Op.Cit.*, p. 244.

Sartre e Simone de Beauvoir deslocaram-se a Praga. Traduziu-se Kafka. Em Junho, aboliu-se a censura. Estas mudanças deram origem a uma abertura política a que se deu o nome de Primavera de Praga. Mas a URSS ia agir⁸¹. Às 23 horas do dia 20 de Agosto de 1968, duzentos e cinquenta mil soldados, sete mil e quinhentos carros de combate e mais de mil aviões, entraram na Checoslováquia, na Operação Danúbio. As televisões de todo o mundo exibiram imagens de barricadas com camiões e *bulldozers*, de jovens a atirarem *cocktail molotov* aos tanques⁸². A 26 de Agosto, os líderes checos assinaram um protocolo com Moscovo, o *Diktat*, renunciando a reformas e aceitando a presença das tropas invasoras, pondo fim à experiência do socialismo democrático na Checoslováquia. Se já no Maio de 68 havia ficado manchada a imagem de um Partido Comunista que se mostrara impotente para revolucionar a sociedade, os acontecimentos de Praga acabaram por encher de desprezo as juventudes que protestavam pela liberdade, não só contra um sistema capitalista injusto como o americano, mas também contra a ortodoxia soviética, cada vez mais distante dos interesses dos jovens.

4. Portugal, entre tradição e modernidade

Em Portugal, os anos 60 foram de mudança. De 1961 a 1974, Portugal deixara de ser uma sociedade na qual dominava o campesinato, para passar a ser uma sociedade na qual o sector terciário ganharia um peso crescente. O desenvolvimento do turismo, a abertura ao estrangeiro e a reforma do sistema educativo contribuíram grandemente para isso⁸³. As tendências foram para a modernização, para a urbanização, para o desenvolvimento da economia de mercado, para o envelhecimento da população, para um aumento da escolarização da população jovem⁸⁴.

Em 1959, o país aderiu à EFTA. Entre 1953 e 1973, o sector industrial cresceu a um ritmo de 9%. O êxodo rural explodiu. Entre 1960 e 1974, emigrou cerca de um

⁸¹ Id., *Idem*, p. 249.

⁸² Id., *Idem*, p. 295.

⁸³ António José Telo, «Portugal, 1958-1974: sociedade em mudança», *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias: O “Estado Novo” II Oposição e Resistência* (dir. João Medina), vol. XIII, *Resistência* (dir. João Medina), vol. XIII, Alfragide, 1994, p. 325.

⁸⁴ António Barreto, *Tempo de Incerteza*, Lisboa, 2002, p. 90.

milhão de portugueses. Muitos fugiam da guerra colonial⁸⁵. O novo emigrante que ia para a Europa (França e República Federal da Alemanha, principalmente) adoptava comportamentos diferentes do anterior. Vinha todos os anos de férias ao país que lhe dera vida e mantinha a intenção de retornar definitivamente, e construir uma casa⁸⁶. Com esta nova situação, a «consciência de diferença e do atraso nacional deixa de ser monopólio de uma pequena elite nas cidades. A Europa chega a todas as aldeias e é trazida pelo mais insuspeito e dissolvente dos agentes: o filho do camponês, que arriscou tudo na emigração»⁸⁷. Com a guerra colonial, o sexo feminino deu um importante passo no caminho para a afirmação do seu estatuto. Por um lado, se o Código Civil de 1967 definia a chefia masculina, se o art. 461º do Código Penal referia como lícita a violação de correspondência da esposa pelo marido, por outro lado, a população feminina nas universidades aumentava substancialmente⁸⁸. No jornal universitário de Coimbra, *Via Latina*, publicou-se, a 19 de Abril de 1961, a «Carta a uma jovem portuguesa», escrita pelo estudante Artur Marinho de Campos, demonstrando influências de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. Em 1970, foi publicada a antologia *Igualdade radical para a Mulher*. O número de alunos no ensino superior passou de cerca de vinte e três mil oitocentos e setenta, em 1960, para cerca de quarenta e seis mil, em 1970. Cresceu o turismo. As classes médias enriqueciam. Aos poucos, os portugueses iam-se apercebendo do que se passava na Europa. O início das emissões regulares de televisão em Portugal deu-se a partir de 7 de Março de 1957. O que se passava lá fora chegava aos ecrãs dos portugueses. Quando começou a guerra colonial, a RTP transmitia as negociações entre De Gaulle e argelinos tendo em vista a paz. Em 1963, transmitiu-se a abertura dos trabalhos do Concílio Vaticano II⁸⁹. Em fins de 1965, estabeleceu-se a ligação definitiva à rede da Eurovisão, o que fez com que os portugueses pudessem ver as imagens do Maio de 68 em França ou a invasão da Checoslováquia pelo Pacto de Varsóvia⁹⁰. Surgiu o *Zip-Zip*, com Raul Solnado, Carlos Cruz e Fialho Gouveia a manterem conversas

⁸⁵ Maria Filomena Mónica, *Cenas da Vida Portuguesa*, Lisboa, 1999, p.27.

⁸⁶ António José Telo, *Op.Cit.*, p. 321.

⁸⁷ Id., *Ibidem*.

⁸⁸ Elísio Estanque e Rui Bebiano, *Do Activismo à indiferença: movimentos estudantis em Coimbra*, Lisboa, 2007, p. 51.

⁸⁹ António Reis, «A televisão: arma do poder e janela para o mundo», *Portugal Contemporâneo* (dir. António Reis), vol. V, p.204.

⁹⁰ Id., *Idem*, p. 205.

provocatórias. José Afonso, Fausto, Correia de Oliveira, enchiam, em Março de 1974, o Coliseu dos Recreios para o I Encontro da Canção Portuguesa. O programa *Em Órbita*, no Rádio Clube Português, com o locutor Cândido Mota, introduziu a música pop internacional da época.

Se, na literatura, autores como Cardoso Pires, com *O Deflim* (1968), Mário Henrique Leiria, com *Contos de Gin-Tonic* (1969), Maria Velho da Costa, com *Maina Mendes* (1969), Alexandre O'Neill, com *De Ombro na Ombreira* (1969) e *As Andorinhas não têm Restaurante* (1970), ou Natália Correia, nome essencial para o feminismo português, com *Mátria* (1968), contribuíram para dar uma imagem de mudança ao país, o mesmo sucedeu no cinema, com renovadores como António da Cunha Telles, director, entre 1961 e 1962, do primeiro curso de cinema em Portugal, no Estúdio Universitário de Cinema Experimental de Lisboa. Cunha Telles produziu filmes como *Verdes Anos* (1963), de Paulo Rocha, *Belarmino* (1964), de Fernando Lopes, *Domingo à Tarde* (1965) e *Sete Balas para Selma* (1967), de António de Macedo. Nestes filmes influenciados pela *Nouvelle Vague* mostrava-se o homem na solidão da cidade, no confronto contra o seu próprio interior. O principal objectivo do cinema novo era o de promover o cinema de autor e os filmes europeus e do Terceiro Mundo, contra Hollywood. Tal como em França, os realizadores começaram a filmar com câmaras portáteis, películas sensíveis, som directo, formato reduzido e, mais importante, com empenhamento social⁹¹. A partir de 1970, na impossibilidade de obterem apoios do Estado, muitos dos realizadores começaram a virar-se para a Fundação Calouste Gulbenkian, instituição essa que, através do Centro Português de Cinema, concedeu bolsas a filmes como *Pedro Só* (1971), de Alfredo Tropa, e *Perdido Por Cem* (1972), de António Pedro Vasconcelos. No que se refere à música pop, também se registaram significativas alterações, ao ponto de se poder falar de protesto. No ano de 1956, dois jovens estudantes que davam pelo nome de José Afonso e Luís Góis gravaram o disco *Fados de Coimbra*. Também em Coimbra, José Cid formou os Babies. Mais tarde, Cid deu vida ao Conjunto do Orfeão. Em Outubro de 1962, saiu o segundo disco EP de José Afonso, no qual se usava um poema de Manuel Alegre como rastilho de agitação. No entanto, foi com o disco seguinte, *Os Vampiros* (1963), que o revolucionarismo de José Afonso se tornou mais evidente. Na rádio, a

⁹¹ Eduardo Geada, «A tentativa de um cinema de autores», Id., p.295.

Renascença ia difundindo artistas como Daniel Bacelar e o duo os Conchas, José das Dores ou Zeca do Rock, admirador de Elvis e de James Dean, ou Os Gatos Negros. Entre 7 e 8 de Agosto, de 1971, no Festival de Vilar de Mouros, feito à imagem de *Woodstock*, estiveram presentes, não apenas bandas portuguesas como os Quarteto 1111, Objectivo, Pentágono Psico, Mini-Pop, Pop Five Music Incorporated, Celos, Contacto e Bridge, como Elton John e os Manfred Man. Ao mesmo tempo, o Governo continuava a apoiar a cançoneta: em 1964, no Festival da Eurovisão em Copenhaga, António Calvário, foi seguido com toda a atenção pela RTP, embora não tivesse ganho ponto algum no concurso. Simone de Oliveira. Maria de Lurdes Resende, António Mourão e Madalena Iglésias também eram alvos de admiração⁹².

Embalados pelo espírito de abertura provocado pelo Concílio Vaticano II, alguns sectores da sociedade portuguesa ligados ao catolicismo introduziram-se no universo do protesto político. Aberto sob o papado de João XXIII em 1962 e terminado sob o papado de Paulo VI em 1965, o Concílio Vaticano II surgiu motivado pelos problemas que o protestantismo e o mundo moderno colocavam à Igreja. A necessidade de mudança religiosa manifestou-se de forma mais acentuada a partir de finais da Segunda Guerra Mundial⁹³. Significando «pôr-se em dia», o conceito de *aggiornamento* é essencial para o entendimento do carácter deste Concílio⁹⁴. A necessidade de compreensão dos problemas do mundo por parte da Igreja, fez com que o espírito conciliar se tivesse aproximado das angústias dos povos e dos homens na sua individualidade. Nessa aproximação, promoveu-se a liberdade e o diálogo.

Apesar de ter mantido o quadro de Separação instaurado pela República, o regime do Estado Novo concedeu diversos privilégios à Igreja, entre os quais se podem destacar a liberdade missionária e a liberdade de ensino da religião católica nas escolas públicas⁹⁵. Este clima de cooperação entre a Igreja e o Estado durou até depois da Segunda Guerra Mundial⁹⁶. Para que isso tivesse acontecido, muito contribuiu a figura do Cardeal Cerejeira. A institucionalização da Acção Católica Portuguesa (ACP), a 16 de Novembro

⁹² António Duarte, «Da balada de intervenção à música popular portuguesa e aos novos ritmos modernos», *Id.*, pp. 339-349.

⁹³ Casiano Floristán, *Vaticano II, Um Concílio Pastoral*, Lisboa, 1990, p.36.

⁹⁴ *Id.*, *Idem*, p. 39.

⁹⁵ *Id.*, *Idem*, p. 261.

⁹⁶ *Id.*, *Idem*, p. 260.

de 1933, tinha, não só o objectivo de inserir a sociedade católica num país que se adaptava à secularização e à laicidade, mas também o de unir e restaurar o catolicismo em Portugal. Embora destinada à participação de leigos, a ACP recebia um mandato da hierarquia, «ela própria mandatada por Cristo para evangelizar»⁹⁷. Contudo, só com o Concílio Vaticano II se conseguiu amadurecer a ideia de um apostolado de leigos⁹⁸. A partir da década de 50, já não podendo pensar simplesmente na recristianização da sociedade, o catolicismo começou a abrir-se a uma nova forma de estar no mundo. Essa nova forma de estar deveria ter em conta a dignidade humana, os sofrimentos e problemas dos homens, as novas questões sociais e políticas. A constituição pastoral *Gaudium et spes*, promulgada por Paulo VI a 7 de Dezembro de 1965, marcou a aproximação da Igreja a uma nova ordem social, política e económica, abordou a condição do Homem no mundo actual, falou sobre a função da Igreja nesse mesmo mundo e debateu sobre a promoção da paz. Consequentemente, tendo demonstrado que o Vaticano, através dos Papas João XXIII e Paulo VI, estava disposto a adaptar-se à realidade terrestre, *Gaudium et spes* teve um grande impacto no mundo católico e não-católico.

Tendo assistido ao seu apogeu na década de 50, a ACP pretendia abranger todos os sectores da sociedade. Da Junta Central da ACP dependia a Liga dos Homens da Acção Católica, a Liga da Acção Católica Feminina, a Juventude Católica, a Juventude Católica Feminina. Cada um destes núcleos dividia-se em cinco sectores identificados pelas cinco vogais: A (Agrária), E (Escolar), I (Independente), O (Operária) e U (Universitária)⁹⁹. Destas ramificações surgiram vários dos periódicos que nestas páginas se analisarão.

Nas décadas de 60 e de 70, havia um maior espírito de abertura. A valorização de ideias democráticas, a contestação estudantil, a emigração, a televisão, a guerra em África e o apagamento salazarista fizeram com que as mais mentalidades se tivessem motivado para a mudança e para a formação de elites dentro de um núcleo leigo. Motivada pelo Vaticano II, parte da Igreja não deixava de acompanhar o rumo da abertura. Em 1958, o

⁹⁷ Paulo Fontes, «A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja em Portugal», *Lusitânia Sacra – Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, Tomo VI, Lisboa, 1994, p. 67.

⁹⁸ Id., *Idem*, p.68.

⁹⁹ João Miguel Almeida, *A Oposição Católica ao Estado Novo 1958-1974*, Lisboa, 2008, p. 51.

exílio do Bispo do Porto¹⁰⁰, D. António Ferreira Gomes, e a candidatura de Humberto Delgado às eleições presidenciais desse mesmo ano eram reflexos de todas as alterações que se começavam a suceder. Nessa altura nas funções de Presidente Geral da Juventude Universitária Católica (JUC), João Bénard da Costa demonstrou-se partidário da mudança política¹⁰¹. Deste modo, se o Partido Comunista e o neo-realismo haviam tido um lugar de quase primazia na oposição durante largos decénios, a partir de 1958, os católicos passaram também a deter um papel importante na crítica ao Estado Novo e à Hierarquia da Igreja. Citando Jorge Revez, estava em questão a «valorização de uma ética humanista que colocava em diálogo crentes, não crentes, comunistas, socialistas, etc.: um humanismo atento ao problema da guerra, da descolonização, da injustiça social, na esteira de um catolicismo social, agora renovado, e colocado no plano da liberdade humana, como o mais fundamental dos direitos humanos»¹⁰².

O conceito de heterodoxia é fundamental para o entendimento do espírito de diálogo que envolveu a Igreja e a sociedade portuguesa durante a segunda metade do século XX. Não se reduzindo a uma simples questão de possibilidade de existência de crenças, a heterodoxia estende-se para o domínio do indivíduo, no sentido em que as interrogações e angústias deste são permanentemente postas em dúvida. A heterodoxia nunca olha para o mundo como uma «realidade possuída»¹⁰³ e tenta auscultar os diferentes homens na sua diversidade.

Após a publicação da Encíclica *Pacem in Terris*, a 11 de Abril de 1963, por João XXIII, pela doutrina da paz social, várias individualidades portuguesas se lançaram na imprensa clandestina, na urgência de divulgar notícias verdadeiras sobre a guerra colonial. Ainda em 1963, surgiu o policopiado boletim *Direito à Informação*, fundado e coordenado por Nuno e Natália Teotónio Pereira, seguido de *África Livre e Cadernos Necessários*. Ocupando-se de temas como «A consciência cristã perante a guerra em Angola», *Direito à Informação* cessou em 1969. Ainda assim, em 1971, o grupo

¹⁰⁰ «Carta do Bispo do Porto a Salazar», datada de 13 de Julho de 1958. Com esta carta, um dos membros da Hierarquia dirigia-se pela primeira vez ao Presidente do Conselho, debatendo alguns dos problemas políticos do país.

¹⁰¹ Nuno Estêvão, «O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e Acção (1963-1967)», *Lusitânia Sacra – Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, Tomo VI, Lisboa, 1994, p.145.

¹⁰² Jorge Revez, *Os Vencidos do Catolicismo. Militância e Atitudes Críticas (1958-1974)*, Lisboa, Tese de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras, 2008, p. 125.

¹⁰³ Eduardo Lourenço, *Heterodoxia I*, Lisboa, 1949, p. 14.

responsável pela sua publicação organizou uma colectânea de textos e informações, concretizada em *7 Cadernos Sobre a Guerra Colonial – Colonialismo e Lutas de Libertação*. Esta publicação pretendia ter «uma visão de conjunto sobre o colonialismo português e as guerras coloniais, com o intuito de fornecer um instrumento de trabalho para a luta anti-colonial»¹⁰⁴. Era opinião dos intervenientes nesta colectânea que, quem acompanhasse a propaganda oficial do Governo, podia tirar conclusões erradas. Os portugueses em África não conviviam pacificamente com as populações indígenas: «os portugueses só no fim do século XIX ocuparam militarmente o interior das suas colónias africanas – até aí, limitaram-se a contactar ao longo da costa, em qualquer hipótese, mantiveram sempre com os africanos uma relação de dominadores-dominados e de exploradores-explorados»¹⁰⁵. A balança da presença portuguesa nas colónias mostrava um enorme défice: a privação de alimentos, o esmagamento cultural, o subdesenvolvimento educacional e sanitário, o colonialismo missionário, as numerosas manifestações de racismo ou a exploração económica¹⁰⁶. Em 1972, surgiu outro documento importante, o *BAC – Boletim Anti-Colonial*, do qual saíram nove números.

Fundada a 11 de Abril de 1964, data comemorativa do primeiro aniversário da publicação da *Pacem in Terris*, a *Pragma*, «Cooperativa de Difusão Cultural e Acção Comunitária», viu em 1967 as suas portas seladas pela PIDE e presos os elementos da sua direcção¹⁰⁷. Quando a *Pragma* nasceu, já *O Tempo e o Modo* era uma importante plataforma de diálogo entre crentes e descrentes. Mário Murteira foi o seu sócio nº1 e primeiro presidente, vindo a ser sucedido por Nuno Teotónio Pereira, sócio nº2. Em Janeiro de 1965, a Moraes Editora lançou uma revista paralela a *O Tempo e o Modo*, a *Concilium*, revista internacional de teologia mensal, liderada por Helena Vaz da Silva e com o Frei Mateus Cardoso Peres na direcção.

Em 1967, ano da visita de Paulo VI a Fátima, foi publicada a Encíclica *Populorum Progressio*, a qual, reconhecendo o direito dos povos a decidirem de si próprios, incentivava a condenação do colonialismo português. A 8 de Dezembro deste

¹⁰⁴ *7 Cadernos Sobre a Guerra Colonial – Colonialismo e Lutas de Libertação*, Porto, 1971, p.5.

¹⁰⁵ Id., *Idem*, pp.10-11.

¹⁰⁶ Id., *Idem*, p.39.

¹⁰⁷ Joana Lopes, *Entre as Brumas da Memória. Os Católicos Portugueses e a Ditadura*, Lisboa, 2007, p.61.

ano, Paulo VI anunciou que o primeiro dia de cada ano passou, a partir de 1 de Janeiro de 1968, a ser celebrado na Igreja a nível mundial como o «Dia da Paz».

Criado em 1945, o Centro Nacional de Cultura ganhou energia em 1957, com a entrada de Francisco Sousa Tavares para a presidência. Embora cedendo esporadicamente o seu lugar, por exemplo, a Helena Cidade de Moura (1961) e a Fernando Amado (1963), permaneceu na liderança entre 1964 e 1968, juntamente com a sua mulher, Sophia de Mello Breyner. Precisamente em 1968, José Galvão Telles tornou-se presidente do Centro, juntando na direcção nomes como os de Joana Lopes (vice-presidente), Augusto Ferreira do Amaral, Gonçalo Ribeiro Telles, Teresa Amado ou José Ribeiro dos Santos. No que se refere ao protesto político, a relevância do Centro Nacional de Cultura reside, principalmente, numa iniciativa de grande vulto, a qual, explorando temas como a política económica, a acção cultural e as perspectivas políticas, se consubstanciou em três sessões de debate na Sociedade Nacional de Belas-Artes, com o nome *Lusitânia, Quo Vadis?*¹⁰⁸.

O caso do Padre Felicidade José da Felicidade Alves, prior de Santa Maria de Belém desde 1956, foi sintomático de vários sinais de mudança na vida católica nacional. A partir de 1967, a sua intervenção começara a ser incómoda para o regime salazarista e, em princípios de 1968, ausentou-se para Paris, de modo a prosseguir estudos de teologia Ecuménica, embora continuando Prior de Belém. A 19 de Abril, de visita a Lisboa por ocasião da Páscoa, resolveu fazer uma exposição ao Conselho Paroquial na presença de oitenta pessoas, o que desencadeou um longo processo que culminou no seu afastamento da paróquia, na suspensão das funções sacerdotais e, em 1970, na excomunhão.

A referida exposição dividia-se em duas partes. Na primeira, sob o título de «Perspectivas de Transformação nas Estruturas da Igreja», defendia-se a desclericalização de uma Igreja que vivia para a hierarquia: «Na Igreja, os servidores do Povo de Deus revestiram-se de poderio de denominação, esmagando implacavelmente (pela calúnia ou violência) quem ousa ter opinião diferente da deles»¹⁰⁹. Queria-se a «des-estalinização do poder eclesiástico»¹¹⁰. A segunda parte, intitulada «Sentido de

¹⁰⁸ Id., *Idem*, p. 151.

¹⁰⁹ Pe. Felicidade Alves, *Exposição feita ao Conselho Paroquial de Santa Maria de Belém*, 19 de Abril de 1968, p. 5.

¹¹⁰ Id., *Idem*, pp.6-7.

Responsabilidade na vida pública do meu país», abordava temáticas como a abolição da censura, o direito à informação ou a discussão da questão colonial. Segundo ele, a censura prévia impedia a liberdade de pensamento e de expressão, espalhava o totalitarismo do medo, colocava um polícia secreto dentro do coração de cada português¹¹¹. A propósito da descolonização, citava-se Che Guevara («Se a Revolução não transforma o Homem, então ela não me interessa») e afirmava-se que «se nós tínhamos o direito de sermos independentes dos espanhóis (e somos afinal da mesma raça!), por que razão não reconhecemos idênticos direitos aos povos de Angola, ou Moçambique, ou outros!»¹¹².

A 27 de Setembro de 1968, Marcelo Caetano substituiu António de Oliveira Salazar como Presidente do Conselho de Ministros. Com a saída deste último, o poder político deixava de obedecer a uma chefia única e incontestada, passando a estar dividido entre a Presidência e o Conselho de Ministros. Passou a haver dependência político-institucional do Presidente do Conselho em relação a Américo Tomás¹¹³. Ainda assim, este novo equilíbrio não equivalia a uma nova postura no que dizia respeito a formas de poder. Marcelo Caetano recusava a democracia. Para ele, a democracia não se adaptava à mentalidade portuguesa¹¹⁴.

Durante os seus primeiros anos de governação, o novo líder tentou conceder um maior grau de abertura ao país. A chamada Primavera Marcelista ou «evolução na continuidade» manifestou-se de diferentes formas. As designações de João Salgueiro para subsecretário de Estado-adjunto do chefe do governo, juntamente com a de Rogério Martins para secretário de Estado da Indústria, ambos conhecidos católicos progressistas, seguidores de Adérito Sedas Nunes e de Maria de Lourdes Pintasilgo, foram sinais de mudança. Outra figura de renovação do Regime foi Melo e Castro, antigo subsecretário de Estado da Assistência, escolhido para presidente da Comissão Executiva da União Nacional. Consolidou-se a Segurança Social, com a coordenação da Previdência e da Assistência, foram inaugurados Centros de Saúde e Casas do Povo um pouco por todo o país, permitindo que áreas rurais pudessem obter apoio clínico. Acabou-se com o Regime

¹¹¹ Id., *Idem*, pp. 23-24.

¹¹² Id., *Idem*, p. 27.

¹¹³ Vasco Rato, «Marcelismo», *Dicionário de História de Portugal* (coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica), vol.VIII, Porto, 1999, p. 422.

¹¹⁴ Vasco Pulido Valente, *Marcello Caetano, As desventuras da Razão*, Braga, 2002, p. 53.

de Condicionamento Industrial¹¹⁵. Na sua viagem a Moçambique e Angola, de 1969, Marcelo Caetano chegou a fazer discursos que apontavam para a «consagração de uma progressiva autonomia administrativa na direcção de uma independência desejável consagrada através de negociações a que não devia faltar o apoio de países amigos»¹¹⁶.

Marcelo Caetano afirmava tentar dialogar com a população. A primeira «conversa em família» foi transmitida pela RTP a 8 de Janeiro de 1969. A 24 de Novembro de 1969, a Direcção-Geral de Segurança (DGS) substituiu a PIDE. Reformaram-se os sindicatos. O Decreto-Lei nº49 058, de Junho de 1969, possibilitava a eleição de dirigentes sindicais sem a autorização prévia do poder. Abrandava a censura. A 15 de Novembro de 1968, com a publicação do Decreto-Lei nº 48 686, que extinguiu o Secretariado Nacional de Informação e criava a Secretaria de Estado de Informação e Turismo, gerava-se a falsa ideia de relação mais aberta do poder com a imprensa. Em meados de Junho de 1969, foi nomeado um novo director da censura, o coronel Armando Páscoa. Na verdade, em relação às liberdades de expressão na imprensa, Marcelo Caetano pouco mais fez durante a sua estadia no poder do que criar a ilusão de uma abertura que, na realidade, não existia. Em 1972, tanto com a Lei nº5/71 (Lei da Imprensa) como com o Decreto-Lei nº150/72 (Estatuto da Imprensa), apenas se atenuaram formalmente os limites à liberdade de imprensa. A Direcção dos Serviços de Censura deu lugar a uma Direcção-Geral da Informação que fazia com que se imprimisse nos periódicos a expressão «exame prévio» em vez de «censura», não obstante, não se retirou a censura da lei de imprensa¹¹⁷. Referia Arons de Carvalho que, ainda no primeiro ano de governação do substituto de Salazar, os membros governamentais começaram a sair em caricaturas de jornal em diálogo com o Zé Povinho¹¹⁸. Os periódicos puderam dar conta de regressos de exilados polémicos, tais como Mário Soares, António José Saraiva, Maria Lamas ou D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto. A possibilidade de crítica tornou-se maior. Simultaneamente, a censura pesava menos no que dizia respeito aos

¹¹⁵ Joaquim Silva Pinto, «Algumas considerações e evocações sobre os anos finais do Salazarismo e a fase marcelista do regime da Constituição de 33», *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias: O “Estado Novo” II Oposição e Resistência* (dir. João Medina), vol. XIII, p. 295.

¹¹⁶ Id., *Idem*, p. 296.

¹¹⁷ Ana Cabrera, *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa, 2006, p.142.

¹¹⁸ Alberto Arons de Carvalho, *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa, 1973, p. 87.

comentários políticos dos jornais estrangeiros que entravam no país¹¹⁹, no entanto, «os jornais continuavam a ser censurados, os filmes mutilados, as manifestações proibidas»¹²⁰. Em 1972, levantou-se um processo-crime por «ofensa à moral pública» da obra *Novas Cartas Portuguesas* por parte de três escritoras: Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa – as «Três Marias»¹²¹.

É de referir que a falsa ideia de abrandamento da censura não foi, propriamente, uma originalidade de Marcelo Caetano. O Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) fora criado em 1933 com o objectivo de se tornar «aparelho central de fiscalização e censura de todas as formas de expressão que assumissem carácter público»¹²². Em 1944, com o fim da II Guerra Mundial e do eixo Roma-Berlim a aproximar-se, o Governo decidira integrar o SPN no Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Com esta mudança, a política salazarista pretendia afastar-se o máximo possível de possíveis conotações da SPN com as potências derrotadas. Pretendia-se com o SNI melhorar a imagem do regime e, simultaneamente, imprimir uma maior eficácia à propaganda do Estado Novo¹²³. Na realidade, as políticas de mudança na continuidade desejavam continuar a encobrir um regime fechado dando a sensação de abertura.

Dentro do espírito de liberalização do regime se enquadrou a renovação da União Nacional, tanto com a «ala liberal» – designação dada por jornalistas aos deputados, entre os quais se poderiam destacar Sá Carneiro, Pinto Balsemão, Miller Guerra, Magalhães Mota ou Mota Amaral que, eleitos em 1969 nas listas da UN, desejavam a instauração de um regime de liberdade –, como com a já mencionada nomeação do liberal José Guilherme de Melo e Castro para a chefia da comissão executiva do partido.

Nas eleições legislativas de Outubro de 1969, o Governo, para além de querer legitimar a continuidade da guerra, pretendia que a ideia de abertura se efectivasse. O Governo publicou legislação que, pela primeira vez desde o início da ditadura, permitiu à oposição fiscalizar as eleições. Os sectores oposicionistas surgiram divididos em três agrupamentos: as Comissões Eleitorais de Unidade Democrática (CEUD), de influência

¹¹⁹ Id., *Idem*, p. 88.

¹²⁰ Maria Filomena Mónica, *Op. Cit.*, p. 13.

¹²¹ Id., *Idem*, p.14.

¹²² Cândido de Azevedo, *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano – Imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*, Lisboa, 1999, p. 151.

¹²³ Id., *Idem*, p. 170.

socialista e com a presença de alguns monárquicos do Porto e de Lisboa, as Comissões Democráticas Eleitorais (CDE), de influência comunista (e associada a outros sectores de esquerda radical e a católicos progressistas) e a Comissão Eleitoral Monárquica (CEM), que juntava a Liga Popular Monárquica e o movimento de Renovação Portuguesa. Assistiu-se, de igual forma, à extensão limitada do sufrágio, inclusive às mulheres alfabetizadas. Apesar da participação de várias figuras liberais nas listas da União Nacional, a verdade é que a campanha eleitoral decorreu num clima repressivo. A sede da CDE em Lisboa foi assaltada e alguns candidatos agredidos. Mais importante ainda: as eleições processaram-se com base em apenas 27,7 % do universo eleitoral de então, e a União Nacional obteve 88% dos votos, contra 12% da oposição¹²⁴.

Com o objectivo de atrair uma maior participação política, tanto por parte dos jovens como das grandes massas que compunham a sociedade, no V Congresso da UN, realizado no Estoril a 21 de Fevereiro de 1970, o partido único passou a chamar-se Acção Nacional Popular. Com a desabar das promessas de abertura do regime – recusa dos projectos de revisão constitucional e de liberdade de imprensa da «ala liberal» (1971), fracasso da tentativa de substituição de Américo Tomás na Presidência da República (1972), renúncia dos deputados «liberais» (1973) – a ANP acabou por perder dinamismo¹²⁵.

No dia 25 de Fevereiro de 1970, mesmo mês da criação da ANP, cento e quarenta e sete cidadãos apresentaram ao presidente do Conselho um pedido de aprovação dos estatutos de uma nova associação de natureza política, a SEDES¹²⁶. Só a 4 de Dezembro desse ano é que esta associação se constituiu efectivamente. A primeira assembleia realizou-se a 12 de Dezembro e elegeu para presidente do conselho coordenador Emílio Rui Vilar, José Vera Jardim para a presidência da assembleia-geral e António Sousa Gomes para secretário-geral. Com milhares de sócios, distribuídos por três delegações (Porto, Lisboa e Évora), a SEDES inseria-se em actividades que iam dos estudos à

¹²⁴ António Reis, «Marcelismo», *Dicionário de História do Estado Novo* (dir. Fernando Rosas e José M. Brandão de Brito), vol. I, Lisboa, 1996, p. 546.

¹²⁵ Id., *Ibidem*.

¹²⁶ Entre os subscritores estavam José Pinto Correia, António Sousa Gomes, Manuel Costa Belchior, Miguel Caetano, Mário Bruxelas, João Salgueiro, Joaquim Magalhães Mota, António Alçada Baptista, Rui Machete, Alfredo de Sousa, Adérito Sedas Nunes, Vítor Constâncio, João Cravinho, Xavier Pintado, Mário Murteira, Rui Vilar, Gonçalo Ribeiro Teles, Ruy Belo, Jorge Sá Borges, José Vera Jardim e Joaquim Pinto Machado.

realização de colóquios um pouco por todo o país¹²⁷. A partir de 1972, a associação entrou em definitiva ruptura com o regime.

Mesmo em termos económicos, não chegou a liberalização esperada. Por um lado, em 1969, dentro do III Plano de Fomento (1968-1973), os grupos económicos portugueses abriram-se definitivamente para o exterior: foram criadas a Lisnave e a Setenave, desenvolveu-se a indústria naval e a química, exploraram-se novas rotas de petróleo, cresceu a siderurgia e a metalomecânica¹²⁸. Em 1971, foi inaugurado um pólo urbano-industrial em Sines e, um ano mais tarde, publicou-se a Lei do Fomento Industrial, concebida em função de uma aproximação europeia. Contudo, a ideia de desenvolvimento económico de Marcelo Caetano, ligada ao desenvolvimento industrial, à iniciativa individual e dando prioridade à aproximação europeia, deu ainda grande poder aos grupos monopolistas. A CUF, fundada em 1837, possuía três bancos em Portugal e dois em África. Tinha influência na indústria química, nos óleos alimentares, nos têxteis, na produção naval, nos petróleos, na celulose, no tabaco, na metalomecânica, nos supermercados, no sector imobiliário. O grupo Espírito Santo dominava vinte empresas, controlava os seguros Tranquilidade, com 11% do capital. O grupo Champalimaud tinha relevo nos cimentos, no aço, na banca, nos seguros, na construção de máquinas, nos minérios de ferro, na metalomecânica, na siderurgia, na produção de papel. O grupo Português do Atlântico, controlando setenta empresas, três bancos, tinha impacto no que dizia respeito ao petróleo, às cervejas, ao vidro ou à imobiliária. O mesmo acontecia com o grupo Pinto de Magalhães, com o grupo Banco Nacional Ultramarino, com o Banco Intercontinental Português ou com o grupo Borges & Irmão¹²⁹.

Entre 1961 e 1974, Portugal viu-se obrigado a participar numa guerra contra os movimentos nacionalistas em Angola, Moçambique e Guiné. Durante esse período, foram mobilizados cerca de oitocentos mil homens¹³⁰. Em Dezembro de 1960, a ONU, organização à qual Portugal pertencia desde 1955, aprovou as resoluções 1514 (XV) e 1542 (XV), que, considerando como colónias os territórios dominados pelos portugueses, tornavam toda a prática colonial ilegal. Em 1961, já com os países de Bandung (1955) na

¹²⁷ Guilherme d'Oliveira Martins, «SEDES», *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, p. 897.

¹²⁸ António José Telo, *Op. Cit.*, p. 324.

¹²⁹ Ana Cabrera, *Op. Cit.*, pp.82-83.

¹³⁰ José Silveira, «As guerras coloniais e a queda do Império», *Portugal Contemporâneo* (dir. António Reis), vol. V, p. 71.

organização e com o apoio comunista, a ONU aprovou uma resolução na qual se exigia que os poderes administrativos dos portugueses em Angola fossem imediatamente transferidos para os angolanos. O isolamento do país perante a comunidade internacional crescia. Foi a recusa de Portugal em aceitar o princípio de autodeterminação dos seus territórios que conduziu os nacionalistas africanos à luta armada. Com a nomeação de Marcelo Caetano para a chefia do Governo, houve expectativas de uma possível solução política para África. Numa visita às colónias, em 1969, o novo Presidente do Conselho defendeu uma linha intermédia entre o federalismo (que defendera antes da nomeação) e o integracionismo (para agradar às hostes conservadoras), a qual se traduzia numa crescente regionalização e autonomia dos territórios africanos. Procurou ainda lançar uma ampla ofensiva militar contra os movimentos nacionalistas, protegendo territórios considerados portugueses¹³¹. Nomeou Costa Gomes para comandante-chefe das forças armadas em Angola e Kaulza de Arriaga com a mesma função para Moçambique. António Spínola mantinha-se na Guiné. Em Outubro de 1970, chegou a Marcelo Caetano um documento chamado «Solução para o problema do Ultramar», no qual se previa um acordo com Amílcar Cabral válido por dez anos, que se traduzia na autonomia progressiva da Guiné. No entanto, Portugal queria reforçar a sua imagem em África e, para isso, devia eliminar a parte cabo-verdiana do PAIGC. Nesse contexto, concebeu-se a operação «Mar Verde», destinada a dar melhor final à fracassada invasão do Conacry de 1970. Deste modo se colocou um ponto final ao projecto de paz para a Guiné.

A revisão constitucional de 1971, a Lei orgânica do Ultramar e os Estatutos territoriais de Dezembro de 1972, vieram a conferir a Angola e a Moçambique alguma autonomia política: governos próprios, assembleias legislativas, tribunais próprios (à excepção do Supremo Tribunal de Justiça). Além disso, estas duas colónias ganharam o estatuto de Estado¹³². Marcelo Caetano entendia que o mundo colonial não podia continuar a existir. Por conseguinte, tentara criar «Estados multirraciais modernos com economias em desenvolvimento»¹³³. Mas o prestígio internacional do país estava perdido havia muitos anos. A título de exemplo, em 1970, Paulo VI, que já em 1964 se havia

¹³¹ Id., *Idem*, p. 99.

¹³² Vasco Pulido Valente, *Op. Cit.*, p.95.

¹³³ Id., *Idem*, p. 99.

deslocado a Bombaim para assistir ao Congresso Eucarístico Internacional, recebeu em Roma os dirigentes do MPLA, da FRELIMO e do PAIGC¹³⁴.

Em África, os capitães suportavam quase sozinhos o peso das operações. O ministro da Defesa, Horácio Sá Viana Rebelo, quis resolver o problema dos capitães. Como a guerra devia continuar e os capitães eram poucos, considerou que era necessário recrutar milicianos e dar-lhes os mesmos privilégios dos oficiais dentro do Quadro Permanente. Esta medida ficou inscrita no posterior decreto de 13 de Julho de 1973, o qual reduzia a frequência da Academia Militar a dois semestres e contava a antiguidade dos milicianos que passavam ao Quadro a partir do posto que tinham antes¹³⁵. Contudo, os capitães ganhavam pouco e não progrediam profissionalmente. Trocando de ministro, o presidente do Conselho acabou por suspender o decreto de 13 de Julho¹³⁶. Como diria Vasco Pulido Valente, os estados-maiores não comandavam a guerra, os generais agiam por ciúme e ninguém parava os capitães, autênticos predadores¹³⁷.

Em 1972, ao ver bloqueadas as tentativas de entendimento com o PAIGC na Guiné, Spínola, que tinha o apoio do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Costa Gomes, incompatibilizou-se com Marcelo Caetano. Porém, no Verão de 1973, Marcelo parecia disposto a tudo: nomeou Spínola vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, um cargo inventado para ele, permitiu a publicação de *Portugal e o Futuro*. Chegou, até, a pedir a demissão em Fevereiro de 1974, convidando os generais a tomarem o poder, e voltou a pedi-la quando Américo Tomás voltou a insistir no afastamento dos dois chefes militares¹³⁸. Durante o chamado consulado marcelista, foi esta a realidade para África.

No meio universitário, os problemas não eram menores para Marcelo Caetano. Se, em finais dos anos 50, o ensino superior era frequentado por cerca de vinte mil alunos, entre 1960 e 1974, tinha cinquenta e oito mil e seiscentos alunos inscritos¹³⁹. Este aumento do número de estudantes nas universidades não era, porém, acompanhado pelo aumento das liberdades. O aparelho administrativo do ensino era centralizado e

¹³⁴ Manuel Braga da Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, 1999, p.165.

¹³⁵ Vasco Pulido Valente, *Op. Cit.*, p. 112.

¹³⁶ Id., *Idem*, p.113.

¹³⁷ José Freire Antunes, *O Império com Pés de Barro*, Lisboa, 1980, p. 100.

¹³⁸ Fernando Rosas, «Marcelismo: a liberalização tardia (1968-1974)», *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)* (dir. José Mattoso), vol. VII, Lisboa, 1994, p. 556.

¹³⁹ António José Telo, *Op.Cit.*, p. 327.

hierarquizado. Os reitores eram nomeados pelo ministro. Da autoria de Leite Pinto, o Decreto-Lei 40 900, de 12 Dezembro 1956, reforçando a tutela das autoridades governamentais e académicas sobre os organismos juvenis, ambicionava acabar com a liberdade associativa, tendo sido posteriormente suspenso¹⁴⁰. Em Coimbra, a data da «tomada da Bastilha», que comemorava a 25 de Novembro acontecimentos passados na Universidade em 1921, representava uma espécie de Dia do Estudante.

Foi a proibição do Dia do Estudante em Lisboa, prevista para começar a 24 de Março de 1962, que deu origem à mais grave crise académica do Estado Novo. Marcelo Caetano, na altura reitor da Universidade de Lisboa, demitiu-se. O Decreto-Lei nº44 357 garantia ao ministro da Educação o poder de ordenar processos disciplinares contra alunos dependentes do ministério. O Decreto-Lei nº44 632, de 15 de Outubro de 1962, acabava com a representação estudantil autónoma na Comissão Permanente das Organizações *Circum-Ecolares* do Ensino Superior, dando ao Ministro da Educação a faculdade de indicar os vogais estudantes universitários naquele órgão. As autoridades académicas tentaram substituir o Dia do Estudante pelo Dia da Universidade. Em 1965, celebrou-se o Dia da Universidade em Lisboa, a 21 de Janeiro, data em que a PIDE prendeu vários estudantes acusados de pertencerem ao Partido Comunista¹⁴¹.

Com comissões administrativas de nomeação ministerial, em vez de direcções eleitas, em Lisboa e em Coimbra, o ano lectivo de 1968-1969 trouxe uma nova vaga de radicalização ao movimento associativo. A 22 de Fevereiro, estudantes manifestaram-se contra a guerra do Vietname em Lisboa e Porto. Na capital, quatro mil estudantes decidiram protestar contra as políticas do Governo. Em Coimbra, as comemorações da «tomada da Bastilha» deram lugar a uma assembleia das academias de Lisboa, do Porto e de Coimbra, onde se aprovou a denominada «Declaração de Coimbra», que, entre outras coisas, exigia a participação de estudantes democraticamente eleitos na gestão da Universidade, a legalização de órgãos federativos e o lançamento de órgãos federativos e lançamento das bases da União Nacional dos Estudantes Portugueses¹⁴². Perante reivindicações de tal ordem, o Governo decidiu responder com violência policial.

¹⁴⁰ José Medeiros Ferreira, «O movimento estudantil nos anos sessenta», *Maio de 1968: trinta anos depois. Os movimentos estudantis em Portugal* (coord. Maria Cândida Proença), Lisboa, 1999, p.191.

¹⁴¹ Id., *Idem*, p. 190.

¹⁴² Rui Grácio, «A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil», *Portugal Contemporâneo* (dir. de António Reis), vol. 5, pp. 250-251.

Entretanto, chegou à Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra um convite da Presidência da República para, no dia 17 de Abril, se fazer representar na cerimónia de inauguração de um novo edifício das Matemáticas. A Direcção-Geral, vencedora das eleições de 12 de Fevereiro de 1969, aceitou de imediato¹⁴³. A Alberto Martins, um dos elementos radicais da Direcção-Geral, caberia a tarefa de pedir directamente a palavra ao Presidente da República e falar sobre a situação da Universidade em Portugal. Depois desse dia de fortes protestos, vários dirigentes estudantis acabaram suspensos de todas as suas actividades, inclusivamente de frequentarem as aulas¹⁴⁴. Vários dirigentes estudantis foram incorporados nas fileiras do exército depois de semanas de greves a aulas e exames e de manifestações¹⁴⁵.

Em jeito de conclusão, dir-se-ia que, entre 1968 e 1970, Marcelo Caetano lançou uma série de reformas ao nível social, educacional e económico, criou expectativas de liberalização política, mas a verdade é que não houve uma grande resposta para questões como a guerra colonial ou a reforma da universidade. A indefinição em África levou «a partir de 1970, à paralisação do curso reformista, a uma acentuada crispação repressiva, ao esboroamento da frente política reformadora que Caetano inicialmente concitara, à generalização do descontentamento popular, à radicalização da oposição ao regime e, principalmente, à agitação dos meios militares»¹⁴⁶.

5. Contra a guerra para alcançar a liberdade

Durante os anos em estudo, a imprensa periódica portuguesa dedicou muito do seu tempo ao acompanhamento da guerra do Vietname. Se a imprensa mais oposicionista, se empenhava no protesto contra a violência que os americanos aplicavam na Indochina e na luta contra a guerra colonial conduzida pelo Estado Novo, os periódicos fiéis à ditadura e aqueles que, apesar de ideologicamente independentes, acabavam por defender

¹⁴³ Celso Cruzeiro, *Coimbra, 1969. A Crise académica, o debate das ideias e a prática, ontem e hoje*, Porto, 1989, p. 119.

¹⁴⁴ Id., *Idem*, p.136.

¹⁴⁵ Id., *Idem*, p. 182.

¹⁴⁶ Fernando Rosas, «CAETANO, Marcelo José das Neves Alves», *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, p. 112.

as posições de Marcelo Caetano, preferiam colocar-se contra os comunistas que, tanto no Vietname como em África, se batiam por projectos independentistas.

O Século Ilustrado, revista semanal dirigida por Francisco Mata, era um dos periódicos nos quais mais fortemente se revelava interesse pela crítica à guerra. Vários artigos sobre o Vietname davam conta da destruição levada a cabo pelas hostes americanas. A cidade de Khe Sanh era fustigada a ferro e fogo pelos homens do General Võ Nguyên Giáp. Uma foto reportagem de Tariq Ali, pensador da *New Left*, fazia-se acompanhar por um texto intitulado «Quando as Bombas caem em Hanoi»¹⁴⁷. Outras acompanhavam os últimos minutos da vida de um soldado vitimado por uma emboscada americana¹⁴⁸ ou as crianças norte-vietnamitas que, de cigarro na boca e de arma na mão, se viam forçadas a crescer depressa. Dizia-se que, desde 1961, a guerra matara trezentas mil crianças e provocara ferimentos em cerca de um milhão¹⁴⁹. Mas a propaganda contra as políticas americanas seria feita através da publicação dos artigos da jornalista italiana Oriana Fallaci. Eis a descrição de um habitante ferido de Saigão: «Tem as mãos feridas, cortadas por todas as pedras a que se agarrou com desesperada fúria. O olhar é fixo, vítreo, inexpressivo»¹⁵⁰. Os soldados não escapavam ao medo: «Rezo, mesmo quando não tenho tempo, quando vou para a luta, digo: Deus, não me deixes morrer»¹⁵¹. Entrevistando o General NguYen Cao Ky, na altura primeiro-ministro do Vietname do Sul, Fallaci anotava palavras acicatadas pelo ódio: «Falar com Ho Chi Minh... Sim, talvez me agradasse. Mas com um revólver na mão»¹⁵². Sobre Nixon, garantia a jornalista que o presidente americano queria resolver o conflito com Hanoi através da força, e acrescentava: «É deselegante, caminha pesadamente, sorri-te, aperta-te a mão, mas não quer saber para nada das tuas opiniões»¹⁵³. Os habitantes de Hanoi viviam em angústia, eram pessoas sem cor, «olhávamos para aqueles cadáveres e parecia-nos que só poderíamos ver norte-vietnameses mortos. Era por isso que os amávamos, (...) que perguntávamos como seriam eles vivos»¹⁵⁴. Apesar de muitos dos seus textos se

¹⁴⁷ *O Século Ilustrado*, 10 de Fevereiro de 1968, pp.48-50.

¹⁴⁸ Id., 15 de Fevereiro de 1969, pp.44-49.

¹⁴⁹ Id., 3 de Agosto de 1968, p.34-39.

¹⁵⁰ Oriana Fallaci, «Vietname», Id., 21 de Fevereiro de 1968, p.37.

¹⁵¹ Id., p. 39.

¹⁵² Id., 13 de Abril de 1968, p.2.

¹⁵³ Oriana Fallaci, «Não gosto de Nixon», Id., 30 de Novembro de 1968, p. 61.

¹⁵⁴ Id., «Como é afinal o Vietname do Norte?», Id., 19 de Abril de 1969, p. 16.

dedicarem a criticar as forças americanas, Oriana Fallaci não deixava de dizer que, tanto em Hanoi como em Saigão, o sofrimento era desumano: «Vietcongs têm mutilado, matado, chacinado muitas crianças em Saigão. As suas bombas, os seus morteiros, não são mais piedosos que uma bomba americana, eu sei. Mas basta»¹⁵⁵. Robert Franchot Fisherman, soldado americano capturado pelo vietcong, privado dos seus direitos elementares, torturado, ansiava pelo fim da guerra para voltar para casa¹⁵⁶. Posteriormente, já em liberdade, Fisherman revelaria alguns dos episódios ocorridos durante a sua clausura em Hanoi: «Uma criança cuspiu-me na boca e arrancou-me o mástique de um dente obturado. (...) Recusaram dar-me assistência médica»¹⁵⁷.

Com Francisco Eugénio Martins como director, a revista mensal *Vida Mundial* juntava no corpo redactorial nomes como Júlio de Sousa Martins, Armando Pereira da Silva, Armando da Silva Carvalho ou Carlos Araújo. A partir de 26 de Junho de 1970, o director passou a ser Carlos Ferrão, conhecido historiador da I República Portuguesa. Muito interessada pela política americana e pelo Vietname, a revista fazia análises cuidadas de personalidades políticas como Richard Nixon, Eugene McCarthy, Lyndon Johnson ou Walter Lippman, jornalista do *Herald Tribune* a viver em França desde 1964, altura da eleição de Johnson e da intensificação da guerra no Vietname. Em conformidade com a publicação anterior, a *Vida Mundial* apostava na condenação do conflito no Vietname. Aquando do Tet, de 31 de Janeiro de 1968, eram publicadas imagens de soldados vietcong a serem brutalmente assassinados, de crianças feridas. Diversas reportagens propagandeavam Hanoi. Numa delas, o repórter François Chalais confessava o seu amor pelos inimigos dos americanos: «Este povo extraordinário, que eu ia aprender não só a admirar mas a amar, este povo contra o qual têm atentado e atacado tantas vezes e tão atrozmente, aprendeu a arte de morrer o menos possível»¹⁵⁸. Noutra, os norte-vietnamitas salvavam um piloto de avião americano, John McCain, candidato presidencial nas eleições americanas de 2008¹⁵⁹.

No mesmo caminho prosseguia o semanário regional (mas com projecção nacional) *Comércio do Funchal*. Dirigido por João Carlos da Veiga Pestana, com Vicente

¹⁵⁵ Id., «Mulheres em Armas», Id., 3 de Maio de 1969, p.27.

¹⁵⁶ Id., «Prisioneiros americanos no Vietcong», Id., 10 de Maio de 1969, p.17.

¹⁵⁷ Id., «Tratamento desumano», Id., 20 de Dezembro de 1969, p.25.

¹⁵⁸ François Chalais, «Viver em Hanói», *Vida Mundial*, nº1510, 17 de Maio de 1968, p.36.

¹⁵⁹ Id., *Idem*, p.30.

Jorge Silva e José Manuel Barroso nos papéis de coordenadores gerais, conheceu uma pausa na sua publicação entre 19 de Maio e 3 de Novembro de 1968. Na crítica ao Vietname, caracterizava-se a ofensiva do Tet como a maior derrota infligida pelo vietcong aos americanos desde a batalha de Dieu Bien Phu, e «a demonstração evidente da incapacidade dos americanos em ganharem uma guerra que, cada vez mais, se aproxima de um perigoso beco sem saída»¹⁶⁰. Nos seus diários de guerra, Michèle Ray, «Prisioneira do Vietcong», não se considerando presa mas em liberdade vigiada, propagandeava o vietcong. Garantia Ray, de forma assaz emocionada, que, por ter recebido um excelente tratamento em Hanoi, não desejava voltar a Saigão, onde a crueldade americana era maior¹⁶¹. Não poucas vezes, o *Comércio do Funchal* associava os acontecimentos no Vietname à decadência da sociedade americana. Procurando a evasão através de drogas como a marijuana ou a LSD, os hippies não eram mais do que um sinal de alarme contra uma sociedade autoritária que tentava impor-se pela força dos seus princípios, a fim de eliminar a existência da personalidade, do indivíduo¹⁶². A cada passo se denunciava o carácter opressor dos Estados Unidos. Poucos dias após o assassinato de Luther King, avisava-se: «Se os americanos continuarem a exercer pressões sobre as ideias, os negócios e a liberdade, encaminhar-nos-emos, decerto, para um fascismo sombrio»¹⁶³. Luís Filipe Sabino comparava a universidade ocidental ao Vietname. Se o Vietname era um campo de experiência autoritária, as universidades eram centros de recrutamento de economistas e de técnicos necessários para o aparelho repressor do Estado¹⁶⁴. Apontava-se o dedo a Nixon pela invasão ao Camboja em 1970¹⁶⁵.

Em Setembro de 1968, devido à morte de Julião Quintanilha, Augusto Abelaira ascendeu ao cargo de editor de *Seara Nova*. Em Fevereiro de 1969, Abelaira tornou-se director, substituindo Rogério Fernandes, e Vasco Martins ficou com os cargos de director-adjunto e de editor. Com as colaborações regulares de autores com as mais

¹⁶⁰ *Comércio do Funchal*, 4 de Fevereiro de 1968, p. 7.

¹⁶¹ Michèle Ray, «Prisioneira do Vietcong», Id., 10 de Março de 1968, p.11.

¹⁶² Cecile Claire, «Os Hippies», Id., 17 de Março de 1968, p.7.

¹⁶³ José João Louro, «Aproxima-se o “Verão 68”», Id., *Idem*, p.12.

¹⁶⁴ Luís Filipe Sabino, «Esquecer o Vietname», Id., 15 de Dezembro de 1968, p.5.

¹⁶⁵ Id., 15 de Março de 1970, p.9.

diversas formações¹⁶⁶, a *Seara Nova* constituía um expressivo meio de difusão intelectual. No que se refere ao protesto, a revista centrava-se quase totalmente em questões que envolviam os Estados Unidos. Criticando o belicismo americano na Indochina, publicava, à semelhança do *Comércio do Funchal*, diários de Michèle Ray, prisioneira do vietcong. Na hora da libertação, esta repórter ficara a amar os seus captores e a odiar os americanos e todo o ambiente que rodeava Saigão: «A transição do regresso, o choque é mais violento do que no momento da minha captura. Duas horas depois, um médico pergunta-me: “Foi violentada?” Não há sombra de dúvida, estou realmente “do outro lado”»¹⁶⁷. Apesar da publicação de peças jornalísticas de teor propagandístico contra o exército americano, como as de Michèle Ray, a revista não punha de lado o estilo lúcido, fundamentado, com que analisava as questões. A título de exemplo, o Prof. Marshall Windmiller, do San Francisco State College, dizia que o que estava em causa no Vietname era saber se o Presidente Nixon poderia terminar a guerra e estabilizar Saigão por um preço que não fosse fatal para a estabilidade interna dos Estados Unidos¹⁶⁸.

O semanário *Notícias da Amadora*, «tribuna ao serviço das populações dos concelhos de Oeiras e Sintra», fundado a 15 de Outubro de 1958, tendo como director, administrador e redactor principal Orlando Gonçalves, e João Lopes Vilhena como administrador, editor e proprietário, transformou-se num órgão de intervenção política quando, em 1963, a coordenação da redacção passou das mãos de Domingos Janeiro para Orlando Gonçalves. Todavia, impedido pela Direcção Geral de Informação de tomar posse dos seus cargos com base na polícia política, Orlando Gonçalves apenas pôde assumir a direcção do jornal depois do 25 de Abril. Não obstante, a partir de 12 de Janeiro de 1970, o jornal deixou de mencionar os nomes dos responsáveis da redacção na manchete do jornal e aproximou-se da esquerda ortodoxa. Lexemas como «revolucionário» ou «revolução» passaram a ser recorrentes.

Não abordando a doença de Salazar, nem sequer a ascensão de Marcelo Caetano, o *Notícias da Amadora*, com claro desprezo por qualquer figura ligada ao Estado Novo, tinha como principal objectivo o de lutar pelo nível de vida dos habitantes dos concelhos

¹⁶⁶ Tais como Mário Sacramento, Fernando Namora, Jorge Sampaio, Fernando Lopes-Graça, Urbano Tavares Rodrigues, José Saramago, Alberto Ferreira, Mário Dionísio, Sttau Monteiro, Vítor Silva Tavares, Mário Soares, Luís Salgado de Matos ou Francisco Salgado Zenha.

¹⁶⁷ *Seara Nova*, nº 1467, Janeiro de 1968, p.18.

¹⁶⁸ Id., nº1497, Julho de 1970, p.311.

aos quais se dirigia. Importava, por exemplo, noticiar a construção de uma piscina na Amadora, dar conta da pobreza na Brandoa, escrever sobre o direito à habitação e sobre a necessidade de trazer espaços verdes a zonas urbanas habitadas a acolher lixo. As eleições de 1969 constituíram um dos poucos momentos em que o jornal aproveitou para protestar directamente contra a ditadura. Escrevia Orlando Gonçalves aos eleitores: «Sei que irás votar na liberdade e dignidade das pessoas humanas, no progresso técnico, económico e social do país, na obra límpida e saudável da renovação»¹⁶⁹. Ao lado, fazia-se publicidade à lista apoiada pelo jornal, a CDE. Por outro lado, pouco se falava de temas muito badalados na altura, como o Maio de 68 ou o Vietname. A situação alterou-se a partir de meados de 1970, com a referida radicalização do semanário. António Villaverde Cabral seria o grande dinamizador dos vitupérios lançados a Richard Nixon a propósito da escalada de violência no Camboja. Asseverava Villaverde Cabral que, em vez de sociedade da abundância, a América, mãe do consumismo desenfreado e produtora de armas de guerra a um ritmo industrial, devia ser apelidada de «sociedade do desperdício»¹⁷⁰.

Apesar do desprezo que estes jornais mantinham em relação ao militarismo americano, é de referir que, muito por causa da censura, havia uma certa escassez de notícias acerca da guerra em África. Quase não se dava conta da crueldade que se abatia sobre os soldados portugueses. O comunista clandestino *Avante!* dava a empáfia que outros jornais não clandestinos não podiam dar à contestação dos estudantes portugueses e à guerra em África. Logo em Janeiro de 1968 se dizia que mil e quinhentos estudantes se haviam manifestado nas ruas de Coimbra por não terem sido autorizados a comemorar a Tomada da Bastilha¹⁷¹. Em Fevereiro, o motivo das manifestações dos estudantes do Porto e de Lisboa era o Vietname. Dois anos depois, a 21 Fevereiro de 1970, continuavam os relatos de manifestações da juventude «contra o imperialismo americano e pelo fim das guerras coloniais». Gritavam slogans como «Tirem as mãos do Vietname» ou «Tirem as mãos de Portugal»¹⁷². Várias eram as notícias que relatavam as lutas dos estudantes de Lisboa e do Porto pelos seus direitos associativos, dos «Lutos Académicos»

¹⁶⁹ Orlando Gonçalves, «Palavras simples a um eleitor», *Notícias da Amadora*, 18 de Outubro de 1969, p.4.

¹⁷⁰ A. Villaverde Cabral, «Sociedade de Abundância», Id., 21 de Dezembro de 1970, p.7.

¹⁷¹ *Avante!*, nº387, Janeiro de 1968, p.1.

¹⁷² Id., nº 415, Abril de 1970, p.6.

na Universidade do Porto, de greves, de plenários, de manifestações e de cargas policiais¹⁷³. Em greve a aulas e exames na Universidade de Coimbra, cerca de quatro mil e quinhentos estudantes paralisavam a cidade, após a inauguração oficial da Secção de Matemáticas da Faculdade de Ciências, a 17 de Abril de 1969¹⁷⁴. Por um lado, criticando a guerra em África, por outro, condenando o conflito no Vietname, o *Avante!* opunha-se àquilo que chamava de «fascismos». Quanto ao Vietname, dizia-se que, ao contrário dos americanos, o povo de Hanoi não agredira nenhum outro povo, nem procurara conquistar países¹⁷⁵. Em relação a África, devia-se aproveitar o 1º de Maio para recusar uma guerra colonial que pesava cada vez mais sobre os ombros da classe operária e das massas trabalhadoras¹⁷⁶. Não obstante esta abertura, em relação à invasão da Checoslováquia, as posições do Partido Comunista não poderiam ser mais rígidas. Defendia o *Avante!* que, contra os ataques dos americanos, o Pacto de Varsóvia tomara a melhor decisão ao invadir a Checoslováquia, controlando dessa forma possíveis subversões¹⁷⁷.

Se os periódicos atrás abordados não escondiam o desprezo pelo belicismo americano e não se coíbiam de repudiar todos os tipos de colonialismo, mesmo que de forma velada em relação a África, o mesmo não se pode afirmar acerca dos jornais que de seguida se analisarão.

O vespertino *Diário Popular*, primeiro jornal a abrir a redacção a uma mulher em 1968¹⁷⁸, tinha Martinho Nobre de Mello, antigo ministro de Estado de Sidónio Pais e embaixador no Rio de Janeiro, como director e R. Ribeiro de Oliveira como editor. Defendia o patriotismo social e punha em evidência a guerra em África. Alguns combatentes enviavam cartas do ultramar. Em Janeiro de 1968, um capitão partilhava com os leitores o sofrimento dos seus soldados: «O soldado cai e levanta-se e torna a cair para de novo se levantar, num esforço maior do que permite a força humana»¹⁷⁹. Outro capitão relatava as hostilidades num estilo não menos apaixonado e literário: «Os abutres passam no ar à espera da sua vez...As casas são revistadas e incendiadas. Explodem

¹⁷³ Id., nº401, Abril de 1969, p.3.

¹⁷⁴ Id., nº 403, Junho de 1969, p.4.

¹⁷⁵ Id., nº387, Janeiro de 1968, p.6.

¹⁷⁶ Id., nº389, Março de 1968, p.1.

¹⁷⁷ Id., nº 395, Setembro de 1968, p. 1.

¹⁷⁸ Maria Virgínia Aguiar.

¹⁷⁹ Capitão Barão da Cunha, «Três Frentes de Guerra», *Diário Popular*, 1 de Janeiro de 1968, p.7.

munições e apanham-se algumas armas e documentos»¹⁸⁰. Ao mesmo tempo que se expunha a difícil condição dos portugueses em África, sustentava-se um princípio nacionalista que impedia que se concebesse uma hipotética independência para as colónias. Portugal era uno. Interpretando, à semelhança de jornais mais ligados ao Estado Novo, a visita de Américo Tomás a África como algo extraordinário, dizia-se que se tratava de um encontro de Portugal com Portugal¹⁸¹. Os movimentos de libertação eram apelidados de grupos terroristas¹⁸². De visita a Moçambique, o repórter Nuno Rocha descrevia Lourenço Marques como uma cidade tranquila, fraterna, acolhedora¹⁸³. De vez em quando, passavam grupos de rapazes «portugueses, negros e brancos, todos misturados e convivendo alegremente»¹⁸⁴. Este repórter garantia que a paz só poderia voltar ao norte de Moçambique se, a par da extraordinária acção que o Exército português desempenhava, os dirigentes da FRELIMO deixassem de manejar macondes para ameaçarem as populações locais¹⁸⁵. Concluía afirmando que, quando o inimigo proclamasse que África pertencia aos africanos, estes deveriam responder que os africanos poderiam ser brancos, e quando o inimigo condenasse o colonialismo português, responderiam: «Não, eles combatem em nome de movimentos internacionais que pretendem apenas substituir, em Angola, Moçambique e na Guiné, a presença portuguesa»¹⁸⁶. Já em Lisboa, Nuno Rocha confessava-se admirador dos soldados que, vivendo na selva, de arma em punho, se batiam contra terroristas¹⁸⁷. Uma jovem estudante de Direito angolana assinava uma carta na qual garantia que seria tão lógico falar de autodeterminação para o ultramar quanto para os Açores ou para o Algarve¹⁸⁸.

O nacionalismo do *Diário Popular* manifestava-se também na política interna. Na senda dos periódicos mais tradicionalistas, acompanhava o desenvolvimento da doença de Salazar, sempre esperando melhorias, e concedia total apoio a Marcelo Caetano. O jornal desejava uma liberdade responsável, ordeira, sem excessos, como confirmaria o

¹⁸⁰ Capitão-de-mar-e-guerra Malheiro do Vale, Id., *Ibidem*.

¹⁸¹ Id., 3 de Fevereiro de 1968, p.7.

¹⁸² Id., 4 de Fevereiro de 1968, p.1.

¹⁸³ Id., 13 de Abril de 1968, p.9.

¹⁸⁴ Id., *Ibidem*.

¹⁸⁵ Id., 3 de Maio de 1968, p.23.

¹⁸⁶ Id., 8 de Maio de 1968, p.25.

¹⁸⁷ Id., 24 de Maio de 1968, p.30.

¹⁸⁸ Id., 8 de Outubro de 1969, p.9.

director Martinho Nobre de Mello em editorial que, defendendo a prática da verdade livre «em ambiente de tranquilidade e dignidade cívicas», elogiava as conversas em família inauguradas por «*the right man in the right place*»¹⁸⁹. Durante a campanha eleitoral para as eleições de Outubro de 1969, dava-se muitas vezes a voz a Marcelo Caetano e a vários dos seus apoiantes, coisa que não se fazia em jornais que se opunham totalmente à renovação na continuidade. Percorrendo o país de lés-a-lés, numerosos populares se manifestavam euforicamente a favor do Presidente do Conselho¹⁹⁰. Por outro lado, o *Diário Popular* demonstrava bastante interesse pelo envolvimento americano no Vietname. Durante vários dias em Abril de 1968, saíram várias reportagens de José da Câmara Leme, enviado especial a Saigão. Este repórter descrevia Saigão como uma cidade caótica triste, deprimente, onde se passava fome, e enaltecia o poder norte-vietnamita, o qual, ao contrário do poder bélico americano, se caracterizava pelo conhecimento do terreno, dos costumes e da língua, pelas «afinidades ráticas» e pelo uso «legal e legítimo da violência como meio de coacção junto das gentes neutrais»¹⁹¹. Numa viagem com setenta militares para Da Nang de avião, sentia o repórter que toda uma geração de homens ficaria marcada por uma guerra que certamente jamais as convenceria¹⁹². A 14 de Junho de 1968, de visita à base americana em Dong Ha, José da Câmara Leme revelava-se impressionado com o cheiro pestilento de cadáveres em putrefacção e dizia que só a cor da morte prevalecia¹⁹³.

Mais conservadores eram os jornais do Porto. Com M. Pacheco de Miranda a director e Carlos Rocha a editor, o *Jornal de Notícias* quase não noticiava as eleições de 1969 e, quando o fazia, apoiava a União Nacional. Já em 1968 acompanhara a evolução da doença de Salazar, expressando constantes desejos de melhoras a um «espírito indomável»¹⁹⁴. Em dois outros jornais regionais do Porto, o *Primeiro de Janeiro*, dirigido por Manuel Pinto de Azevedo Jr., e o *Comércio do Porto*, dirigido e editado por F. Seara Cardoso, a situação não era diferente. Embora se considerassem independentes, estes jornais não revelavam grande interesse pela evolução política do país. Olhavam com

¹⁸⁹ Id., 22 de Março de 1969, p.7.

¹⁹⁰ Id., 13 de Outubro de 1969, p.1.

¹⁹¹ José da Câmara Leme, «De Saigão», Id., 11 de Abril de 1968, p.13.

¹⁹² José da Câmara Leme, «De Saigão», Id., 18 de Abril de 1968, p.9.

¹⁹³ Id., 14 de Junho de 1968, p.7.

¹⁹⁴ *Jornal de Notícias*, 18 de Setembro de 1968, p.1.

simpatia para Marcelo Caetano e para a sua ideia de renovação sem excessos. Exceptuando casos pontuais, não se alimentava tipo algum de subversão ou de protesto. Quando se pretendia informar os leitores sobre África, afirmava-se, muito paternalistamente, a ideia de que o país apenas poderia caminhar para o futuro com Angola, Moçambique e Guiné sob a alçada portuguesa. Havia a crença de que Marcelo Caetano cumpriria gradualmente as suas promessas de colocar Portugal no caminho europeu da modernização e, por conseguinte, pouco ou nada se punha em causa sua liderança.

Dirigido por Guilherme Pereira da Rosa, filho do ex-director João Pereira da Rosa, de tradição republicana e liberal, repudiando miragens revolucionárias que traziam em si os germes da desagregação e das convulsões cujo saldo era o sangue derramado¹⁹⁵, *O Século*, jornal de maior circulação em Lisboa, aprovava o Estado Novo. Através do enviado especial Luís Rosa Duarte, descrevia a visita presidencial de Américo Tomás de forma deveras emotiva. Em Novo Lamego ou em Bafatá (Guiné), o povo vitoriava apoteoticamente o Presidente¹⁹⁶. As populações acorriam a festejá-lo, num eloquente testemunho de respeito e de fidelidade à pátria comum¹⁹⁷. Portugal uno, independente, era festejado com júbilo pelos portugueses negros que viviam em África¹⁹⁸. Por ocasião do septuagésimo nono aniversário de Salazar, *O Século* publicava uma fotografia do ditador rodeado de flores e de crianças¹⁹⁹. Os elogios aos governantes do Estado Novo eram constantes. No dia em que se noticiava a saída de Salazar do Governo dizia-se: «o prof. Oliveira Salazar abandona o Governo oferecendo os altos exemplos de dignidade de espírito e de sentimento, de fervoroso amor à Pátria, de modéstia e de pobreza, e de uma fortaleza de ânimo, uma indomável energia»²⁰⁰. Os elogios continuariam a ser atribuídos a Marcelo Caetano. Dizia-se, a propósito da visita do governante ao Brasil, que nunca o Rio de Janeiro tributara tanta apoteose a um visitante²⁰¹. Marcelo Caetano era o líder de que Portugal necessitava para enfrentar os problemas do mundo moderno²⁰². Os meses de

¹⁹⁵ *O Século*, 26 de Outubro de 1969, p.6.

¹⁹⁶ Id., 5 de Fevereiro de 1968.

¹⁹⁷ Id., 7 de Fevereiro de 1968, p.1.

¹⁹⁸ Id., 24 de Fevereiro de 1968, p.9.

¹⁹⁹ Id., 24 de Abril de 1968, p.1.

²⁰⁰ Id., 27 de Setembro de 1968, p.1.

²⁰¹ Id., 11 de Junho de 1969, p.1.

²⁰² Id., 13 de Junho de 1969, p.1.

Setembro e Outubro de 1969 seriam quase todos preenchidos por diversos elogios ao Presidente do Conselho. Em vez de discutir as eleições, *O Século* dava conta das aclamações que o povo fazia a Marcelo Caetano na Beira Alta.

Ao mesmo tempo, e contrariamente ao *Diário Popular* e aos jornais publicados no Porto, *O Século* fazia um bom acompanhamento da guerra no Vietname. Os acontecimentos do Tet eram divulgados com uma fotografia de um soldado agonizante no chão, acompanhada da nota: «Inferno em Saigão após um ataque geral a todas as grandes cidades e bases em metade do Vietnam do Sul»²⁰³. Nos dias seguintes, continuava a descrição da barbárie. A 3 de Fevereiro, aparecia na manchete do jornal a famosa fotografia de Nguy Loan, comandante da polícia de Saigão, a abater um oficial vietcong. A postura era, como em quase todos os jornais, crítica em relação ao chamado imperialismo americano. A partir da segunda metade de Março, a Checoslováquia começou a ser tema nas páginas do jornal. A 27 de Março de 1968, informava-se que o «resistente e imperturbável estalinista» Antonin Novotny, que já havia abandonado o lugar de secretário-geral do Partido Comunista Checo, acabara de abandonar o cargo de Presidente da República. Em Agosto, relatava-se a invasão de Praga pelos soviéticos com um texto intitulado «Outra vez algemas para a liberdade», misturado com fotos de manifestantes que tentavam impedir o andamento de tanques²⁰⁴. Dos vários suplementos de *O Século* – «Vida Feminina», «Das letras e das Artes», etc. – o que mais se destacava era o «Cinéfilo». Vendido separadamente do jornal, dirigido e editado por Augusto Fraga, procurava acompanhar a vida social das principais figuras do cinema através daquilo que os seus protagonistas faziam fora dos filmes, na vida social. Mais aberto à cultura jovem do que o jornal propriamente dito, este suplemento revelava as opiniões de diferentes personalidades sobre a guerra. A título de exemplo, o realizador e actor francês Roger Vadim, marido de Jane Fonda, considerava-se orgulhoso pelo combate que a sua mulher mantinha para levar a paz ao Vietname²⁰⁵. Já Joan Baez ganhava espaço para dizer que a ideia de não-violência se estava a afirmar um pouco por todo o mundo²⁰⁶.

²⁰³ Id., 31 de Janeiro de 1968, p.1.

²⁰⁴ Id., 22 de Agosto de 1968, p.1.

²⁰⁵ Id., suplemento «O Cinéfilo», 1 de Agosto de 1970.

²⁰⁶ Id., 1 de Fevereiro de 1971.

Considerando-se independente, republicano, oposicionista, *A Capital* começou a ser publicado a 21 de Fevereiro de 1968. Na origem do vespertino, estiveram Norberto Lopes (director) e Mário Neves (director-adjunto), os quais entraram em diferendo com a administração do *Diário de Lisboa* quando uma parte das acções do jornal foi vendida ao Banco Nacional Ultramarino. A partir de certa altura, gerou-se uma manobra política conduzida por César Moreira Baptista, Secretário de Estado da Informação e do Turismo, que provocou a saída do director de *A Capital* e acabou com a sua independência. Com a referida saída de Norberto Lopes e de Mário Neves a 27 de Abril de 1970, ficou o jornalista Maurício de Oliveira com o cargo de director até 17 de Junho de 1971, altura da entrada de Manuel José Homem de Melo para essa posição²⁰⁷.

Após a ascensão de Marcelo Caetano ao poder, *A Capital* desdobrou-se em elogios ao novo líder, mas o que o jornal verdadeiramente desejava era a reestruturação da vida política portuguesa, criando estruturas novas que garantissem a liberdade de expressão e de imprensa, e a democratização de todos os aspectos da vida social²⁰⁸. *A Capital* manifestava o desejo de que estivesse próximo o dia em que todos os portugueses pudessem colaborar na mesma obra de engrandecimento da pátria, esperava pela democracia²⁰⁹, falava de um importante passo dado no caminho do restabelecimento da liberdade²¹⁰. Exibia caricaturas de Marcelo Caetano²¹¹. Aquando do Congresso Republicano de Aveiro, este jornal fazia sinceros votos para que, em Portugal, República e Democracia fossem conceitos inseparáveis²¹². No «Caderno Político», especialmente criado por *A Capital* para acompanhar as eleições, dava-se destaque aos candidatos das diferentes listas. O grau de descomprometimento do jornal era suficiente para publicar declarações da CDE de Leiria a favor da paz em África²¹³. Mesmo nos editoriais que antecederiam as eleições, apelava-se à liberdade de pensamento individual²¹⁴. O jornal concedia espaço aos oposicionistas para manifestarem o seu pensamento. As temáticas acabavam por desembocar na liberdade. A entrevista concedida pelo escritor Ferreira de

²⁰⁷ Manuel José Homem de Melo ficaria no cargo até 11 de Dezembro de 1974.

²⁰⁸ *A Capital*, 1 de Outubro de 1969, p.3.

²⁰⁹ Id., 2 de Outubro de 1968, p.10.

²¹⁰ Id., 8 de Outubro de 1968, p.1.

²¹¹ Id., 24 de Outubro de 1968, p.1.

²¹² Id., 15 de Maio de 1969, p.4.

²¹³ Id., suplemento «Caderno Político», 3 de Outubro de 1969, p.2.

²¹⁴ Id., 9 de Outubro de 1969, p.2.

Castro a poucos dias das eleições era exemplo disso: «Eu apoio todos os que lutam nestes dias para que a liberdade volte. (...) Como não divorciar-se do povo um regime que lhe impõe a servidão sem direito de protestar, um silêncio espesso que não permite qualquer discordância pública, um passado segregado pelas várias ameaças pairantes, que se sabe poderem tornar-se efectivas, como tantas vezes tem acontecido?»²¹⁵.

No que se refere ao Vietname, saíam a lume fotografias com crianças do Camboja a manifestarem-se contra os americanos, mulheres feridas ou pequenos rapazes com pistolas empunhadas, preparados para defenderem a independência dos seus territórios²¹⁶, dizia-se que o Camboja protestava e que a comunidade internacional o acompanhava, com manifestações em vários países, desde o continente asiático à Europa. Só em Roma, mais de dez mil pessoas haviam-se manifestado contra as acções americanas²¹⁷. Noutras situações, dava-se conta da iminência da derrota americana. Mas era a divulgação de imagens de guerra, de feridos, de crianças violentadas, do massacre, que dava impacto ao protesto contra o Vietname. *A Capital* revelava, no entanto, um certo desinteresse pelo que se passava no estrangeiro. Surgiam manchetes com referências ao Vietname mas não existiam verdadeiras perspectivas críticas. Dava-se conta de rebeliões em universidades espanholas, de manifestações pacifistas em Londres, em Paris, na faculdade de Vincennes. Dizia-se que Franco pusera fim a uma liberalização que durava havia dez anos. A Itália encontrava-se ameaçada por greves gerais que paralisavam o país: «os três maiores sindicatos calculam que 18 milhões de italianos, desde pilotos de carreiras aéreas a músicos e jornalistas, aderiram à greve, declarada para apoiar pedidos de reformas mais elevadas»²¹⁸. Mas faltavam opiniões, perspectivas críticas.

O *República*, jornal diário republicano de pequenas dimensões, fundado por António José de Almeida e dirigido em 1968 por Carvalhão Duarte, considerava-se ideologicamente independente. Tendo como grande interesse o republicanismo, dava grande destaque ao II Congresso Republicano de Aveiro, ocorrido entre 15 e 17 Maio de 1969. Foi este, aliás, o grande momento oposicionista do jornal. No dia 15 de Maio,

²¹⁵ Id., 18 de Outubro de 1969, p.4.

²¹⁶ Id., 7 de Abril de 1970, p.1.

²¹⁷ Id., 2 de Maio de 1970, p.12.

²¹⁸ Id., 4 de Fevereiro de 1969, p.7.

surgia na manchete a fotografia de Mário Sacramento, falecido pouco tempo antes²¹⁹. Eduardo Valente da Fonseca, enviado especial, citava as opiniões de José Tengarrinha, Santos Simões, Rui Grácio e Joel Serrão, figuras presentes no Congresso, para exprimir os desejos gerais de abertura, de promoção da mulher, de democratização da sociedade portuguesa e do ensino²²⁰. Várias mensagens apelavam à democracia, à liberdade, verdadeiras bases da Justiça. José Magalhães Godinho apelava ao surgimento de novos partidos políticos, essenciais para a criação da República²²¹. Outro momento no qual o *República* revelou o seu carácter oposicionista foi nas eleições de 1969. De Setembro a Outubro, o periódico ocupou-se quase totalmente com a propaganda às listas da oposição. Saíram vários artigos apelando a valores democráticos. Considerava-se a Democracia o mecanismo de acção em que todos os indivíduos poderiam realizar a sociedade mais equilibrada, mais justa²²². Publicava-se uma entrevista concedida por Mário Soares ao *Le Monde*, na qual se afirmava que Marcelo não era o homem da mudança mas da continuidade, e que o Governo tudo faria para não existirem oposicionistas dentro da Assembleia Nacional²²³. Joaquim Felgueiras, candidato da CDE do Porto, garantia que os portugueses precisavam de exorcizar o medo que o Estado Novo lhes incutira durante decénios, e aprender a discutir, a contestar ideais, para que o país se integrasse na vida democrática²²⁴.

Muito preocupado com a divulgação do republicanismo, a 31 de Janeiro de 1968, dia em que quase todos os jornais falavam sobre o Tet, o *República* publicava textos de Basílio Teles e de Bernardino Machado sobre o 31 de Janeiro de 1891. Durante o mês seguinte, o jornal esforçou-se por acompanhar o desenrolar dos acontecimentos no Vietname. Como em todos os outros, dizia-se que os americanos estavam muito perto da derrota. Os «corajosos» norte-vietnamitas tinham cercado bases americanas como as de Khe Sanh, de Bien Hoa ou do Delta do Mekong²²⁵, estavam às portas de Saigão,

²¹⁹ Mário Sacramento (1920-1969). Médico de formação, crítico literário em publicações como *Diário de Lisboa*, *Comércio do Porto*, *Vértice* ou *Seara Nova*, pertenceu em 1946 à primeira Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ) e foi um dos impulsionadores do I Congresso Republicano de Aveiro (1957). Preso cinco vezes pela PIDE.

²²⁰ *República*, 15 de Maio de 1969, p.8.

²²¹ Id., 17 de Maio de 1969, p.4.

²²² Id., 27 de Setembro de 1969, p.7.

²²³ Id., 4 de Outubro de 1969, p.7.

²²⁴ Id., 17 de Outubro de 1969, p.14.

²²⁵ Id., 7 de Fevereiro de 1968, p.1.

massacrando fuzileiros americanos²²⁶, preparando-se para devastar tudo, como na cidade de Ca Mau²²⁷. O colunista António Marcelino Mesquita escrevia regularmente sobre o Vietname e sobre outros problemas «de uma sociedade doente» como a americana. Já o Maio de 68 não tinha mais relevo do que nos jornais anteriores. Não interessava dar conta dos acontecimentos sob uma perspectiva crítica. Utilizava-se as informações de agências internacionais para falar da violência que se ia desencadeando no *Quartier Latin*, dos estudantes que, «hasteando a bandeira vermelha», faltavam ao respeito à ordem natural da sociedade²²⁸.

Com Augusto de Castro na direcção e Alberto dos Reis na posição de editor, o *Diário de Notícias*, considerado o jornal com maior tiragem do país, tinha relevo na propaganda ao Estado Novo. As viagens do sucessor de Salazar pelo país eram descritas de forma a dar a entender que as populações viviam eufóricas com o regime. Fosse na Covilhã ou na Beira Alta, Marcelo Caetano era aclamado pelo povo. Em notícia de 13 de Outubro de 1969, pouco antes de umas eleições para as quais já alertara para a necessidade de lutar contra opositoristas que tinham interesses contrários aos do país, contava o *Diário de Notícias* que, até à sua chegada a Tomar, o governante havia sido aclamado por milhares e milhares de pessoas ao longo de trezentos e setenta quilómetros²²⁹. No que se refere à guerra colonial, em 1968, a acção propagandística dos feitos valorosos dos soldados portugueses em África começara com reportagens de João Falcato. Paciente no sofrimento, sóbrio nas exigências de alimento, o combatente português era um estóico vencedor²³⁰. Ao relatar a sua viagem ao ultramar, o repórter José do Canto Moniz declarava-se impressionado com o que havia encontrado e concluía que apenas restava uma opção aos portugueses: «FICAR!»²³¹.

Pertencentes à imprensa católica mas não abertos ao protesto político, como outras publicações de cariz religioso às quais se dará relevo mais adiante, o *Novidades*, *A Voz* e *A Ordem* mantinham uma postura deveras conservadora perante a evolução política, tanto em Portugal como no estrangeiro. Juntamente com o *Diário de Notícias* e

²²⁶ Id., 19 de Fevereiro de 1968, p.1.

²²⁷ Id., 29 de Fevereiro de 1968, p.1.

²²⁸ Id., 15 de Maio de 1968, p.1.

²²⁹ *Diário de Notícias*, 13 de Outubro de 1969, p.2.

²³⁰ João Falcato, «Na Guiné, em Guerra», Id., 16 de Janeiro de 1968, p.7.

²³¹ José do Canto Moniz, «Ficar», Id., 20 de Outubro 68, p.2.

com o *Diário da Manhã*, eram os jornais que mais defendiam o uso da autoridade e da ordem para manter a coesão nacional intacta após a doença de Salazar.

Órgão oficioso do Vaticano, dirigido e editado por Avelino Gonçalves, o jornal *Novidades* tendia a seguir as posições de Paulo VI, mesmo quando estas não coincidiam com as do Estado Novo. No dia 1 de Janeiro de 1968, celebrava-se o primeiro Dia Mundial da Paz e o jornal não deixava de invocar as palavras do Papa. Ainda dois dias depois se dizia que a paz seria sempre possível²³². A paz fazia falta porque a guerra nos havia sido imposta²³³. A 9 de Maio de 1968, anunciava-se a decisão de Paulo VI assistir ao 39º Congresso Eucarístico Internacional de Bogotá, o qual, vindo a realizar-se de 18 a 25 de Agosto, teria como tema principal a paz²³⁴. A 20 de Março de 1969, confirmava-se a primeira visita de um Papa a África para Julho desse ano.²³⁵ Durante os dias desta visita, multiplicaram-se os desejos de paz para todo o continente africano. Discursando no parlamento do Uganda, afirmava Paulo VI: «as populações interessadas têm o direito de aspirar a uma autonomia legítima, mas, nalguns casos concretos, o melhor método para a alcançar, talvez um pouco mais lento mas mais seguro, seria o de preparar, de antemão, homens e instituições capazes de um autogoverno verdadeiro e sólido»²³⁶. É ainda de referir que o *Novidades* se interessava bastante pela evolução do conflito no Vietname. Regra geral, as notícias eram dadas num registo de crítica à violência mas, perante o sucesso comunista ou americano, escolhia-se o do último. A 21 de Outubro de 1968, publicava-se a primeira declaração de Paulo VI sobre o Vietname, desde que Lyndon Johnson anunciara que não se recandidataria à presidência americana, na qual se afirmava que a Paz no Vietname se tornaria esperança para o mundo²³⁷. Por outro lado, o nacionalismo católico do *Novidades* fazia-o defender a missão civilizadora portuguesa em África». Aquando da visita de Américo Tomás a África em Janeiro de 1968, garantia-se que ainda não se tinham apagado os ecos da extraordinária jornada de portugalidade²³⁸. O *Diário de Notícias* relatava esta viagem de forma exaustiva e sempre muito sentimentalmente. Os portugueses nas províncias realizavam impressionantes cenas de

²³² *Novidades*, 3 de Janeiro de 1968, p.1.

²³³ Francisco José Velozo, «Ainda a Paz e a Justiça», *Id.*, 9 de Janeiro de 1968, p.7.

²³⁴ *Id.*, 9 de Maio de 1968, p.1.

²³⁵ *Id.*, 20 Março de 1969, p.1.

²³⁶ *Id.*, 2 Agosto de 1969, p.3.

²³⁷ *Id.*, 4 de Novembro de 1968, p.1.

²³⁸ *Id.*, 4 de Fevereiro de 1968, p.1.

patriotismo²³⁹, batiam-se na defesa do seu secular património de forma que espantava o mundo²⁴⁰. Em 1969, durante a visita de Marcelo Caetano a Angola, o *Diário de Notícias* notava ainda que milhares de pessoas acolhiam o Presidente do Conselho num «delírio total», brancos e pretos, portugueses de Luanda, todos se emocionavam à passagem do continuador admirável da obra de Salazar²⁴¹. Goa era, de igual modo, alvo de destaque. Mesmo após a perda dos territórios indianos por parte de Portugal, comentava-se que muitos goeses se sentiam perseguidos por se manterem fiéis aos portugueses²⁴². Citava-se o marquês católico e realista Michel de Saint-Pierre para garantir que Portugal lutava em África contra o comunismo internacional, contra a influência maoista e contra tudo o que quisesse destruir a harmonia das províncias²⁴³.

Pedro Correia Marques era o director e editor do diário católico *A Voz*. Este jornal mostrava-se menos dependente das posições do Vaticano para exprimir o seu nacionalismo do que o *Novidades*. A 1 de Janeiro de 1968, publicava-se artigo de Couto Rodrigues, no qual se comentava o seguinte: «É o tributo de sangue que temos de pagar para a sobrevivência e continuidade de Portugal em África. Mas também se sabe (...) que o inimigo acoitado e perseguido no interior do matagal (...) é constantemente posto em debandada, ferido nas suas infra-estruturas frágeis e primárias, expulso pelas próprias populações que diz querer libertar»²⁴⁴. A África Portuguesa era uma realidade bem diferente da balbúrdia sanguinolenta que vinha da «África emancipada»²⁴⁵. Além disso, o que haveria para emancipar, se os portugueses que viviam nas províncias de Angola, de Moçambique e da Guiné eram brancos, pretos e amarelos, como católicos, muçulmanos e budistas? A qualidade de português integrava todas as outras²⁴⁶. O director Correia Marques publicava editoriais nos quais reafirmava o seu apoio em relação às políticas portuguesas em África: «Os resultados da nossa teimosia aí estão: a confiança renovada da população nas autoridades portuguesas, o amor de todos a uma pátria comum, a

²³⁹ *Diário de Notícias*, 18 de Fevereiro de 1968, p.7.

²⁴⁰ *Id.*, *Ibidem*.

²⁴¹ *Id.*, 16 de Abril de 1969, p.9.

²⁴² *Id.*, 12 de Março de 1968, p.1.

²⁴³ *Id.*, 26 de Setembro de 1970, p.5.

²⁴⁴ Couto Rodrigues, «O desespero da derrota», *A Voz*, 1 de Janeiro de 1968, p.12.

²⁴⁵ Correia Marques, «Episódio Africano», *Id.*, 17 de Abril de 1969, p.3.

²⁴⁶ *Diário da Manhã*, 3 de Fevereiro de 1970, p.1.

determinação de prosseguir, nas batalhas da pacificação e do progresso»²⁴⁷. A 1 de Julho de 1970, Paulo VI recebeu no Vaticano, em audiência oficial, os dirigentes do MPLA, PAIGC e FRELIMO. Este acontecimento provocou reacções como a que se segue: «Portugal está ferido na sua consciência de país cristão de oito séculos»²⁴⁸. A paz interessava mas dentro do quadro da vitória da metrópole. Dando às populações mais atrasadas ou menos evoluídas todas as vantagens das técnicas da cultura e da saúde, dos aperfeiçoamentos da saúde, a civilização conferia a todos os cidadãos a liberdade de escolher os seus destinos «dentro das instituições da Pátria»²⁴⁹. Ainda a propósito dos impulsos libertadores de certos movimentos políticos, Correia Marques dizia que se pagavam sempre com desordens os tumultos, as revoluções e as balbúrdias²⁵⁰. O homem moderno não gostava de se sentir servidor de qualquer autoridade ou de qualquer lei. O seu instinto de liberdade, altamente desenvolvido, inclinava-o para a impulsividade, licenciosidade e anarquia²⁵¹. Na defesa da ordem, não havia outro caminho para África que não passasse pela manutenção do espírito civilizador português.

Semanário católico do Porto publicado aos sábados, *A Ordem* teve, até 9 de Fevereiro de 1968, António Pereira Soares como director e o Padre António Pacheco como editor e proprietário. A partir de 10 de Fevereiro de 1968, José Ruiz de Almeida Garrett, catedrático na Faculdade de Medicina do Porto, passou a desempenhar o cargo de director. Conservador, defendendo a manutenção da autoridade do Estado Novo, nacionalista, *A Ordem* tinha muitas semelhanças com *A Voz*. Tal como no periódico atrás referido, eram, maioritariamente, leigos aqueles que mais influenciavam as principais linhas de orientação de *A Ordem*. Repita-se que, tendo menos tendência para seguir as palavras de Paulo VI acerca da importância da paz, estes jornais davam mais relevo à divulgação do nacionalismo, do sentido de missão em África. A tendência anti-comunista seria recorrente em todas as publicações que simpatizavam com o Estado Novo. Defendia o *Diário da Manhã* que o Movimento “anti-português” em África dependia financeiramente da URSS ou da China²⁵². Mantendo presença regular nas páginas de A

²⁴⁷ *A Voz*, 22 de Março de 1969, p.1.

²⁴⁸ *Id.*, 6 de Julho de 1970, p.1.

²⁴⁹ *Diário de Notícias*, 25 de Março de 1969, p.5.

²⁵⁰ *A Voz*, 30 de Novembro de 1968, p.6.

²⁵¹ *Id.*, 13 Março de 1969, p. 1.

²⁵² *Diário da Manhã*, 21 de Janeiro de 1968, p.1.

Ordem com uma coluna intitulada «As Sete Partidas», Correia Marques, director de *A Voz*, exprimia incessantemente o seu cepticismo em relação a grupos de influência comunista que lutavam por uma «falsa liberdade»: «Um dos acontecimentos mais importantes do nosso tempo é o acesso de muitos e regiões de África à independência. “Independência” é como quem diz...Em muitos casos, foi o acesso à desordem»²⁵³. Poucos dias depois dos ataques do Tet, o *Diário de Notícias* referia que a bandeira deixara de flutuar em Hué, e que os americanos haviam ganho de forma irrepreensível²⁵⁴. No Vietname, o «terrorismo selvagem dos comunistas na zona de Saigão» grassava a olhos vistos²⁵⁵.

Por outro lado, havia uma outra imprensa católica que não protestava menos do que as publicações mais oposicionistas. Nascidos por iniciativa do Pe. Felicidade Alves, depois do seu afastamento da paróquia de Santa Maria de Belém em Novembro de 1968, os *Cadernos GEDOC* (Grupo de Estudos e Intercâmbio de Documentos, Informações e Experiências) começaram a ser publicados em Fevereiro de 1969. Logo a 24 de Fevereiro, foram desautorizados pelo Cardeal Cerejeira e, em 1970, a PIDE encerrou as suas actividades. Embora lançados mensalmente, não eram datados para não parecerem periódicos e para que assim pudessem escapar à obrigação de submissão à censura. Se os dois primeiros números haviam sido policopiados, a partir do terceiro começaram a ser impressos. Com o sétimo, passou-se a identificar a Tipografia Leandro, na Travessa de Noronha, em Lisboa, como o local da impressão. Em Abril de 1970, a PIDE realizou uma rusga à referida tipografia e, até Maio, foram presas figuras, tais como Manuel Mourão, Nuno Teotónio Pereira ou o próprio Pe. Felicidade Alves. Após estas prisões, o décimo primeiro e último número voltou a ser policopiado na clandestinidade²⁵⁶.

A responsabilidade da edição dos diferentes números foi repartida. Os primeiros foram compostos pelo Pe. Felicidade, o *Habacus*, por Abílio Tavares Cardoso, o *Ismael* por Nuno Teotónio Pereira, o *Judite* por Maria Amélia Leite Pinto e o número 11 afirmou-se da responsabilidade dos aderentes do Grupo *GEDOC*. No total, foram postos

²⁵³ Correia Marques, «A África e os seus problemas», *A Ordem*, 19 de Abril de 1969, p.4.

²⁵⁴ *Diário de Notícias*, 7 de Fevereiro de 1968, p.1.

²⁵⁵ Id., 6 de Maio de 1968, p.1.

²⁵⁶ Joana Lopes, *Op.Cit.*, p. 139.

em circulação ao público dez números, o último em Fevereiro ou Março de 1970. O décimo, ou *Judite*, acabou por ser apreendido pela PIDE²⁵⁷.

Em *Para um Programa G.E.D.O.C.*, texto proveniente do II Encontro de aderentes, realizado a 24 de Maio de 1969, nos arredores de Lisboa, proclamava-se que se caminhava na linha da secularização, que não era anti-cristã, mas que reclamava, para as forças autónomas da razão e da acção humana, o conhecimento e a utilização do mundo que se oferecia à experiência directa do homem, libertos da dominação abusiva do sacral e do clerical. Aproximando-se dos valores promovidos pelo Concílio Vaticano II, promovia-se o desejo de renovação da Igreja, o direito à informação objectiva, a contestação de toda a autoridade de dominação²⁵⁸, reivindicava-se um novo estatuto para os padres, os quais viviam à custa da caridade como pensionistas, repetiam o que lhes mandavam dizer, viviam entregues à hierarquia, não lhes sendo reconhecido o direito ao trabalho, nem ao amor, nem à liberdade de expressão²⁵⁹. Promoviam-se debates organizados por religiosos, tais como «De Jesus a Che Guevara»²⁶⁰. Não se podendo aceitar qualquer ordem social que promovesse a opressão e os direitos fundamentais do homem²⁶¹, tudo se resumia a introduzir na Igreja um sopro novo de libertação e de responsabilidade, do homem contra as estruturas pessoais e sufocantes²⁶². Essa libertação envolvia os povos das colónias. Não podiam haver leis que negassem direitos inalienáveis de qualquer povo, tais como «a Independência, ou mais exactamente, a escolher e a orientar, por si mesmo, a sua maneira de existir em comunidade e na comunidade das nações»²⁶³.

O semanário *Voz Portucalense* começou a ser publicado no Porto em Janeiro de 1970, com M. Álvaro V. de Madureira e J.S. Martins nas funções de director e de editor, respectivamente. Este jornal de inspiração cristã, aberto a todos os homens de boa vontade, e considerando-se independente de qualquer regime, tinha como importante

²⁵⁷ Maria Teresa Macara e Maria Augusta dos Santos Costa, *G.E.D.O.C.: «O que ouves em segredo proclama-o sobre os telhados...»*, Trabalho de curso em História de Portugal Contemporâneo, Faculdade de Letras de Lisboa, 2000, p.11.

²⁵⁸ *Cadernos GEDOC*, nº 1, Fevereiro de 1969, p.1.

²⁵⁹ Id., nº 4, Maio de 1969, p. 27.

²⁶⁰ Id., nº6, Julho de 1969, p. 12.

²⁶¹ Id., nº10, *Ismael*, Janeiro de 1970, p. 22.

²⁶² Id., nº 6, pp. 15-16.

²⁶³ Id., nº11, 1970, p.9.

interesse a defesa da paz. Logo no início da sua publicação, saía a lume um caderno coordenado por Rui Osório, denominado «A Paz». Este caderno incluía o texto integral da homília²⁶⁴ proferida na noite de Ano Novo pelo Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes²⁶⁵. Note-se, aliás, que o Bispo do Porto foi colunista assíduo neste periódico. Todas as semanas se escreviam textos que punham em causa a legitimidade da guerra, como num em que se comentava que, embora vivêssemos num mundo que criara a Organização das Nações Unidas, com a sua Assembleia Geral e o Conselho de Segurança, os exércitos em campo seguiam apoiados pelos próprios Estados²⁶⁶. Também se pedia mais liberdade para os portugueses. A 20 de Junho de 1970, a manchete do jornal era explícita: «Mais liberdade para nós!».

No número 184, datado de Novembro de 1968, Maria Fernanda de Freitas Morna figurava como directora e editora da revista *Alleluia*, da Liga Independente Católica Feminina. Do número 191, de Junho de 1969, ao 201, de Setembro de 1971, foi Teresa Maria Martins de Carvalho a ocupar os referidos cargos²⁶⁷. Esta publicação juntava-se às vozes que clamavam pelo gozo dos direitos do homem livre. Acerca do Maio de 68, referia-se, numa de muitas crónicas não assinadas, que «os jovens do nosso tempo parecem ter escolhido a dignidade do indivíduo. Eles exigem a limitação dos poderes excessivos e um sistema político que salvaguarda o sentimento de comunidade humana»²⁶⁸. As palavras de Sophia de Mello Breyner seguiam a mesma ideia: «a Poesia será linguagem obrigatória para os homens de um outro tempo – o da Alegria, do Amor, da Liberdade e da Fraternidade»²⁶⁹. Em comentário a um excerto do texto da Declaração Universal dos Direitos do Homem, notava-se: «Devemos todos ser iguais perante a lei. Não poderemos ser arbitrariamente presos ou exilados»²⁷⁰. A igualdade era um valor deveras difundido pela revista. O ser humano devia lutar contra todos os totalitarismos, batendo-se pela liberdade de opinião e de Imprensa²⁷¹. Caminhando sempre no sentido da

²⁶⁴ A referida homília intitulava-se «A Paz é obra e fruto da Justiça e da Verdade».

²⁶⁵ *Voz Portucalense*, 10 de Janeiro de 1970, p.21.

²⁶⁶ José da Silva, «A guerra em que o mundo se revê», Id., 16 de Junho de 1970, p.5.

²⁶⁷ No número 201, surgiria Cacilda Celso nestas funções.

²⁶⁸ *Alleluia*, n.º184, Novembro de 1968, p. 11.

²⁶⁹ Id., *Idem*, p. 31.

²⁷⁰ Id., n.º185, Dezembro de 1968, p. 23.

²⁷¹ Id., n.º192, Julho de 1969, p. 31.

valorização dos direitos individuais, dava-se voz ao Padre Manuel, Bispo de Nampula²⁷², quando este protestava contra o conflito militar que afectava o seu país, e concluía-se que, dentro da Assembleia Nacional, havia o costume de pensar de forma uniforme²⁷³. Maurice Bellet, padre francês, resumia o que estava em causa: «Se a mensagem de Cristo é uma mensagem de libertação – Ele tornou-nos livres – ela terá de passar muito humildemente por esta libertação comezinha de os homens poderem de facto falar uns com os outros...»²⁷⁴.

Nos seus primeiros quatro números, de Novembro de 1967 a Fevereiro de 1968, a revista mensal *Clube 21*, propriedade da Juventude Escolar Católica e da Juventude Escolar Católica Feminina, tinha Teresa Barata Salgueiro como directora. No quinto número, de Janeiro de 1969, era Eduardo Cruz quem aparecia como director e, do sexto ao oitavo, de Dezembro de 1969 a Fevereiro de 1970, tal posto foi ocupado por Nuno Silva Miguel. A adesão da revista à contracultura internacional era notória. Davam-se a conhecer grupos e artistas famosos do mundo anglo-americano²⁷⁵, considerados vozes de «minorias oprimidas, vítimas de injustiças tremendas, páginas vivas de sofrimento, de angústia»²⁷⁶. Em artigo de José Maria Cabral, a cantora Marie Laforêt, francesa nascida na Arménia, ganhava relevo pela versão que fizera da autêntica «mensagem de paz» e de «amor» que era «A Voz do Silêncio»²⁷⁷, do americano Paul Simon²⁷⁸. Num outro texto, abordava-se a juventude: «É absurdo opor os jovens que gostam dos Beatles ou de Bob Dylan, que fazem manifestações de protesto e lêem Camus ou Sartre, aos jovens que respondem activamente aos apelos de solidariedade. (...) A fé, longe de nos separar, de nos encerrar num mundo fechado, liso, sem arestas, coloca-nos, ao contrário, no coração do mundo»²⁷⁹. No número duplo, de Fevereiro e Março de 1968, com os Beatles na capa, comentava-se que o mundo fazia manifestações contra o conflito no Vietname, contra a

²⁷² Id., nº187, Fevereiro de 1969, p. 22.

²⁷³ Id., nº193, Agosto e Setembro de 1969, p. 37.

²⁷⁴ Pe. Maurice Bellet, «Contestação, até onde?», Id., nº 195, Março de 1970, pp.23-24.

²⁷⁵ Tais como The Comets, Ricky Nelson, The Crikets, Brenda Lee, Paul Anka, Little Richard ou The Monkees.

²⁷⁶ «O Reino da Música Anglo-Americana», *Clube 21*, nº 6, Dezembro de 1969, p.13.

²⁷⁷ Eis um excerto da letra: «E vi muita gente/Que lançava palavras ao vento,/Que falava sem falar./Que ouvia sem ouvir, /Que compunha canções/Que ninguém cantava;/E os seus gritos/Cobriam a Voz do Silêncio».

²⁷⁸ José Manuel Cabral, *Clube 21*, nº3, Janeiro de 1968, p. 9.

²⁷⁹ João Carlos, «Há apenas uma juventude», Id., *Idem*, p.35.

fome que alastrava, contra as ditaduras, contra tudo o que suscitasse revolta, pedia-se a liberdade, clamava-se contra a guerra: «homens mortos, bombas, bombardeamentos, gritos de crianças, incertezas, morte. E o jornal vem até trazer-te uma ração mais trágica: convidar-te à guerra, dizer-te que tem de ser, que colabores nela da tua poltrona»²⁸⁰. De igual forma, se criticava o racismo, o colonialismo, a supremacia branca e muitos dos argumentos que o Estado Novo usava para combater os seus críticos: «Defensores da segregação e do ocidente, eis hitlerianos. Abundam ainda, mesmo em países considerados progressistas. Não são clandestinos. São figuras conhecidas e tão honradas nas suas teorias. Eles exaltam os mercenários que matam e pilham “para salvar a civilização branca” no Congo, eles defendem a destruição de Hanoi e o extermínio dos adeptos de vietcongs “pelo prestígio do ocidente”, eles adoram a política da África do Sul, país da Bíblia e dos altos ideais, exemplo para a Europa. Eles opõem-se aos povos que pretendem a independência e a descolonização, exaltam a violência, e quando são vencidos, lançam a culpa aos “traidores progressistas e falsos pacifistas”, aos defensores dos direitos do Homem, e à ONU»²⁸¹. Num número policopiado da revista *Rastilho*, órgão do Movimento Juvenil da Ajuda fundado em 1968, chegar-se-ia a conclusões parecidas acerca da guerra: «Guerra é fome. Guerra é dor. Guerra é morte. Biafra: milhões de mortos pelas balas, pela fome, pelo medo. Vietname: bombas nas cidades, milhares de estropiados. Médio Oriente: milhões de refugiados, crianças sem pão, sem roupa, sem escola, sem paz»²⁸².

Tendo tido como primeiro director João Salgueiro, e publicada a partir de 1956, a revista *Encontro*, da Juventude Universitária Católica, era em 1968 dirigida por J. Barata Moura. Interessada por diversas problemáticas da actualidade, a *Encontro*, mais do que uma simples revista para católicos, dirigia-se a toda a juventude. José Carlos Mégre argumentava que os mesmo que acusavam o cinema americano de ser violento, falavam sem receios da bomba atómica, censuravam uma violência sendo partidários de outra²⁸³. Citava-se o psicanalista Erich Fromm para criticar a submissão, a idolatria de falsos deuses, transcreviam-se frases de J.F.Kennedy que apelavam à paz: «Sei que a

²⁸⁰ António José Massano, «Guerra», Id., nº4, Fevereiro e Março de 1968, p. 51.

²⁸¹ Pedro Brandão, «Racismo», Id., *Idem*, p. 37.

²⁸² *Rastilho*, nº 6, Fevereiro de 1969, p. 16.

²⁸³ *Encontro*, nº71, Março de 1968, p. 12.

prosecução da paz não é tão empolgante como a da guerra – e frequentemente as palavras do paciente caem em orelhas moucas. Mas não existe, para nós, tarefa mais urgente»²⁸⁴.

Assim, sob a influência do espírito de diálogo e de aproximação aos problemas do mundo que havia invadido o catolicismo após o Concílio Vaticano II, estes periódicos preocupavam-se, acima de tudo, com um problema que afligia o país havia décadas: a falta de liberdade. Era em busca da aplicação deste conceito à realidade que se apelava à paz, se criticava directamente a guerra e o colonialismo e várias das decisões políticas tomadas, por exemplo, pelos presidentes americanos em relação ao Vietname. Muitas vezes conduzida por jovens para jovens, esta imprensa demonstrava-se assaz interessada por uma forma alternativa de cultura que visava combater os valores culturais vigentes. Todos tinham em comum o desejo de acabar com os totalitarismos. Sob o signo do catolicismo, não apenas se exigia uma maior liberdade para uma Igreja dominada pela hierarquia, como se tentava fazer de Portugal um país onde os homens pudessem dialogar uns com os outros sem a mordada da censura a pairar à sua volta.

6. Em busca de direitos

«Atingiremos a liberdade, porque o objectivo da América é a liberdade.»

- Martin Luther King, 1963

Os periódicos portugueses que se batiam contra o Estado Novo tinham um interesse especial pelo que acontecia no estrangeiro, especialmente na América. Era neste país que os negros combatiam para pôr fim a um sistema de segregação racial considerado desumano, que os estudantes protestavam contra uma guerra cruel, que as mulheres tentavam impor a sua igualdade perante os homens. Reclamando as mais

²⁸⁴ Id., n.º72, Abril e Maio de 1968, p. 9.

básicas liberdades para os portugueses, os jornais encontravam correspondência com movimentos como os dos direitos civis americanos, que se batiam pelo direito de voto e pela liberdade de expressão.

Dirigido durante vários anos por António Pedro Ruella Ramos, que substituiu os demissionários Norberto Lopes e Mário Neves em Novembro de 1967, o *Diário de Lisboa* era o mais oposicionista dos jornais diários portugueses. Tanto o suplemento feminino «Da Mulher e da criança», com crónicas diárias como «Diário de Eva», destinado à promoção dos direitos das mulheres, como o suplemento juvenil, evidenciavam um forte desejo de acompanhar o que de mais moderno se fazia noutros países. Com a sua coluna diária «Rectângulos da Vida», Maria Judite de Carvalho abordava vários assuntos da actualidade. Numa das suas crónicas, dava como motivo para o consumo de droga o medo de viver num mundo cruel: «LSD – consumido por gente com medo de viver demais. Medo do Vietname, medo da incomunicabilidade de *Blow-Up*, medo de uma época recheada de violência»²⁸⁵. Revelando especial interesse pela vida política e pelos problemas sociais americanos, o jornal envolvia-se sobremaneira na cultura de protesto divulgada pelos estudantes e pelos movimentos dos direitos civis. Apelava-se, por exemplo, à libertação do poeta negro LeRoi Jones, autor de *Blues People: Negro Music in White America* (1963), condenado, a 4 de Janeiro de 1968, a dois anos e meio de prisão por posse ilegal de armas durante os distúrbios raciais de Newark²⁸⁶. Dias após o assassinato de Martin Luther King, figurava Stokely Carmichael na manchete, acompanhado de fotografias de negros a serem espancados por polícias, garantindo que a morte do grande líder negro abrisse caminho à revolução²⁸⁷. Por outro lado, todos os dias se publicavam notícias dando conta dos infortúnios dos invasores no Vietname. O Governo de Saigão não tinha o apoio da população²⁸⁸. Garantia-se que a única solução para a paz no Vietname seria a retirada das tropas americanas²⁸⁹.

Com não menos interesse, O *Diário Popular* acompanhava com regularidade o desenvolvimento dos motins negros nos Estados Unidos. Após o assassinato de Martin

²⁸⁵ *Diário de Lisboa*, 17 de Março de 1968, p.3.

²⁸⁶ Id., 14 de Janeiro de 1968, p. 13.

²⁸⁷ Id., 6 de Abril de 1968, p.1.

²⁸⁸ Id., 12 de Fevereiro de 1968, p.12.

²⁸⁹ Id., 4 de Abril de 1968, p.1.

Luther King, concluía-se que a guerrilha se desenvolveria nas cidades americanas²⁹⁰. Seguiu-se com atenção os actos de «violência racista» em cidades como Newark ou New Jersey. Dava-se conta da Marcha dos Pobres em Selma, liderada pelo sucessor de Martin Luther King na SCLC, o reverendo Ralph Abernathy²⁹¹. Uma reportagem de Ralph Blumenthal, do *The New York Times*, dava conta do agravamento dos problemas raciais no exército americano²⁹². Na mesma linha, o repórter Francisco Mata, a trabalhar para *O Século*, afirmava que havia na América quem acordasse todas as manhãs com a esperança de ter olhos azuis. Divulgava-se imagens de polícias a espancarem negros²⁹³. *O Século* dava, de igual modo, algum relevo à agitação e violência nas universidades espanholas, francesas, italianas ou brasileiras, mas posicionava-se contra os alunos revoltosos. Em artigo de Paulo da Cunha, afirmava-se que, afectando a paz civil, a subversão académica atingira proporções intoleráveis²⁹⁴. Numa postura de quase defesa do Estado Novo, *O Século* condenava os estudantes revoltosos.

Habitual autor dos editoriais de *Vida Mundial*, o já anteriormente citado Carlos Ferrão debruçava-se sobre assuntos internacionais, tais como as eleições presidenciais americanas de Novembro de 1968, o conflito no Vietname, a violência em França durante o mês de Maio de 68 ou os assassinatos de Robert Kennedy e de Martin Luther King. O número de 19 de Abril de 1968, com Luther King na capa, sendo totalmente dedicado ao racismo, publicava fotos de negros enforcados em árvores, caracterizava Chicago, Cleveland, Detroit, Los Angeles, Filadélfia ou Nova Iorque como cidades catalizadoras de violência. Traçava-se o perfil de Stokely Carmichael, eleito presidente da SNCC em Maio de 1966, dizendo-se dele que, associado às ideias de Malcolm X, seria um líder violento. Sobre o escritor James Baldwin, autor de *Another Country* (1962), afirmava-se que a sua obra tinha o objectivo de forçar o branco a colocar-se no lugar do negro, para lhe descobrir as razões psicológicas do racismo²⁹⁵. O Harlem era visto como um mundo de cólera e de rancor que os brancos exploravam com negócios sujos que só poderiam

²⁹⁰ Id., 6 de Abril de 1968, p.13.

²⁹¹ Id., 7 de Maio de 1968, p.11.

²⁹² Ralph Blumenthal, «Exclusão e racismo dentro do exército», Id., 3 de Fevereiro de 1970, p.8.

²⁹³ Francisco Mata, «Lutas Raciais», *O Século*, 5 de Maio de 1969, p.1.

²⁹⁴ Paulo da Cunha, «O Movimento estudantil», Id., 16 de Maio de 1970, p.1.

²⁹⁵ *Vida Mundial*, nº1506, 19 de Abril de 1968, p.48.

trazer mais pobreza e miséria aos negros²⁹⁶. Em entrevista, o historiador Arnold Toynbee defendia que os jovens americanos nutriam desprezo pelos seus pais por terem consciência de que se vivia com um falso sentimento de segurança dentro do país. A América espalhava o ódio e a violência. Os hippies eram filhos daqueles que defendiam o MacCarthismo em doses ditatoriais²⁹⁷. Num artigo singularmente chamado «A violenta América», notava Arthur Schlesinger, autor de *Violence: America in the Sixties* (1968), que a América que começara por escravizar os negros e os índios, utilizava a polícia para espancar jovens e para divulgar o racismo²⁹⁸. O número de 9 de Maio de 1969, trazendo na capa o título «Guerrilha na Cidade», debruçava-se sobre a problemática da violência crescente nas cidades ocidentais. Comentava-se que, enquanto a polícia usava matracas, gases lacrimogéneos e granadas no *Quartier Latin*, na «selva de tijolo e cimento» que era o Harlem, a guerrilha era comparável ao Vietname²⁹⁹. A *Vida Mundial* acompanhava, sempre de modo pessimista, a evolução dos acontecimentos nas cidades americanas nas quais mais fortemente se fazia sentir a violência causada pelo racismo. A América era considerada um país que não respeitava os mais elementares direitos dos seus cidadãos negros.

Em *O Século Ilustrado* eram publicados depoimentos sobre as lutas raciais nos Estados Unidos. Várias personalidades davam a sua opinião sobre o racismo no Harlem. Urbano Tavares Rodrigues, autor de *Imitação da Felicidade* (1967), notava que o desprezo gerava o ódio e o crime, José Manuel Tengarrinha considerava que, após o assassinato de Luther King, o movimento negro já não achava possível obter os seus direitos sem abalar e revolucionar toda a estrutura social³⁰⁰. Para Mário Sottomayor Cardia, chefe de redacção da revista *Seara Nova* entre 1963 e 1968, o racismo anti-negro era reflexo da violência das classes dominantes sobre os estratos sociais mais desamparados³⁰¹. Uma foto reportagem com o cunho de Michelangelo Antonioni intitulava-se «América Brutal». Testemunha da violência que assombrara a Convenção do Partido Democrata em Chicago, ocorrida entre 26 e 29 de Agosto de 1968, da qual

²⁹⁶ Id., *Idem*, p.50.

²⁹⁷ Id., n.º499, 1 de Março de 1968, p.42.

²⁹⁸ A.Schlesinger, «A violenta América», Id., n.º1585, 24 de Outubro de 1969, p.35.

²⁹⁹ Id., 1561, 9 de Maio de 1969, p.44.

³⁰⁰ *O Século Ilustrado*, 25 de Janeiro de 1969, p.42.

³⁰¹ Id., *Ibidem*.

saiu triunfante Hubert Humprey, o realizador de *Zabriskie Point* (1970) descrevia a violência policial sobre hippies, pacifistas e estudantes. Seis mil homens da Guarda Nacional juntamente com sete mil e quinhentos do Exército protegiam os políticos de três mil estudantes. Numa imagem, via-se Antonioni a fugir de ataques de gás lacrimogéneo. A lógica americana era auxiliada por punhos, pedras e garrafas incendiárias³⁰².

Se alguns periódicos publicavam as afirmações mais radicais dos líderes dos movimentos negros, a *Seara Nova* pegava em Stokely Carmichael para garantir que o racismo era um problema de exploração mantido pela sociedade no seu conjunto e que, conseqüentemente, os negros não lutavam apenas pelos seus direitos cívicos mas por todos os direitos humanos³⁰³. Em análise às eleições americanas de 1968, Jorge Sampaio exprimia todo o seu pessimismo em relação aos candidatos e garantia que a América contestatária aguardava uma possibilidade de se libertar e de ver concretizados os seus anseios num futuro que não estaria para breve³⁰⁴. Nenhum dos candidatos ousaria enfrentar a guerra do Vietname e os problemas dos negros³⁰⁵. Em artigo de Ronald Aronson e de John C. Cawley, que tentava escalpelar a *New Left*, considerava-se que a burocratização, elemento integral do capitalismo moderno, interligada a um complexo industrial militar, criava uma espécie de forma «voluntária de totalitarismo» na qual os cidadãos se entregavam livremente à hierarquia capitalista. Os estudantes e os negros eram as vítimas, com faltas de oportunidades³⁰⁶. As preocupações da *Seara Nova* recaíam, de igual modo, sobre o mundo universitário. Em Março de 1970, em número dedicado à universidade, a revista publicava uma entrevista realizada por José Carlos Vasconcelos a José Luiz Aranguru, professor catedrático de Ética e de Sociologia da Universidade de Madrid até 1966, ano em que fora afastado da docência por ter defendido ideias adversas ao regime de Franco. Dizia este autor que, repudiando todos os tipos de alienação, a contestação juvenil recusava por um lado, o «materialismo prático ocidental» e, por outro, o «marxismo vulgar»³⁰⁷.

³⁰² Antonioni, «América Brutal», Id., 9 de Novembro de 1968, p.18.

³⁰³ Stokely Carmichael, «O que os negros querem», *Seara Nova*, nº1569, Março de 1968, p.87.

³⁰⁴ Jorge Sampaio, «EUA 68», Id., nº1471, Maio 1968, p.183.

³⁰⁵ Jorge Sampaio, «EUA», Id., nº1476, Outubro 1968 p. 326.

³⁰⁶ Ronald Aronson e John C. Cowley, «New Left», Id., nº1483, Maio 69, p.182.

³⁰⁷ Id., nº1493, Março de 1970, p.96.

À semelhança de *Seara Nova*, a *Vida Mundial* não restringia o seu interesse pelo protesto ao Vietname e aos movimentos dos direitos civis. Fosse através da reivindicação dos direitos das mulheres, dos negros americanos, do protesto contra os ataques dos americanos a Hanoi, da contestação contra uma sociedade que reprimia as juventudes estudantis através da repressão policial, tinha como principal preocupação a procura do gozo dos direitos de homens livres.

Com a publicação do dossier «Os universitários no mundo», a *Vida Mundial* introduzia-se na discussão dos problemas que afectavam grande parte dos jovens de todo o planeta. Os estudantes já não se contentavam com o sistema vigente, com a submissão à divindade do mestre. Certos cursos eram inúteis para a vida social e levavam à exclusão dos jovens da vida do trabalho. Em França, os jovens clamavam pela democratização do ensino, pela urgência de reformas que levassem à chamada dos alunos à gestão das universidades. Ao lado de fotografias de jovens americanos a serem mordidos por cães, a serem algemados, e de revolucionários como Daniel Cohn-Bendit, Alain Geismar ou Jacques Sauvageot em acção no *Quartier Latin*, defendia-se a necessidade de lutar contra uma sociedade centrada em exigências económicas e tecnocráticas³⁰⁸. Sem fronteiras, essa luta era universal³⁰⁹. A juventude urbana sofria do emprego temporário, a juventude operária sofria com o desenvolvimento da técnica. O protesto era uma forma de recusa e de evasão. Numa reportagem sobre a SDS, Federação dos Estudantes Socialistas Alemães, comentava-se que, não prescindindo da influência de Marcuse, de Mao, de Guevara e de Débray, os jovens universitários ligavam-se ao anarquismo para repudiarem toda e qualquer opressão³¹⁰.

Já com o dossier «A condição feminina num mundo em evolução», interessava à *Vida Mundial* situar as mulheres no mundo. Possuindo as mesmas capacidades intelectuais, as mulheres deviam integrar-se progressivamente num mundo de trabalho cada vez menos braçal e mais cerebral. A mulher não servia apenas para amar o seu homem e para tratar das lides domésticas mas também para trabalhar. O trabalho feminino implicava a independência e, em muitos casos, o divórcio³¹¹. Como notava a

³⁰⁸ *Vida Mundial*, nº1541, 20 de Dezembro de 1968, p.34.

³⁰⁹ Id., nº1542, 27 de Dezembro de 1968, p.42.

³¹⁰ Id., nº1600, 6 de Fevereiro de 1970, p.31.

³¹¹ «A Condição feminina num mundo em evolução – 2», Id., nº 1503, 22 de Março de 1968, p.40.

jornalista Helen Dunbar, as mulheres nunca se libertariam do jugo masculino se não deixassem de ser consideradas objectos sexuais, brinquedos nas mãos dos homens³¹². Com a sua liberdade individual finalmente conquistada, atenta às oportunidades que uma carreira de sucesso trazia, a mulher inglesa não hesitava em tomar todos os dias a pílula³¹³. Na Suécia, o adultério não era uma falta e o ciúme era «sentimento reprovável». Já a mulher africana, submetida à escravidão por maridos e pelos colonizadores brancos, era aquela que mais precisava de lutar para se libertar³¹⁴.

Interessado pela emigração de portugueses para França, país para onde iam viver, muito miseravelmente, em bairros de lata comparáveis às favelas do Rio de Janeiro³¹⁵, com artigos de influência maoista de José Manuel Barroso nos quais se defendia a reforma agrária como fonte principal do desenvolvimento nacional, o *Comércio do Funchal* manter-se-ia, até 1974, ano da saída de Vicente Jorge Silva para *O Expresso*, em posição de destaque no que se refere ao protesto e à divulgação de uma cultura destinada essencialmente a uma juventude que queria a mudança³¹⁶. O *Comércio do Funchal* via na libertação individual das amarras de uma sociedade violenta e ditatorial um dos seus principais temas. Numa longa entrevista concedida a seu filho, António José Saraiva, a investigar em França em ambiente que considerava de exílio, afirmava a ideia de que em Portugal não havia consciência do poder da juventude e, para que deixassem de existir condicionalismos ideológicos no país, apelava à liberdade de imprensa: «Os jornais portugueses chegam lá fora e parecem-nos uma coisa que vem de outro mundo»³¹⁷. Já em entrevista a *Vida Mundial*, António José Saraiva dissera que os portugueses só aprenderiam o que era a liberdade através do seu exercício³¹⁸.

De carácter diferente dos periódicos anteriores era a *Rumo*³¹⁹, revista mensal de problemas actuais, propriedade da editora Aster. Tendo Francisco Oliveira Dias, um dos futuros fundadores do CDS, como director, Osvaldo Aguiar como director-adjunto e João Bosco Mota Amaral como chefe de redacção, propunha-se analisar a sociedade de forma

³¹² Helen Dunbar, «Guerra ao sexismo», Id., nº1609, 10 de Abril de 1970, p.43.

³¹³ Id., nº1504, 5 de Abril de 1968, p.47.

³¹⁴ Id., nº 1505, 12 de Abril de 1968, p.40.

³¹⁵ *Comércio do Funchal*, 27 de Abril de 1969, p.10.

³¹⁶ Id., suplemento «Juvenil», 21 de Janeiro de 1968, p.6.

³¹⁷ Id., 12 de Outubro de 1969, p.11.

³¹⁸ *Vida Mundial*, nº 1583, 10 de Outubro de 1969, p.11.

³¹⁹ Fundada em 1957 por Mário Pacheco.

isenta, independente. Feita de forma sóbria, distanciada de excessos ou de radicalismos e não afastada de conotações religiosas, grande parte da opinião que se publicava na revista posicionava-se contra o excesso de liberdade que se praticava no estrangeiro. Criticava-se, por exemplo, a prevalência da pornografia sobre o amor, afirmando que, em inúmeras publicações do tipo *Playboy*, apareciam corpos femininos generosamente desvestidos, os quais provocavam uma excitação fictícia que, pervertendo as regras dos sentimentos, destruía as mais básicas leis morais³²⁰. O conservadorismo difundido por quem colaborava na revista não impedia que se reflectisse sobre os problemas mundiais com lucidez, desprendimento, e sempre tendo em vista a procura de uma liberdade responsável. Abordava-se o Maio de 68 como um problema de civilização. O esforço que os estudantes haviam feito para tornar claro o seu protesto deveria abrir uma nova luz sobre a doença que afectava as sociedades. Não se podia olhar para a subversão apenas sob o ponto de vista da ordem. Todo o protesto se devia à existência de um excesso de ordem que causava falta de liberdade³²¹. Francisco Oliveira Dias publicava um artigo sobre as eleições de 1969, no qual defendia a necessidade de criar um verdadeiro pluralismo democrático³²². Este mesmo autor reafirmaria, em artigo posterior, a necessidade de desenvolver a liberdade em Portugal, não deixando de alertar para os problemas que esta trazia: «Há quem julgue que ser livre é, por exemplo, alcoolismo, droga, perversão sexual, erotismo. Que ser livre é ter flores ao pescoço»³²³. Pretendia-se liberdade mas com responsabilidade, com juízo, com ordem. O modelo a seguir era o de poder de opção com responsabilidade, próximo do proposto por Marcelo Caetano. Ou seja, os salazaristas aprenderiam a viver num país que se ia renovando sem revolucionar, sem esperar por mais nenhum D. Sebastião, modificando gradualmente a vida nacional, contando com homens cada vez mais livres, responsáveis por eles próprios e, por isso, afastados de excessos que lhes pudessem roubar novamente o direito de serem livres³²⁴.

A *Rumo* publicou um artigo de Hannah Arendt intitulado «Sobre a Violência», no qual se dizia, entre outras coisas, que os jovens que compunham o novo mundo do protesto, da *New Left*, eram filhos de pais cujo legado era a violência na política, os

³²⁰ Gustave Ribon, «Erotismo Contra o amor», *Rumo*, nº150, Agosto 1969, p.92.

³²¹ Christian Chabanis, «Revolução artística e criação artística», Id., nº153, Novembro de 1969, p. 330.

³²² Francisco Oliveira Dias, «As eleições de 1969 e o futuro», Id., nº155, Janeiro de 1970, p.45.

³²³ Id., «Problemas da Liberdade», Id., nº157, Março de 1970, p.184.

³²⁴ Osvaldo Aguiar, «O neo Sebastianismo», Id., nº158, Abril de 1970, p.255.

campos de concentração, a ditadura, a tortura e a bomba atómica. Acrescentava que estes jovens agiam em reacção de desgosto contra a violência sob todas as suas formas, aceitando as regras da política de não-violência³²⁵. Arendt revelava ainda que o uso da violência não era essencial ao poder político. A violência podia ser justificável mas nunca legítima: quanto mais distante estivesse o fim que visava, menos plausibilidade tinha³²⁶.

A tendência da revista era, aliás, para defender os estudantes universitários em protesto. Autónomos, os jovens não se deixavam atrair por regimes como os da União Soviética, da China ou de Cuba, porque o que verdadeiramente ambicionavam era atingir o Estado Social, a Justiça, a Liberdade, a Igualdade, contra o lucro e contra a exploração³²⁷. Era opinião de Adelino Amaro da Costa que os estudantes eram fonte de dinamismo, constituíam aliados valiosos de renovação universitária³²⁸. Se fosse dado o devido apoio aos protestos dos estudantes, a universidade e o país mudariam depressa³²⁹. Mas os jovens estudantes portugueses não tinham o apoio necessário, não eram livres, não tinham autonomia, como se pode verificar a partir da análise da publicação estudantil mais conhecida da época.

O *Via Latina*, da Associação Académica de Coimbra, entre Novembro de 1960 e Abril de 1962, abrangendo períodos em que foram directores Carlos Candal e António Avelãs Nunes, beneficiou de uma boa equipa redactorial de esquerda. Só em 1965, com direcção de Francisco Lucas Pires, se voltou a publicar. Regressada a época das comissões administrativas, o director do jornal passou a ser simultaneamente o presidente de uma comissão administrativa imposta pelo governo³³⁰. Irregular, controlada pelo governo, esta publicação destacava-se por uma forte politização e, muitas vezes, viu-se obrigada a propagandear os valores do Estado Novo. Se o número 147 do jornal se publicou a 16 de Outubro de 1966, o número 148 era datado de Novembro de 1968. O conselho da redacção era constituído por José Carlos Andrade, José Carlos Seabra e José Miguel Júdice. Publicavam-se textos de Pinharanda Gomes e de José Blanc Portugal. Homenageava-se o poeta brasileiro Manuel Bandeira. Escrevia-se sobre a reforma da

³²⁵ Hannah Arendt, «Sobre a Violência», Id., nº154, Dezembro de 1969, p.361.

³²⁶ Id., *Idem*, p. 372.

³²⁷ Id., nº156, Fevereiro de 1970, p.103.

³²⁸ Adelino Amaro da Costa «O País olha a Universidade», Id., nº157, Março de 1970, p.181.

³²⁹ Id., *Ibidem*.

³³⁰ Alberto Vilaça, «Via Latina», *Dicionário da Imprensa periódica Literária Portuguesa do séc. XX (1941-1974)*, vol.II, p.643.

universidade, sobre a mudança dos estatutos da Associação Académica. Mas predominavam os interesses do governo. Neste número de Novembro 1968, em notícia a propósito das eleições para a Associação Académica, apelava-se ao direito de Associação proclamado pela Assembleia-geral da ONU na Declaração Universal dos Direitos do Homem (cujo vigésimo aniversário se comemoraria em Dezembro). Deste direito decorria a «necessidade de gestão livre das associações através de assembleias-gerais e de direcções eleitas, que procuram promover o universitário como pessoa e como indivíduo»³³¹. Se o número seguinte de *Via Latina* abordava a necessidade de renovação da universidade, um artigo de Jorge Pais, incluído no número 150, de Janeiro de 1969, criticava os estudantes que, perante as crises, procuravam soluções extremistas, revolucionárias, evitando o diálogo e a procura da ordem na sociedade³³². Na mesma linha iam os argumentos de Pedro Allegro de Magalhães, que criticava os estudantes que pediam amnistias para todos os estudantes subversivos, dizendo que, se fossem libertados todos os desordeiros do país, não haveriam criminosos na prisão: «Quem pede amnistia para os estudantes presos está a demitir-se de assumir a sua (...) função de homem na sociedade»³³³.

Assim, condicionada pelas forças governamentais, o *Via Latina* não tinha liberdade suficiente para informar os seus leitores do protesto estudantil, nem das transformações que ocorriam no mundo político.

Do lado dos jornais ligados ao Estado Novo, a atitude mantida relativamente aos direitos civis ou a eventos nos quais se protestava por maior liberdade, como o Maio de 68, era inversa à dos jornais ditos independentes. Em relação ao Maio de 68, Correia Marques, director de *A Voz*, defendia que estudantes na idade adulta, que continuassem na universidade a cantar a Internacional, deviam ser severamente punidos: «urge restituir a França à normalidade e consegui-lo sem desprestígio para a autoridade. Precisamente o que em França e em outros países está acontecendo é o assalto à autoridade, é o desmoronamento da ordem consuetudinária dos Estados e das Sociedades»³³⁴. Apelidava-

³³¹ *Via Latina*, nº148, Novembro de 1968, p.4.

³³² Jorge Pais «Juventude, um diálogo, uma constante», Id., nº150, Janeiro de 1970, p.4.

³³³ Pedro Allegro de Magalhães, «Certas linhas de força dos actuais movimentos estudantis», Id., p.5.

³³⁴ Correia Marques, «Amnistia e o que mais virá», Id., 24 de Maio de 1968, p.6.

se Cohn Bendit de bolchevista.³³⁵ O *Diário da Manhã* não tinha uma posição mais original acerca do Maio de 68. Bendit era uma criatura desprovida de ideias, um incendiário fanático destituído de cérebro³³⁶. Sabendo servir-se da crise de autoridade que alastrava pelo mundo, os comunistas comandavam os estudantes no meio da confusão, preparavam a turbulência e as manifestações³³⁷. Os próprios jovens universitários portugueses que se iam insurgindo encontravam-se ligados a organizações subversivas comunistas³³⁸. O *Diário de Notícias* relatava que os contestatários da Sorbonne estendiam as suas bandeiras vietcong e chinesas, tratando-se por «camaradas», lendo os pensamentos de Mao Tsé-Tung, apelando à rebelião³³⁹. O *Diário de Notícias* analisava os acontecimentos em França com um enorme desconhecimento de causa. À noite, a Sorbonne acolhia «os noctívagos habituais do bairro latino e de Saint-Germain-des-Prés. Pintores falhados, poetas líricos, burgueses pândegos, turistas estrangeiros, participam ou assistem ao “grande espectáculo”. Até se vêem mulheres com trapos de noite»³⁴⁰. Só com grande humor se concluía que a moda dos cabelos compridos, ou dos chamados guedelhudos, obrigaria muitos estabelecimentos de barbeiros a fechar em Madrid³⁴¹. As seguintes palavras de Jorge Borges de Macedo poderiam ser ilustrativas da abertura mental de alguns destes portugueses: «Ainda entre nós se tomava a sério o neo-realismo, Orwell era tido como um comunista, Burnham um desconhecido, Ionesco um tarado, Beckett um absurdo e os debates de Rougemont inexistentes. Ninguém conhecia Aron ou Toynbee, o pensamento filosófico norte-americano ficava pelo cabotinismo de Will Durant, no Brasil, Gilberto Freyre era um fascista, Jorge Amado fazia chorar as pedras, o existencialismo era um horror, as *Follie Bergères* o melhor do mundo, Mauriac ou Camus eram perigosos pensadores do drama humano»³⁴².

A cruzada contra o Progresso encetada por estes jornais que não escondiam simpatia pelo Estado Novo reflectia-se na forma como se olhava para a Mulher. Ainda

³³⁵ Id., 5 de Junho de 1969, p.1.

³³⁶ *Diário da Manhã*, 23 de Maio de 1968, p. 3.

³³⁷ Id., 6 de Abril de 1968, p.1.

³³⁸ Id., 21 de Setembro de 1968, p.1.

³³⁹ *Diário de Notícias*, 17 de Maio de 1968, p.9.

³⁴⁰ Id., 19 de Maio de 1968, p. 9.

³⁴¹ Id., 26 de Fevereiro de 1969, p.1.

³⁴² Jorge Borges de Macedo, «Marcelo Caetano e o Marcelismo», *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias: O “Estado Novo” II Oposição e Resistência* (dir. João Medina), vol. XIII, p. 271.

que todos contassem com uma secção feminina, não se considerava a mulher portuguesa sob outro olhar que não o do tradicionalismo. No *Novidades*, com a secção «Da Mulher», dirigida por Elsa Alvarenga, davam-se conselhos práticos muito conservadores sobre moda, sobre aquilo que deveria ser a relação entre um marido e sua esposa, publicavam-se receitas para melhorar a vida na cozinha. Eis um excerto revelador do tom usado: «muitas senhoras queixam-se do mal, quer dizer, o marido exerce todo o controlo do dinheiro. É preciso reconhecer, todavia, que alguns assim procedem porque reconhecem que a mulher não tem organização»³⁴³. Também *A Voz* tinha o seu suplemento semanal dedicado às mulheres, intitulado a «Semana Feminina». Já o suplemento semanal feminino do *Diário da Manhã* dava pelo nome de «Convívio», ao passo que a secção feminina do *Diário de Notícias* se intitulava «Da Mulher e do Lar». O modelo era sempre parecido. Havia o correio das leitoras, difundiam-se conselhos práticos sobre beleza, moda, saúde e cozinha. Os ensinamentos eram comedidos, já que se destinavam a senhoras que, sabendo apreciar o verdadeiro amor (o do casamento), queriam agradar aos maridos. De todos estes jornais, o que mais divulgava a imagem da mulher moderna era o *Diário de Notícias*. Contrariamente a todos os outros, apresentava na manchete, a um ritmo quase diário, fotografias de jovens actrizes, modelos ou cantoras, que se destacavam, invariavelmente, não só pela fama e pela beleza, mas pela quase nudez que a mini-saia provocava. O jornal era, no entanto, tão fechado quanto os outros. Dizia-se, por exemplo, em relação à contracepção que era um mal quanto às leis da natureza acerca do dever a transmitir a vida, o respeito da dignidade da pessoa humana, relativamente à moral, e contra a própria justiça social³⁴⁴. Para posições como esta, muito terá contribuído a Encíclica *Humanae Vitae*, de 25 de Julho de 1968, condenando a utilização dos métodos artificiais de regulamentação dos nascimentos, ou a pílula. Na «Carta Encíclica de S. Santidade Paulo VI sobre a Regulamentação da Natalidade», afirmava-se que, embora se assistisse a uma mudança, tanto na maneira de considerar a pessoa da mulher e o seu lugar na sociedade, como no valor a ser atribuído ao amor conjugal no matrimónio, o casamento era uma instituição criada por Deus para realizar a humanidade e o seu desígnio de amor. O Homem não tinha um domínio ilimitado sobre o corpo em geral,

³⁴³ Ilda Foyo, «Resposta a uma leitora», *Novidades*, 12 de Janeiro de 1968, p.5.

³⁴⁴ *Diário de Notícias*, 4 de Setembro de 1968, p.2.

nem em particular sobre as suas faculdades geradoras. Era de excluir a esterilização directa, tanto perpétua como temporária³⁴⁵. Nos dias subsequentes à publicação deste documento, o *Novidades* publicou várias cartas de mulheres que se confessavam felizes nos seus casamentos e rodeadas pelos seus filhos. A *Humanae Vitae* afastava-se do espírito de *aggiornamento* do Concílio Vaticano II ou, como diria Pedro Mexia, «foi nesse ano charneira de 1968 que a Igreja decidiu “cortar com o mundo”, ignorando as realidades sócio-económicas e a evolução das mentalidades. Foi também nesse ano que, aproveitando a pior tradição agostiniana, decidiu exacerbar a condenação da sexualidade»³⁴⁶. Para os portugueses que defendiam a *Humanae Vitae*, a questão não tinha apenas que ver com o cortar com a evolução das mentalidades, mas também com a manutenção de um país que se queria nacionalista, ordeiro, calmo, apegado a costumes antigos e pouco libertários. A desagregação da família atraía e acarretava a dos povos³⁴⁷.

7. Expressões artísticas e Sociedade de consumo

«A juventude não pretende melhorar, acrescentar ou superar o que está; quer destruí-lo, singularmente, e começar de novo. Total demolição, total disponibilidade. O que só dá esperança.»

- Miguel Torga, *Diário X*

Intimamente ligada a expressões artísticas como o cinema, a literatura, a pintura ou a escultura, a cultura de protesto dependia, em grande medida, dos trabalhos que diferentes autores produziam com o objectivo de produzirem um olhar pessimista e rebelde sobre uma sociedade cada vez mais brutal, consumista e mecanizada. Consciente do seu papel, a alguma imprensa não deixava de difundir os livros, as músicas, os filmes

³⁴⁵ Id., *Idem*, p. 3.

³⁴⁶ Pedro Mexia, «A Vida Humana», *Público*, 22 de Novembro de 2008, p.5.

³⁴⁷ Justus, *A Ordem*, 7 de Setembro de 1968, p.1.

e os artistas que mais contribuíam para espalhar mensagens que tinham em vista, não apenas a mudança política, mas também a alteração completa de mentalidades.

A *Flama*, revista semanal de actualidades cuja fundação esteve, em 1937, ligada à Juventude Escolar Católica, era em 1968, ainda com António dos Reis Rodrigues, o seu primeiro director, no activo, um relevante instrumento de divulgação da cultura de protesto. Publicada a cores, exibindo publicidade arrojada, como eram exemplos as modelos da marca *Triumph* de soutien, ou a mulher loira, de unhas pintadas, a fumar muito sensualmente um cigarro *Porto*. Na secção «Mulher», a *Flama* propagandeava o estilo da modelo, cantora e actriz inglesa Twiggy, o qual se definia, segundo a própria, por um corte de cabelo curto na nuca, olhos de boneca, cores pardas na maquilhagem e tons pálidos na boca. Eram múltiplas as imagens de celebridades, tais como a actriz Romy Schneider, a cançonetista Françoise Hardy, autora da música «*Tout les garçons et les filles de mon âge*», Mary Hopkins, intérprete de «*Those were the Days*», Catherine Deneuve, musa inspiradora de *A Sereia do Mississipi* (1969), de Truffaut, ou mesmo a portuguesa Florbela Queirós, todas em poses ousadas, de biquini na praia ou deitadas na cama trajando minúsculas peças de lingerie.

Com poucas referências a figuras do Estado Novo, a *Flama* ligava-se ao protesto político através da difusão cultural. Davam-se a conhecer novas vedetas do panorama teatral nacional, como Zita Duarte, Lia Gama e Maria do Céu Guerra, do Teatro Experimental de Cascais³⁴⁸. Também ao Teatro Experimental de Cascais pertencia Mário Viegas, então aluno de História na Faculdade de Letras de Lisboa, que acalentava um forte desejo de renovar as artes nacionais. A 29 de Maio de 1970, a *Flama* trazia na capa João Perry, jovem que se preparava para ir estudar para Paris no Centro Internacional de Pesquisas Teatrais, dirigido por Peter Brook. O Grupo 4, formado por Rui Mendes, João Lourenço e Morais e Castro, era descrito como um grande dinamizador da juventude teatral³⁴⁹. Na capa de 13 de Novembro de 1970, surgia José Viana, actor de teatro de revista, que, caricaturando Marcelo Caetano com roupa de cozinheiro, afirmava: «Está atrasado o almoço no Hotel Portugal»³⁵⁰.

³⁴⁸ *Flama*, nº1054, 17 de Maio de 1968, p.44.

³⁴⁹ Id., nº1133, 21 de Novembro de 1969, p.42.

³⁵⁰ Id., nº1189, 18 de Fevereiro de 1970, p.60.

No suplemento «Mundo Jovem», divulgavam-se bandas³⁵¹ consideradas agentes de uma «revolução psicadélica» iniciada em São Francisco³⁵². Eram difundidas fotografias dos Beatles no retiro espiritual de Rishiakesh, na Índia. Em entrevista a Bob Dylan a propósito do lançamento do álbum *John Wesley Harding* (1967), caracterizava-se o artista como alguém profundamente empenhado nas causas sociais e políticas e na defesa dos oprimidos³⁵³. Em artigo posterior, apelidava-se o autor de «*A-Hard Rain's Gonna Fall*» de «príncipe do protesto» e de «símbolo de uma geração descontente e informada politicamente»³⁵⁴. Filipe Duarte, responsável da revista pela área musical, garantia que a *Flama* ansiava pela chegada de uma revolução nas estruturas musicais que reflectisse uma outra rebeldia de maior importância, estabelecida contra uma sociedade alienante, na qual a classe média, «dominada pelo consumo de detergentes, pela televisão na casa de banho», não sabia encontrar por si própria um destino histórico³⁵⁵. O destaque ia, igualmente, para bandas portuguesas como os João Paulo 70, resultado da vontade de jovens acabados de cumprir o serviço militar nas colónias de aplacarem as «agruras da guerra aos soldados portugueses»³⁵⁶, o Grupo 5, formado para estar em dia com a moda americana³⁵⁷, o Conjunto Objectivo, de estilo hippie, os Álamos, banda formada por Gorduras, Canjinhas, Silvestre e Rodas-Baixas³⁵⁸, ou os Folkers, alentejanos inspirados pelo poetismo de Dylan³⁵⁹. Uma reportagem assinada por Simeão Ramires debruçava-se sobre *Zip-Zip*, programa de Carlos Cruz, Fialho Gouveia e Raul Solando, considerando-o o primeiro programa de interesse da RTP, já que nele se permitia que as letras de canções em outras línguas trouxessem mensagens de protesto, de revolta, de amor ou de sonho. Mecânicos, médicos, professores, todos declaravam a sua admiração pelo *Zip-Zip*³⁶⁰. Assinada com o pseudónimo «Flipie» (Filipe mais hippie), a secção musical da revista *O Século Ilustrado* era quase idêntica à da *Flama*. Na coluna «Rock, pop, folk...», «Flipie»

³⁵¹ Como os Beach Boys, os Rolling Stones, os Beatles, os Bee Gees, os Jefferson Airplane, os Moody Blues, os Grape Fruit ou os Stone Poneys.

³⁵² Cáceres Monteiro e A. Martins, «Os Jovens e a música», *Flama*, nº1041, 16 de Fevereiro de 1968, p. 23.

³⁵³ Id., nº1056, suplemento «Mundo Jovem», 31 de Maio de 1968, p. 60.

³⁵⁴ Id., nº1124, 19 de Setembro de 1969, p. 49.

³⁵⁵ Id., nº1074, 4 de Outubro de 1968, p. 58.

³⁵⁶ Id., nº1147, 27 de Fevereiro de 1970, p.15.

³⁵⁷ Id., nº1046, 22 de Março de 1968, p.16.

³⁵⁸ Id., nº1087, 3 de Janeiro de 1969, p.44.

³⁵⁹ Id., *Idem*, p.45.

³⁶⁰ Id., nº 1115, 18 de Julho de 1969, pp.22-56.

divulgava os precursores da música de contestação³⁶¹. Parafraseando LeRoi Jones, considerava «Flipie» que, por pretender melhorar a vida do negro da América, a arte mais elevada era a de «alienação»³⁶².

Dedicada à divulgação da canção de protesto, *Mundo da Canção* era a publicação nacional que mais fortemente associava a música à revolta. Revista musical mensal destinada a jovens, publicada no Porto pela Livraria Bertrand, com António de Oliveira a director, Viale Moutinho na chefia de redacção e Maria Teresa Hora com o cargo de delegada de Lisboa, conheceu o seu primeiro número em Dezembro de 1969. Publicava letras de canções³⁶³ e propalava bandas como Creedence Clearwater Revival, Simon and Garfunkel, Led Zeppelin e Peter Paul and Mary. Fazia-se muita publicidade aos Beatles, com canções como «*Revolution 1*» («*You say you want a revolution/well you know/we all want to change the world*»), «*Because*», «*Carry the Weight*», «*Something*» ou «*Come Together*» («*One Thing I Can Tell you/is you got to be free*»). Também eram divulgadas várias bandas portuguesas³⁶⁴. Maria Teresa Horta entrevistava bandas como Filarmónica Fraude, a qual, lançando um olhar arguto e sático sobre o país, se dedicava à contestação, e artistas como Rui Mingas, cantor angolano que se dizia envolvido pela poesia de intervenção social e pela realidade africana, ou o seu cunhado Nuno Filipe, o qual referia que, através dos poemas que Maria Teresa Horta lhe dava para cantar, se via obrigado a ser cada vez mais violento³⁶⁵. *Mundo da Canção* dava ainda ênfase a outros cantautores³⁶⁶ como Luís Cília, que, com a sua voz profunda, frágil e nostálgica, transmitia esperança, amor, paz e comunhão fraternal³⁶⁷. O destaque ia ainda para Adriano Correia de Oliveira, que cantava poemas de Manuel Alegre incluídos em *Praça da Canção* (1965) e *O Canto e as Armas* (1967), tais como «Trova do Vento que passa» («Pergunto ao vento que passa/notícias do meu país/e o vento cala a desgraça/o vento

³⁶¹ Tom Paxton, George Brassens e Eric Von Schmidt estavam entre eles.

³⁶² LeRoi Jones, «Side by Side», *O Século Ilustrado*, 16 de Março de 1968, p.10.

³⁶³ De artistas como Chico Buarque, Donovan Leith, Leonard Cohen, Jacques Brel, Juan Manuel Serrat, Joe Dassin, Rika Zarai, Michel Polnareff, Barry Ryan, Manolo Diaz («*La juventud tiene razon/hay que seguir luchando/por um mundo major donde se grite la verdad*») ou Joan Baez.

³⁶⁴ Como Os Álamos, os Ekos, os Jets, o Quinteto Académico, o Quarteto 1111, os Nomos, o Grupo 5, os Pop Five Music Incorporated, os Beatnicks ou a Objectivo.

³⁶⁵ *Mundo da Canção*, nº2, Janeiro de 1970, p. 4.

³⁶⁶ Entre os quais constavam Paulo de Carvalho, António Macedo, Manuel Freire e às suas canções «Livre» e «Pedra Filosofal», o Padre Fanhais, António Vieira da Silva, Carlos Portugal, José Barata Moura ou Fausto.

³⁶⁷ *Mundo da Canção*, nº1, Dezembro 69, p.17.

nada me diz») e «Canto da Nossa Tristeza». Também de Alegre eram os poema «Os Ratos» («Cada homem traz um rato na alma./Na rua os ratos roeram a vida./É proibido não ser rato.»), interpretado por João Maria Tudela, e «Pedro Soldado», interpretado por Manuel Freire. José Afonso era figura quase omnipresente em *Mundo da Canção*. Não apenas através de temas como «Natal dos Simples» ou «Canção de Embalar», presentes no LP-Orfeu *Cantares de Andarilho* (1968), mas também com «A Cidade» («A cidade é um chão de palavras pisadas/a palavra criança a palavra segredo./A cidade é um céu de palavras paradas/a palavras distância e a palavra medo»), poema de Ary dos Santos, ou «Canção para um povo triste», caracterizava-se José Afonso como «soberbo cantador da revolta»³⁶⁸.

Todavia, se *Mundo da Canção* não se desviava do meio musical, a *Flama* tinha na cultura americana um dos seus principais focos de incidência. Em reportagem de quatro páginas sobre *Bonnie and Clyde* (1967), considerava-se que os dois jovens bandidos que em 1930 haviam feito desesperar a polícia americana, eram apenas dois apaixonados pelo espírito da liberdade³⁶⁹. Em entrevista, Sidney Poitier, actor e realizador negro presente em filmes como *In the Heat of the Night* (1967), partilhava com os leitores a sua vontade de fazer filmes que ensinassem os homens a vencer a violência dentro de uma América em franca decadência moral³⁷⁰. Noticiando o assassinato de Sharon Tate, acentuava-se o carácter monstruoso da sociedade americana: «morreu grávida e quase despida, vítima de assassino (s) selvático (s)»³⁷¹. Meses depois, fazia-se a apresentação do assassino: Charles Manson, 35 anos, viciado na «*Revolution 9*» dos Beatles, retirado no Vale da Morte com a sua comunidade hippie, onde tomava LSD e era tratado como o Messias. Entrara, a 8 de Agosto de 1969, na mansão de Bel Air de Roman Polanski, companheiro de Tate, e dirigira uma carnificina que matara seis pessoas³⁷². Em entrevista conduzida por Afonso Praça, José Cardoso Pires recomendava aos portugueses a leitura de *Kaddish* (1961), do poeta homossexual Allen Ginsberg, e de todas as outras obras dos *beat* de São Francisco, uma vez que, vivendo num país que os sufocava, os

³⁶⁸ Id., *Idem*, p. 11.

³⁶⁹ *A Flama*, nº1043, 1 de Março de 1968, p.19.

³⁷⁰ Id., nº1061, 5 de Julho de 1968, p. 44.

³⁷¹ Id., nº1121, 20 de Agosto de 1969, p. 28.

³⁷² Id., nº1173, 28 de Agosto de 1970, p.40.

escritores americanos sabiam melhor do que ninguém como gritar pela liberdade³⁷³. Para além disso, vários escritores portugueses eram convidados pela *Flama* para dizerem o que achavam que fazia falta ao país. Álvaro Guerra, na altura acabado de regressar da Guiné com ferimentos, dizia-se empenhado na mudança social³⁷⁴. Respondendo às perguntas de Daniel Ricardo, o neo-realista Alves Redol considerava-se seguro de que os escritores deviam intervir na vida do país, pois pertencia-lhes a obrigação de denunciar as iniquidades sociais e de apontar para o caminho do progresso³⁷⁵. Acerca do livro *Três Semanas em Maio* (1968), confessando-se admirador de William Burroughs, João Palma-Ferreira dizia que o escrevera a um ritmo LSD³⁷⁶. Já Maria Teresa Horta, «poetisa, ex-revisora de provas nos CTT, autora das letras das baladas do cunhado Nuno Filipe, cidadã e mulher», comentava o livro *Cronista Não é Recado* (1967), dizendo que nenhum escritor se podia esquivar a comentar a situação do país³⁷⁷. Autora *De Noite as Árvores São Negras* (1968), Maria Isabel Barreno falava, não apenas sobre o desenvolvimento do fenómeno feminista em Portugal, mas sobre o problema que representava a escassa liberdade de movimentos dos portugueses em geral: «Creio que se deverá transformar a sociedade de modo a que se deixem de impingir modelos de comportamento para homens e para mulheres»³⁷⁸.

Também no *Comércio do Funchal* se dava relevo a vários escritores nacionais. Numa de muitas entrevistas conduzidas por Fernando Dacosta, o escritor Almeida Faria, autor de *A Paixão* (1965), confessava-se respeitador dos valores defendidos pelo hippies, gente que sabia o que não queria³⁷⁹. O poeta Gastão Cruz, autor de *A Doença* (1963) e *As Aves* (1969), dizia que o escritor devia ser sempre comprometido com o seu país. Jorge de Sena defendia uma literatura que fosse usada para protestar contra os abusos cometidos a favor de políticas que só retiravam liberdade aos povos, e transmitia uma perspectiva descrente em relação a sociedades de consumo que haviam transformado a literatura em simples lixo³⁸⁰. Vicente Jorge Silva apontava na mesma direcção nas suas

³⁷³ Id., nº1038, 26 de Janeiro de 1968, p.45.

³⁷⁴ Id., nº1119, 15 de Agosto de 1969, p.69.

³⁷⁵ Id., nº1123, 12 de Setembro de 1969, p.10.

³⁷⁶ Id., nº1125, 26 de Setembro de 1969, p.59.

³⁷⁷ Id., nº1126, 3 de Outubro de 1969, p.15.

³⁷⁸ Id., nº1132, 11 de Novembro de 1969, p.30.

³⁷⁹ *Comércio do Funchal.*, 13 de Abril de 1969, p.6.

³⁸⁰ Id., 12 de Julho de 1970, p.6.

crónicas sobre cinema. *Viva Maria* (1965), de Luis Malle, era considerada uma comédia libertadora em que o riso servia como meio de libertação³⁸¹. Se *Blow-Up* (1966), de Antonioni, descrevia a solidão do homem contemporâneo, o vazio, a ansiedade, a náusea, a atrofia³⁸², *Deserto Vermelho* (1964), do mesmo realizador, abordava a crise de sentimentos, a fragilidade das relações humanas, as dificuldades de comunicação entre os seres, a alienação³⁸³.

O suplemento «Vida literária e artística», dirigido por José Cardoso Pires e publicado às quintas-feiras, constituindo um forte meio de divulgação do que de mais moderno se fazia em termos de literatura nacional, fortalecia a importância do *Diário de Lisboa* em termos culturais. Nele se propalava, por exemplo, o volume colectivo *Poesia 61*, o qual, juntando nomes como Fíama Hasse Pais Brandão, Gastão Cruz, Luíza Neto Jorge e Maria Teresa Horta, oscilava entre uma «vontade de mudança» e uma poesia «satírica e violenta»³⁸⁴. Outras publicações ganhavam relevo. Se a antologia *Poesia e Tempo* (1962), contando com figuras sempre repetidas no panorama cultural português, tais como Fíama Hasse Pais Brandão, Gastão Cruz ou Ruy Belo, se inseria no experimentalismo e numa das suas vertentes, o concretismo, tendência que se empenhava em trabalhar as potencialidades do significante no seu aspecto visual, concebendo o poema como algo para ser visto e não apenas lido, as antologias *Poemas Livres* (1962-1968) e *Poesia Útil* (1962) tinham como pano de fundo o protesto social. Cardoso Pires escrevia sobre *L'Éclat et la blancheur* (1967), do jornalista francês Walter Lewino, o qual, versado em Freud, em Mao Tse-Tung e na feminista Betty Friedan, e analisando diferentes temáticas à luz do freudiano complexo de Édipo, estava completamente inserido na cultura de protesto³⁸⁵. Muitos dos escritores presentes neste suplemento partilhavam as suas preocupações sociais e políticas. Ana Hatherly, autora de *Eros Frenético* (1968), confessava-se crente no pluralismo, na existência de uma futura liberdade para todos³⁸⁶. Ainda dentro deste suplemento literário, eram divulgados textos que, inseridos num contexto americano, serviam de protesto contra a ausência de

³⁸¹ Vicente Jorge Silva, «Viva Maria», *Comércio do Funchal*, 14 de Janeiro de 1968, p.7.

³⁸² Id., «Blow-up», Id., 21 de Abril de 1968, p.12.

³⁸³ Id., «Deserto Vermelho», Id., 5 de Maio de 1968, p.12.

³⁸⁴ Eduardo Prado Coelho, «Poesia-61», *Diário de Lisboa*, supl. «Vida literária...», 25 de Julho de 1968, p.8.

³⁸⁵ José Cardoso Pires, «L'Échat et La Blancheur», Id., 18 de Abril de 1968, p. 1.

³⁸⁶ Ana Hatherly, 16 de Junho de 1968, p. 2.

liberdade no mundo. Lorrie Tussan, da Universidade de Berkeley, defendia que, presas a uma sociedade consumista, as juventudes universitárias podiam ser um pilar de revolta contra todas as estruturas ditatoriais do poder³⁸⁷. Em texto dedicado a Saul Bellow, notaria Tussan que, crendo num isolamento provocado pela sociedade da abundância, o autor de *Ravelstein* (2000) desenvolvia nas suas obras a temática da alienação³⁸⁸. Os «Cadernos de um escritor», de Fernando Namora, abordavam a necessidade de mudança que de um homem moderno cada vez mais limitado pela mecanização do mundo: «Reduzido a um papel cada vez mais insignificante, o homem singular aliena-se para não se sentir destruído. Julga encontrar na gratuitidade, sob a sanção da biologia rebelada, com a nostalgia das origens, a via para o homem liberto anunciado por Herbert Marcuse»³⁸⁹. Na esteira de C.Wright Mills e de outros autores que criticavam a maquinização do homem, Vítor da Silva Tavares, futuro fundador da anarquista & *Etc* (1973), em texto acerca de um dos maiores artistas da *Pop Art*, Robert Rauschenberg, demonstrava-se desconfiado em relação às potencialidades da aplicação da tecnologia à criação artística³⁹⁰. Por seu lado, Maria Alberta Meneres, autora de *Conversas em Versos* (1968), dizia que, cobrindo-se de flores, os hippies semeavam um enorme campo onde as crianças poderiam brincar distantes da violência³⁹¹. José Duarte, ao propalar, por exemplo, Eldridge Cleaver, ministro dos *Black Panther*, educado nos guetos negros de Los Angeles, com estadias nas prisões de San Quentin e Folsom (nas quais Johnny Cash gravou dois álbuns), era o responsável pela divulgação do jazz e dos blues como «fontes de consciencialização progressiva dos problemas sociais e rácicos»³⁹².

O magazine semanal «A Mosca», cujo responsável era, de igual modo, José Cardoso Pires, com o seu primeiro número lançado em Abril de 1969, conferia ao *Diário de Lisboa* um carácter satírico. Imaginando-se em 2020, questionava um jornalista se os americanos estavam preparado para retirar do Vietname³⁹³. Repórteres de rua entrevistavam mulheres, tentando descobrir qual o homem mais desejado pelas portuguesas. Algumas confessavam-se fãs de António Calvário, outras de Paul Newman,

³⁸⁷ Id., 20 de Junho de 68, p.5.

³⁸⁸ Id., 25 de Julho de 1968, p. 2.

³⁸⁹ Id., 29 de Agosto de 1968, p. 2.

³⁹⁰ Vítor Silva Tavares, «Arte versus Tecnologia», Id., p.3.

³⁹¹ Id., 12 de Fevereiro de 1968, p.4.

³⁹² Id.,13 de Março de 1969, p.2.

³⁹³ *Diário de Lisboa*, magazine «A Mosca», 3 de Janeiro de 1970, p.1.

de John Kennedy, de Steve McQueen ou de Roberto Carlos³⁹⁴. A balada³⁹⁵, «canção de protesto em dó menor» ganhava relevo³⁹⁶. Em número dedicado à Mulher, «A Mosca» ridicularizava as mulheres que ficavam em casa a ler fotonovelas e a «escamar o peixe e a comida do marido»³⁹⁷. Em reportagem, gozava-se com os hippies de Lisboa, pessoas que apregoavam a anarquia, que repudiavam os hábitos e instituições da sociedade, que vestiam garrida e estranhamente, que tinham a flor como o seu Deus, a sua razão de viver³⁹⁸. «Varejeira» era o pseudónimo do colunista que mais contestava em termos políticos dentro de «A Mosca». Em vésperas de eleições, assinalava «Varejeira» que urgia que os portugueses acordassem para a liberdade e se voltassem para a Europa, deixando de lado convicções provincianas que só levavam à modorra³⁹⁹. Luís Sttau Monteiro, sob o pseudónimo de «Guidinha», foi autor de várias críticas a Marcelo Caetano. Numa delas, notava acerca de um professor de matemática (que não seria outro que não o Presidente do Conselho): «ele coitadito não percebe que toda a gente se ri dele»⁴⁰⁰. Note-se que o *Diário de Lisboa* era um dos jornais que mais se intrometia na política nacional. Em Setembro e Outubro de 1969, publicava um suplemento diário intitulado «Mesa Redonda», especialmente dedicado ao acompanhamento das eleições legislativas. Nas páginas deste suplemento tinham lugar debates nos quais, unidas pelo objectivo comum de democratizar o país, diferentes personalidades pertencentes às listas oposicionistas discutiam diversos assuntos. Francisco de Sousa Tavares (CEUD) debatia com Alberto Pedroso (CDE) e António Pardete da Fonseca (CEM); Nuno Teotónio Pereira (CDE) com Mário Bruxelas (CEUD) e Fernando Viana (CEM); Vitorino Magalhães Godinho (CEUD) com Francisco Pereira de Moura (CDE) e Luís Lindley Cintra (CDE) com Ruy Belo (CEUD). Através de carta aberta, Mário Soares (CEUD) desafiava José Guilherme de Melo e Castro (UN) para um confronto⁴⁰¹.

³⁹⁴ Id., 3 de Maio de 1968, p.8.

³⁹⁵ Com artigos de Joaquim Letria, Lauro António, Torquato Luz, Alice Nicolau, Mário Zambujal, José Duarte, João Paulo Guerra, Fernando Dacosta.

³⁹⁶ *Diário de Lisboa*, magazine «A Mosca», 13 de Setembro de 1969, p.3.

³⁹⁷ Id., 31 de Janeiro de 1970, p.1.

³⁹⁸ Pedro Barroso e Alexandre Margarido, «O mundo beatnick de Lisboa», Id., 31 de Maio de 1969, p.2.

³⁹⁹ Id., 18 de Outubro de 1969, p.6.

⁴⁰⁰ Luís Sttau Monteiro, «O Professor de Matemática», Id., 16 de Fevereiro de 1972, p.1.

⁴⁰¹ Id., suplemento «Mesa Redonda», 2 de Outubro de 1969, p.1.

A *Capital* dispunha, dentro do suplemento semanal «Literatura & Arte», de críticos literários da dimensão de José Régio e de Jacinto do Prado Coelho⁴⁰². Embora não houvesse um real interesse pela contracultura por parte de quem intervinha neste suplemento, valorizava-se a liberdade. Neste suplemento literário, publicou-se um artigo de José Régio acerca do já mencionado *Bonnie and Clyde* que teve alguma repercussão no meio jornalístico. Considerava Régio que, embora todo o mundo fosse violento, o filme de Arthur Penn exagerava do uso da violência e ensinava os jovens a serem violentos, a não respeitarem hierarquias. Já num suplemento de *A Capital* chamado «A Semana», o escritor Faria de Almeida sugeria que *Bonnie and Clyde* tinha o espírito de evasão que correspondia a uma necessidade de liberdade violentamente negada⁴⁰³. Escrevendo sobre os *Amantes* (1968), livro de contos de David Mourão-Ferreira, a escritora Fernanda Botelho, inspirada pela tendência dos escritores em se preocuparem com questões individuais que se cruzavam com o futuro da humanidade, e autora do livro *A Gata e a Fábula* (1968), notava que, obrigadas a refugiarem-se no domínio do sonho por terem sido amputadas no quotidiano, as personagens presentes na obra reinventavam a vida⁴⁰⁴. Num outro artigo acerca de Natália Correia, Botelho revelava um pouco do seu empenho na luta pela afirmação das mulheres no mundo, ao afirmar que as mulheres não nasciam com direitos garantidos à nascença e que os precisavam de conquistar ao longo da vida⁴⁰⁵. João Palma-Ferreira assinava um texto literário pacifista: «Uma pausa na guerra é isto, uma pausa na guerra é sentir o sangue a correr novamente livre por todo o corpo. É fechar os olhos e imaginar a paz»⁴⁰⁶. No suplemento semanal feminino intitulado «Ela & eles», de cariz algo liberal, defendia-se a mini-saia como «meio de libertação de preconceitos» e de «emancipação»⁴⁰⁷. Mulheres escreviam sobre aquilo que consideravam ser o comportamento atávico da mulher portuguesa. Perguntava-se, por exemplo, por que não batiam palmas as mulheres que iam ao teatro⁴⁰⁸. Dava-se conselhos

⁴⁰² Mário Cesariny, Maria Teresa Horta, Manuel Mendes, Vasco Granja, Eduarda Dionísio, Mário Dionísio, Jorge Silva Melo ou Nuno Júdice também escreviam nestas páginas.

⁴⁰³ Faria de Almeida, «Bonnie and Clyde», *A Capital*, suplemento «A Semana», 23 de Fevereiro de 1968, p.4.

⁴⁰⁴ Fernanda Botelho, «Os Amantes», *A Capital*, suplemento «Literatura...», 10 de Julho de 1968, p.7.

⁴⁰⁵ Id., «A Madona», Id., 26 de Março de 1969, p.3.

⁴⁰⁶ João Palma-Ferreira, «Uma pausa na guerra», Id., 4 de Fevereiro de 1969, p.5.

⁴⁰⁷ Id., suplemento «Ela e Eles», 23 de Fevereiro de 1968, p.2.

⁴⁰⁸ Id., 1 de Março de 1968, p.12.

sobre moda. Usando casacos compridos, decotes em v, blusas, boinas e saias pelo meio das pernas, as mulheres deviam seguir o estilo de Faye Dunaway em *Bonnie and Clyde*. Illiane Dorée escrevia de Paris, aconselhando a mulher portuguesa a aproximar-se da estrangeira no que tocava ao vestuário.

Se se exceptuarem as opiniões sobre África e Marcelo Caetano, pode-se considerar o *Diário Popular* um periódico receptivo a novas ideias. Com vários suplementos, entre os quais constavam o «Letras e Artes», publicado todas as quintas-feiras⁴⁰⁹, o «Sábado Popular», que incluía o «Pif-Paf» do humorista brasileiro Millôr Fernandes, e a secção feminina diária «Só para si, minha senhora». Todavia, a crítica literária do *Diário Popular* era desinteressada do protesto político. Excepção à regra foi uma entrevista a António José Saraiva, na qual ele caracterizava o Maio de 68 como uma revolução imprevista da qual Portugal estava completamente alheado⁴¹⁰. Em «Sábado Popular», espaço do *Diário Popular* onde se fazia uma forte divulgação cultural, dizia Baptista-Bastos, em texto muito pertinente sobre *Blow Up*, filme de Michelangelo Antonioni quase omnipresente nas páginas dos jornais portugueses, que o fotógrafo do filme (interpretado por David Hemmings), éramos todos nós, «humilhados ofendidos, sem deuses nem ídolos», inseridos numa sociedade desumanizada⁴¹¹. Um dos poucos colunistas do *Diário Popular* interessados pela contestação jovem no estrangeiro era o escritor António Quadros, filho de António Ferro, e autor de obras como *Introdução a uma estética existencial* (1954), *A angústia do nosso tempo e a crise da Universidade* (1956), *Ficção e Espírito* (1971) ou *Introdução à filosofia da história* (1982). Nas páginas do suplemento «Volta ao Mundo», publicado aos sábados, referia o dito autor, embora de forma um tanto ou quanto conservadora, que, tanto no Vietname, como nas lutas raciais, interessava a paz⁴¹². Apesar de imbuído de uma religiosidade que inúmeras vezes o fazia recorrer às palavras de Paulo VI, António Quadros era dos únicos colaboradores do jornal que escreviam sobre estes temas. O mesmo autor assinava ainda um texto no qual, falando de uma degradação do amor, atacava Marcuse: «Eros e

⁴⁰⁹ E que contava com colaboradores como Agustina Bessa-Luís, Nelson de Matos, Alexandre O'Neill, Tomaz de Figueiredo, José Régio ou Herberto Helder.

⁴¹⁰ *Diário Popular*, 5 de Setembro de 1969, p.23.

⁴¹¹ Id., 14 de Fevereiro de 1968, p.22.

⁴¹² A. Quadros, «A Inquietação e a crise», Id., suplemento «Volta ao mundo», 11 de Junho de 1968, p. 3.

Pornografia Social, tudo devido a uma dessacralização da moral, a sua transferência do religioso para o social»⁴¹³.

Dirigida por Raul Gomes e editada por Mário Braga, a *Vértice*, tribuna do neo-realismo e de resistência à ditadura salazarista feita por marxistas não dogmáticos⁴¹⁴, não enfatizava tanto quanto outras publicações temáticas caras à contracultura, como seria exemplo a oposição radical à presença americana no Vietname. Contudo, «dialogando sem exclusões nem anátemas»⁴¹⁵, tinha lugar de relevo na divulgação de uma cultura que, desde o cinema à literatura, tinha em vista a renovação mental e a inserção do país num tempo no qual deixassem de predominar as teias da tirania. No teatro, numa época em que o Decreto-Lei nº 42 660 proibia o licenciamento de peças a quem ferisse a susceptibilidade dos órgãos de soberania nacional, a *Vértice* divulgava a estreia de *À Espera de Godot*, de Samuel Beckett, no Teatro Nacional Popular. Armando Bacelar discutia a presença do teatro de Pirandello em Portugal⁴¹⁶. No cinema, escrevia António Augusto Sales sobre filmes como *Blow-Up*, *Fahreneit 451* ou *Bonnie and Clyde*. Relativamente ao filme de Antonioni, considerava-o Augusto Sales uma «profunda meditação sobre a crise de consciência da sociedade burguesa», que provocava uma desagregação de valores e, através de um enorme desespero, os transformava numa sociedade que alienava a realidade⁴¹⁷. Entrevistado por Eduardo Geada, exprimia Fernando Lopes um forte desejo de sair do país para aprender cinema: «o cinema que se consome aqui é simplesmente para consumo passivo»⁴¹⁸. Eram, igualmente, publicadas declarações de Roman Polanski a propósito das suas experiências com a droga para a realização de *A Semente do Diabo* (1968): «Tomei LSD três vezes e constatei que certas alucinações são muito parecidas com o sonho, principalmente pela sua dinâmica. Uma

⁴¹³ Id., «'Eros Adolescente», Id., *Idem*, 4 de Novembro de 1969, p.3.

⁴¹⁴ Daniel Pires, «Vértice», *Dicionário da Imprensa periódica Literária Portuguesa do séc. XX (1941-1974)*, vol.II, Lisboa, 2000, p.610.

⁴¹⁵ Id., *Ibidem*.

⁴¹⁶ Eram também divulgados grupos teatrais como o Teatro Experimental do Porto, o Teatro Experimental de Cascais, o Grupo 4, o Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra, o Círculo de Iniciação Teatral da Associação Académica de Coimbra, o Teatro Universitário do Porto ou o Cénico de Direito de Lisboa. José Tavares Pinto divulgava o XI Ciclo de Teatro – CITAC.

⁴¹⁷ António Augusto Sales, «Blow-Up. Fahreneit 451, Bonnie and Clyde», *Vértice*, nº295, Abril de 1968, p.286.

⁴¹⁸ Id., nº307, Abril de 1969, p.286.

alucinação de um animal não dura muito, muda rapidamente de forma»⁴¹⁹. Na literatura, debruçando-se sobre a importância da leitura da obra de Albert Camus para as novas gerações, notava Dulce Rebelo que o autor de *O Estrangeiro* (1942) protestava contra os males do mundo sem se comprometer e afastando-se do género humano: isolado, vítima de fatalidades, de situações imprevistas, o herói de Camus aceitava tudo, apesar dos seus protestos abstractos⁴²⁰. Note-se, no entanto, que livros como *A Peste* (1947) desmentiam esta concepção niilista revelada por Dulce Rebelo, revelando que um só homem podia carregar os males do mundo para salvar a humanidade. Já *Marketing*, poema de Fernando Namora, insurgia-se contra um mundo regulado por marcas: «vi umas bombas que caíam muito ao longe / numa lonjura mais longe que a Lua / onde as pessoas podiam estar quietas a fumar Marialvas / e a lavarem-se com Rino / que lava lava lava/lava três vezes mais / lava ou mata que se farta / e me ajuda a ser bom cidadão»⁴²¹.

Um dos casos mais graves de censura em Portugal aconteceria a 21 de Maio de 1965, quando a Sociedade Portuguesa de Escritores foi dissolvida pela atribuição do Grande Prémio de Novelística a *Luuanda*, de José Luandino Vieira, na altura preso no Tarrafal, acusado de militância no MPLA, e que levou a que os membros do júri fossem presos. Por ter noticiado a atribuição do referido prémio, o semanário regional *Jornal do Fundão*, dirigido por António Paulouro, foi suspenso por seis meses (entre 23 de Maio e 28 de Novembro de 1965)⁴²². À suspensão, foi acrescentada a obrigatoriedade do jornal apresentar provas, não em Castelo Branco, mas em Lisboa. Estas penalizações mantiveram-se até à subida de Marcelo Caetano à Presidência do Conselho, em 1968. Este ambiente proibitivo também caiu em cima do *Notícias da Amadora*, o qual, a 10 de Agosto de 1968, uma semana após o acidente de Salazar, foi proibido⁴²³.

O *Jornal do Fundão* não olhava com muito pessimismo para Marcelo Caetano. As viagens do Presidente do Conselho a várias cidades do país eram sempre acompanhadas de «grande entusiasmo popular»⁴²⁴. Alberto Frazão, cidadão

⁴¹⁹ Id., p.295.

⁴²⁰ Dulce Rebelo, «O Niilismo de Albert Camus», Id., nº298, Julho 1968, p.515.

⁴²¹ Id., nº305, Fevereiro de 1969, p.102.

⁴²² Cândido de Azevedo, *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano – Imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão*, livro, p. 451.

⁴²³ Áurea Adão e Sérgio Campos Matos, «A Imprensa Periódica: memória da educação», *Histórias Reconstruídas*, São Paulo, 2004, p. 69.

⁴²⁴ *Jornal do Fundão*, 26 de Julho de 1970, p.1.

voluntariamente exilado no Brasil, numa carta dirigida a António Paulouro, confessava-se admirador «daquela figura humilde e generosa». Havia a esperança de que fosse Marcelo Caetano o homem a conduzir Portugal para a liberdade indispensável⁴²⁵. Como se dizia em editorial: «A simpatia pessoal, a integridade, a inteligência do Prof. Marcelo Caetano são para muitíssimos portugueses uma certeza de que, sob a sua chefia Portugal pode evoluir para uma forma de convivência»⁴²⁶. Porém, o apoio ao sucessor de Salazar não impedia o *Jornal do Fundão* de publicar cartas de militares em África, os quais enviavam cumprimentos a pais, irmãs, noivas, esposas. Aquando do Maio de 68, não se deixava de dizer que, contestando toda a sociedade, inclusive o comunismo, os estudantes em França eram vítimas da repressão das CRS (*Compagnies Républicaines de Sécurité*)⁴²⁷. Acompanhava-se com interesse as eleições nos Estados Unidos, o conflito no Vietname. As críticas à sociedade de consumo, da qual a América era o expoente máximo, não estavam menos presentes neste jornal. Sobre o assassinato de Robert Kennedy dizia-se: «Meu amigo. Posso dizer assim porque ganhara a minha amizade inútil o homem que lutava pelos direitos cívicos de todos quantos uma sociedade egoísta e desumana pôs na outra margem»⁴²⁸. Com três artigos de autoria de Henry Hawkins, intitulados «A Era do Colonialismo Tecnológico», apontava-se o dedo à sociedade de consumo americana. Considerava Hawkins que, apenas querendo garantir que os computadores, os aviões e a energia nuclear invadiam a Europa, os americanos não se interessavam pela indústria tradicional nem pelas empresas estatais de minoria⁴²⁹. A supremacia americana ameaçava infiltrar-se na cultura. Quase toda a música era de inspiração americana. Os filmes vinham de Hollywood. Já não havia espaço para os livros, só para a tecnologia⁴³⁰. Numa entrevista de Fernando Dacosta a José Cardoso Pires, este afirmava que a verdadeira crítica à sociedade de consumo vinha dos Estados Unidos, e não da França ou da Alemanha, por causa dos protestos pelos direitos cívicos e pela paz no Vietname⁴³¹.

No «Artes e Letras», suplemento literário quinzenal do *Jornal do Fundão*, entrevistava-se Augusto Abelaira, considerado autor «impregnado de juventude» que

⁴²⁵ Alberto Frazão, «Carta de um exilado voluntário», Id., 27 de Julho de 1969, p.4.

⁴²⁶ Id., 28 de Setembro de 1969, p.1.

⁴²⁷ Costa Camelo, «Carta de Paris», Id., 26 de Maio de 1968, p.4.

⁴²⁸ Id., 9 de Junho de 1968, p.1.

⁴²⁹ Henry Hawkins, «A era do colonialismo Tecnológico I», Id., 16 de Março de 1969, p. 9.

⁴³⁰ Id., «A Era do Colonialismo Tecnológico II», Id., 23 de Março de 1969, p.4.

⁴³¹ Id., 14 de Dezembro de 1969, p.9.

usava os anseios e frustrações dos jovens para partilhar a sua dor⁴³². *Fahrenheit 451* (1966), filme de François Truffaut, garantindo que a sociedade filmada pelo cineasta francês era habitada por pessoas que, queimando os livros, haviam deixado de querer saber do mundo que os rodeava, recebia os maiores elogios⁴³³. *Bullit* (1968), filme realizado por Peter Yates e com Steve McQueen no principal papel, era posto em evidência por, através da violência, se rebelar contra uma sociedade mecanizada: «Numa mecanização da sociedade, onde um dos seus aspectos – a violência – toma primazia, o homem sente-se alienado. (...) *Bullit* sabe-o»⁴³⁴. Dava-se, ainda, relevo a um tema em voga na imprensa da época: o papel do artista na sociedade. Em artigo não assinado, notava-se que a arte era uma procura de soluções para os problemas dos homens⁴³⁵. Urbano Tavares Rodrigues dizia que o teatro deveria ser um poderoso veículo de afirmação da liberdade e da paz⁴³⁶. Director do Teatro Experimental do Porto, Carlos Cabral acrescentava que o teatro só teria validade se tivesse em consideração os factores da sociedade que o rodeava⁴³⁷. No suplemento juvenil «Janela Aberta», eram publicadas letras de músicas que apelavam à paz, ao fim da violência no mundo, ao fim do aprisionamento dos homens livres, como «*Blowin' in The Wind*», de Bob Dylan⁴³⁸, ou o «Poema de Amor na Guerra», de Paul Éluard. Citava-se Luther King: «O nosso movimento não procura libertar os negros pelo preço da humilhação. (...) Procura antes libertar a sociedade americana e partilhar com ela a sua libertação»⁴³⁹.

Intimamente ligado à cultura jovem, o *Notícias da Amadora* apelava à subversão. Dizia-se em editorial que um jovem passivo, humilde e céptico, cobarde e conformado, não era mais jovem mais um «aborto social»⁴⁴⁰. Um cronista com o pseudónimo de «Tói» era autor de várias crónicas acerca da «juventude errante»: juventude que se inspirava pelos *beatnicks* americanos, pelos hippies, por gente sem rota que percorria as estradas de todas as pátrias à procura de LSD, como o poeta Allen Ginsberg, e à procura da liberdade

⁴³² Id., suplemento «Artes e Letras», 23 de Março de 1968, p.5.

⁴³³ António Caeiro, «Fahrenheit 451», Id., 31 de Janeiro de 1968, p.7.

⁴³⁴ Joaquim Assunção Leal, «Bullit», Id., 17 de Maio de 1969, p.2.

⁴³⁵ «O artista perante a sociedade», Id., 26 de Outubro de 1968, p. 3.

⁴³⁶ Urbano Tavares Rodrigues, «O Teatro e a sociedade contemporânea», Id., 26 de Outubro de 1968, p.3.

⁴³⁷ Id., 10 de Outubro de 1970, p.5.

⁴³⁸ Eis um pequeno excerto: «Quantos mortos deverão haver/antes que se saiba que se saiba que já morreu gente demais».

⁴³⁹ Id., suplemento «Janela Aberta», 4 de Maio de 1968, p.3.

⁴⁴⁰ *Notícias da Amadora*, 1 de Janeiro de 1968, p.1.

num mundo incompreensível e violento⁴⁴¹. Exilada havia nove anos, Maria Lamas, importante feminista portuguesa que chegara a exercer a liderança do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, afirmava, em entrevista, que a juventude, escolhendo os seus caminhos com as suas próprias mãos, lutando, dava uma lição ao mundo⁴⁴². Muitos artigos abordavam os problemas da universidade. A ideia geral era a de que, num mundo novo que exigia novos saberes, era necessário rever velhas fórmulas, estabelecer novas normas de ensino, criar novos mestres, novos professores, novas mentalidades, novos currículos, para chegar à «universidade nova»⁴⁴³.

Como se pode constatar, apesar de serem de pequenas dimensões e de terem um carácter regional, tanto o *Notícias da Amadora* como o *Jornal do Fundão* acompanhavam outros periódicos de maior dimensão na divulgação dos artistas e das opiniões que se dedicavam ao ataque à sociedade de consumo.

«Cioso da sua independência», o mensário *Jornal de Letras e Artes*, dirigido por Azevedo Martins, propriedade da Editora Lux, contava na sua redacção com nomes como António Osório, António Pedro Vasconcelos, João Lopes Alves, José Bento, José Correia Tavares, Manuel de Lima, Mário Cesariny, Pedro Vieira de Almeida ou Rui Mário Gonçalves.

Com entrevistas a jovens artistas como Menez, Henrique Ruivo, Manuel Cargaleiro, Eurico Gonçalves, os quais repudiavam totalmente o neo-realismo⁴⁴⁴ ou publicando cartas do poeta António Maria Lisboa, esta publicação dava muito destaque ao Surrealismo. Outros destaques de *Jornal de Letras e Artes* recaíam sobre o Dadaísmo ou sobre o conceito de anti-arte, muito na moda na altura devido à elevada popularidade da *Pop Art*. Um dos textos mais relevantes acerca destas matérias pertencia, aliás, a Harold Rosenberg, um dos vultos deste movimento. Dizia Rosenberg que a história da arte concebida como categoria específica de objectos artísticos acabara, e que no lugar dessa história era preciso colocar uma nova: a dos actos criados no seio do mundo visual, como por exemplo, a arte a partir de imagens televisivas, de objectos do dia-a-dia⁴⁴⁵.

⁴⁴¹ Tóí, «Juventude errante», Id., 3 de Fevereiro de 1968, p.7.

⁴⁴² Id., 27 de Junho de 1970, p.3.

⁴⁴³ Id., 30 de Novembro de 1968, p.1.

⁴⁴⁴ *Jornal de Letras*, nº263, Julho de 1968, p.28.

⁴⁴⁵ Harold Rosenberg, «A História de Arte chega ao seu fim», Id., nº273, Janeiro de 1970, p.15.

Uma grade de garrafas não era uma simples grade mas o acto consciente do artista de fazer uma obra de arte⁴⁴⁶.

O *Jornal de Letras e Artes* mostrava-se ainda deveras interessado pelo cinema, mais concretamente pelo produzido em França pela *Nouvelle Vague*. No número de Junho de 1968, dava-se a palavra a vários cineastas nacionais. António Cunha Telles defendia o recurso ao formato de 16 mm tão usado por Jean-Luc Godard: «Nos 16 mm há um tipo de mobilidade inerente à leveza da câmara, uma descontração»⁴⁴⁷. Através de uma carta, António Pedro Vasconcelos confessava ao seu amigo Fernando Lopes: «Os americanos, esses filmaram a liberdade, nós, ensina-nos o Godard, teremos que filmar livremente. E ser livre é afinal olhar os outros prisioneiros como irmãos. Tu de resto não fizeste outra coisa no *Belarmino* e é isso que eu sei que dará *Uma Abelha na Chuva*»⁴⁴⁸. Era dado destaque a *Loin du Vietnam* (1967), filme de protesto contra a guerra, cuja realização era resultado da colaboração dos realizadores Joris Ivens, William Klein, Claude Lelouch, Agnès Varda, Jean-Luc Godard, Chris Marker e Alain Resnais. Citava-se Alain Resnais: «A censura procura persuadir as pessoas de que se elas tomarem a iniciativa de se censurarem, não haveria problemas. A censura quer conservar as mãos limpas»⁴⁴⁹. No número de Julho de 1970, totalmente dedicado ao cinema da *Nouvelle Vague*, teciam-se os mais rasgados elogios a realizadores como Alain Resnais, autor de *Je t'aime, Je t'aime* (1968), Jacques Becker, autor de *Le Trou* (1960), Robert Bresson, autor de *Procès de Jeanne d'Arc* (1962), Truffaut ou Godard. Publicavam-se várias entrevistas concedidas por realizadores a *Cahiers du Cinéma*. Marguerite Duras falava da necessidade que o homem tinha de começar de novo. Jacques Rivette, autor de *L'Amour Fou* (1968), e Philippe Garrel, criador de *Le révélateur* (1968), abordavam a necessidade de levar revoluções aos países onde ainda existissem proibições que impedissem as pessoas de fazerem o que queriam⁴⁵⁰. Numa mesa redonda formada por Paulo Rocha, Alberto Seixas Santos e António Pedro Vasconcelos, falava-se de Godard. Vasconcelos dizia que as ideias de morte, de consciência do provisório, de precariedade da existência,

⁴⁴⁶ Id., *Ibidem*.

⁴⁴⁷ Id., n° 262, Junho de 1968, p.26.

⁴⁴⁸ Id., n°264, Agosto de 1968, p.35.

⁴⁴⁹ Id., n° 268, Dezembro de 1968, p.13.

⁴⁵⁰ Id., n°277, Julho 1970, p.38.

eram centrais na obra do cineasta⁴⁵¹. Alberto Seixas Santos afirmava que, num universo em que tudo se corrompia, o amor descrito por Godard era fraco, prostituído, corrompido: «O que Godard retrata é o estado de intoxicação generalizada a que uma sociedade chegou, devido às técnicas publicitárias, à massificação das consciências, a todos os métodos de alienação dos *hidden-persuaders*»⁴⁵². No fundo, o que as personagens robotizadas de Godard procuravam era a liberdade roubada.

No extremo oposto aos jornais que lutavam pela liberdade em Portugal, e para dar exemplo da diferença de opiniões em relação a temas já focados, o periódico que mais se punha ao serviço dos desígnios do Governo era o *Diário da Manhã*⁴⁵³. Pertencente à União Nacional, dirigido por Barradas de Oliveira e editado por António da Fonseca, servia de veículo propagandístico para os valores salazaristas. Assim, ameaçados por terroristas a soldo do comunismo internacional, os soldados nas províncias ultramarinas cumpriam a missão de educar as crianças autóctones, demonstrando o espírito de missão que caracterizava os portugueses⁴⁵⁴. O catolicismo era posto aos serviços da política: «Deus nos livre da satânica confusão da Paz – que apenas d’Ele vem – com o pacifismo, que é a mensagem do Inferno»⁴⁵⁵. O *Diário da Manhã* tinha um suplemento cultural semanal de interesse para a crítica da desordem mundial, a qual era considerada um mal desequilibrador da harmonia necessária para o desenvolvimento da sociedade⁴⁵⁶. Contando com nomes como os de Jaime Nogueira Pinto, António José de Brito, João de Sá, José Lopes de Almeida ou Pinharanda Gomes, este suplemento, intitulado «Encontro», não poucas vezes se dedicava à crítica de elementos marginais, partidários da subversão. A respeito de *Bonnie e Clyde*, Jaime Nogueira Pinto acusava uma sociedade na qual ladrões podiam ser vistos como «bons selvagens maus por culpa da sociedade»⁴⁵⁷. Criticava-se a revista *Clube 21* por «conteúdos negativos» e por «planos camuflados de perversão da nossa sociedade»⁴⁵⁸. O

⁴⁵¹ Id., p. 45.

⁴⁵² Id., p.46.

⁴⁵³ Em 1971, surgiria *A Época*, resultado da fusão do *Diário da Manhã* com *A Voz*. *A Época* representaria o ideário da Acção Nacional Popular.

⁴⁵⁴ *Diário da Manhã*, 14 de Janeiro de 1968, p.1.

⁴⁵⁵ Ângelo César, «Benditas as Forças Armadas», Id., 20 de Janeiro de 1968, p.1

⁴⁵⁶ Id., 22 de Maio de 1968, p. 1.

⁴⁵⁷ Jaime Nogueira Pinto, «Bonnie and Clyde», *Diário da Manhã*, 6 de Março de 1968, p.8

⁴⁵⁸ C. de Turcifal, «Ao Veio do Tempo», *Diário da Manhã*, 17 de Março de 1968, p.3.

problema de muitos dos argumentos usados contra a revolta que contagiava o mundo residia no simplismo, na ignorância com que se tratavam alguns temas. Veja-se, a título de exemplo, um editorial no qual se tentava compreender Herbert Marcuse: «Qual é o tipo de sociedade proposto por Marcuse? Ainda não lá chegou. O seu mundo está para aquém das muralhas da sociedade. É o mundo da destruição violenta, da contestação enraivecida, da subversão do existente. E depois? Depois se verá...»⁴⁵⁹. Outro artigo sobre Marcuse, desta vez assinado por Gil Duarte, levantava o dedo contra o filósofo por incendiar as almas dos estudantes contra o casamento, a favor do amor livre, contra as autoridades: «acautelemo-nos com tal filósofo. Na sua doutrina subtil, anda a artimanha do anticristo»⁴⁶⁰. Tudo quanto significasse oposição à autoridade e à ordem, palavras constantemente repetidas, à disciplina ao respeito, ao sentido harmónico da vida, como jovens hippies «guedelhudos» e meninas que desrespeitavam o amor com as suas «mini-saias», era censurável⁴⁶¹.

8. *O Tempo e o Modo*: um universo diferente

Na década de 60, *O Tempo e o Modo*. *Revista de Pensamento e Acção* tornou-se uma referência no que se refere à cultura portuguesa. Lançada pela primeira vez em 1963, a revista teve António Alçada Baptista como fundador e encontrou correspondência num grupo de militantes da JUC, entre os quais se contavam João Bénard da Costa, Nuno Bragança, Pedro Tamen, M.S. Lourenço ou Nuno Portas⁴⁶². A aquisição da *João Araújo Moraes, Limitada*, que mudou o nome para *Livraria Moraes Editora, Limitada*, fez com que Alçada Baptista, formado em Direito mas com formação católica (passagem pelo Colégio dos Jesuítas), tivesse conseguido formar um espaço importante de debate acerca de Deus e da religião. Importantes influências para este grupo de pensamento que se formava em torno de *O Tempo e o Modo* eram o personalismo cristão, de Emmanuel Mounier, e a revista francesa *Esprit*. Os escritos de Mounier começaram a ser difundidos

⁴⁵⁹ *Diário da Manhã*, 12 de Fevereiro de 1969, p.1.

⁴⁶⁰ Gil Duarte, «Marcuse», *Diário da Manhã*, 12 de Junho de 1969, p.3.

⁴⁶¹ *Diário da Manhã*, 2 de Setembro de 1970, p.1.

⁴⁶² Nuno Estêvão, «O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e Acção (1963-1967)», *Lusitânia Sacra – Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, Tomo VI, p. 137.

em Portugal através da *Livraria Moraes Editora*. E o que era o personalismo? Citando Nuno Estêvão: «O personalismo assenta na pessoa, considerada livre e sempre imprevisível, situada no tempo e no espaço»⁴⁶³. Na medida em que procurava a liberdade individual de todos, o personalismo apenas se realizaria se, longe de se fechar dentro de si próprio, o indivíduo se tornasse disponível para ajudar os outros⁴⁶⁴. Desligada do poder e de qualquer estrutura hierárquica da Igreja, a editora de Alçada Baptista teve um grande papel na divulgação do espírito reformista do Concílio Vaticano II. Aos poucos, com as mudanças graduais que se foram dando na sociedade portuguesa, tanto a nível mental, como social e político, a revista foi marcando uma geração «no que se refere à abordagem de problemas sociais e culturais»⁴⁶⁵. Em 1963, já autores não católicos como Jorge de Sena colaboravam na revista e contribuía para aumentar o clima de diversidade que prevalecia dentro daquele meio.

Em Março de 1969, Bénard da Costa assumiu as funções de director da revista, substituindo Alçada Baptista, o qual considerava que a revista se havia radicalizado demasiado. Mas a influência de Bénard da Costa duraria pouco: por decisão maioritária do conselho da redacção, em que predominavam elementos maoístas, a orientação da revista sofreu uma mutação logo no ano seguinte. Com esta mudança, a revista veio a perder projecção. De qualquer modo, em termos de abertura, de contestação, de descentralização ou de experimentação social⁴⁶⁶, muito se poderia retirar desta publicação durante os anos em análise.

Já em 1967, a revista abordara temáticas como a dignidade da pessoa humana, a mulher e a socialização, a Guerra e Paz no Vietname, a Revolução Cultural na China, o cinema da *Nouvelle Vague* ou a Igreja no mundo. José Antunes Ribeiro publicara um artigo sobre o conflito no Vietname, no qual se afirmava que a guerra existia, que era cada dia mais cruel e sangrenta, e se criticava o cardeal americano Francis Joseph Spellman por ter afirmado que a guerra era uma defesa da civilização⁴⁶⁷. Com um texto literário, Miguel Castro Henriques assumira a ideia de que Portugal vivia num país tão

⁴⁶³ Id., *Idem*, p.152.

⁴⁶⁴ Emmanuel Mounier, *O Personalismo*, Lisboa, 1976, p.62.

⁴⁶⁵ Nuno Estêvão, *Op. Cit.*, p.191.

⁴⁶⁶ Maria Teresa de Almeida Alves, «Contracultura», *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, S. Paulo, 1998, p.1147.

⁴⁶⁷ José Antunes Ribeiro, «Palavras de paz e palavras de guerra: quem são os bons samaritanos?», *O Tempo e o Modo*, nº45, Janeiro, 1967, p. 95.

negativo como a sua esperança. Sorrir seria capaz de ser uma perversão. Fazer amor uma conquista de mucosas⁴⁶⁸. O poema *A Invenção do Amor*, do cabo-verdiano Daniel Filipe, chegava mais longe na ideia de amor como fuga à ordem política: «Um homem uma mulher um cartaz de denúncia/colado em todas as esquinas da cidade/A rádio já falou A TV anuncia/iminente a captura A polícia de costumes avisada/procura os dois amantes nos becos e avenidas/Onde houver uma flor rubra e essencial/é possível que se escondam tremendo a cada batida na porta fechada para o mundo/É preciso encontrá-los antes que seja tarde/Antes que o exemplo frutifique Antes/que a invenção do amor se processe em cadeia»⁴⁶⁹. Ruy Belo, poeta católico preocupado com a intervenção social, autor de livros tais como *Homem de Palavra (s)* (1970) e *País Possível* (1973), falara da responsabilidade da poesia. Se a arte nascia da brincadeira, também não devia deixar de ser útil à verdade e à vida⁴⁷⁰. Uma notícia abordava as desordens causadas por negros em cidades norte-americanas como Detroit, Newark ou Harlem, dando como principais causas a falta de empregos, as más condições de habitação, a educação deficiente e a brutalidade policial. À semelhança do que fizera Luther King, apontava-se também o dedo a Stokely Carmichael por ter apelado ao *Black Power* (e a uma violência associada à expressão)⁴⁷¹.

Com artigos de Eduardo Lourenço e de Vergílio Ferreira, o primeiro número de 1968 – e o segundo, com artigos de Eduardo Prado Coelho e de António Franco Alexandre – destacava o Estruturalismo e o livro *As Palavras e as Coisas* (1966), de Michel Foucault, e dava pistas para o entendimento de um conceito que se tornaria da máxima relevância durante a década de 60.

Segundo Eduardo Prado Coelho, tendo tido origem no *Cours de Linguistique Générale* (1916), de Ferdinand de Saussure, o Estruturalismo pressupunha que toda a linguagem tinha a sua ideologia, ou melhor, que toda a imagem sonora se associava a um conceito (significado). Não havendo correspondência entre a palavra «mesa» e o objecto que lhe correspondia, Saussure introduzia um terceiro elemento: a coisa (a realidade). A sua ideia base era dizer que nada era distinto do aparecimento da língua, que havia uma indissolubilidade da relação entre a língua e a representação mental da realidade. Deste

⁴⁶⁸ Miguel Castro Henriques, «Futuríveis – I», Id., ° 46, Fevereiro, 1967, p. 321-322.

⁴⁶⁹ Daniel Filipe, *A invenção do amor e outros poemas*, Lisboa, 1972, p. 27.

⁴⁷⁰ Ruy Belo, «A responsabilidade da poesia», *O Tempo e o Modo*, n° 49, Maio, 1967, p. 498.

⁴⁷¹ «Negro Americano, Raça ou Consciência de Classe?», Id., n°50-51/52-53, Junho-Outubro, 1967, p. 650.

modo, cada teoria nova implicava uma linguagem nova⁴⁷². Todo o significante precedia o significado. Considerando que o principal vício da ideologia burguesa era a naturalização dos signos, a relação natural entre a linguagem e a realidade, os estruturalistas inseriam-se num projecto de desnaturalização dos signos como forma de combater, no plano da superestrutura, essa ideologia burguesa. Deslocar o sentido da palavra era fazer uma revolução⁴⁷³.

Observando elementos que pertenciam ao domínio do inconsciente, e por isso dificilmente explicáveis, tais como o mito do incesto, o etnólogo Claude Lévi-Strauss entendia que a palavra estrutura designava, não a realidade concreta, mas o conjunto de leis que delimitava e determinava as modificações dos elementos do sistema. Os fenómenos sociais e culturais (os costumes de determinado povo em determinada altura) não poderiam ser analisados como resultado da acção dos homens. Só a estrutura tinha uma existência real. Numa perspectiva crítica, Vergílio Ferreira pegava nesta ideia para dizer: «Não é o sujeito que pensa, mas o Sistema por ele»⁴⁷⁴. Com efeito, a partir de condições particulares, os estruturalistas, privilegiando a análise sincrónica (que se reduz ao tempo contemporâneo) à diacrónica (perspectiva histórico-evolutiva), chegavam a proposições metodológicas generalizadas/universais.

Sobre a obra de Foucault, notava Vergílio Ferreira que se baseava na partilha inicial entre o mundo integrado do mesmo, a que se chamava cultura, e o mundo excluído do Outro (a «loucura», o desconhecido). Partindo do princípio estruturalista de que a língua precedia o homem, e que por essa razão qualquer tentativa de resposta à génese da humanidade era impossível (uma vez que a linguagem existia desde sempre), Foucault dava importância à psicanálise, na medida em que o inconsciente era o lugar onde toda a verdade aparecia. Assim, a linguagem não era o simples signo que resultava da conversa entre um sujeito e um objecto, mas o lugar inviolável, que só poderia ser transgredido a partir do interior. Nenhuma linguagem podia dizer toda a verdade de outra linguagem, já que eram ambas decorrentes de uma linguagem inicial e omnipresente. Perante isto, a transgressão, a subversão da ordem, de estruturalistas como Foucault dava-se através do

⁴⁷² Eduardo Prado Coelho, «Introdução a um pensamento cruel: Estruturas, Estruturalidade e Estruturalismos», *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*, Lisboa, 1978, p.XI.

⁴⁷³ Id., *Idem*, p. XII.

⁴⁷⁴ Vergílio Ferreira, «Questionação a Foucault e a algum Estruturalismo», *O Tempo e o Modo*, nº 56, Janeiro, 1968, p.16.

uso da língua para chegar ao inconsciente, ao Desejo, à Morte⁴⁷⁵. Em Foucault, a «loucura» era a maior companhia da liberdade, representava a chegada ao mistério, a um mundo outro, não dominado pelo homem racional⁴⁷⁶. Para Eduardo Lourenço, a figura do Louco servia a Foucault para pôr em relevo a proeminência de um humanismo consequente da morte de Deus e da apropriação dos valores reservados à transcendência⁴⁷⁷. E aqui se chega a um ponto essencial da Modernidade: a morte de Deus e dos homens profetizada por Nietzsche. Na cultura ocidental, com o desenvolvimento das vanguardas ligadas ao homem em crise, com o niilismo filosófico, com a aposta no Nada, queria dizer-se que a figura central do sujeito devia sair de cena⁴⁷⁸, que se deviam abrir as portas ao cepticismo em relação ao sujeito e à linguagem⁴⁷⁹. Assim se percebe a não existência de um eu fixo e permanente em muita da arte portuguesa da época⁴⁸⁰ ou a aposta de muitos poetas no valor do significante, em detrimento do significado.

Os dois números seguintes de *O Tempo e o Modo*, tendo na capa a famosa fotografia de Eddie Adams, na qual o general Nguyễn Ngọc Loan abatia um soldado vietcong com um tiro de revólver, davam destaque a um ponto assaz importante para a análise da cultura de protesto: a decadência americana. Um artigo dava conta da revolta de vários sectores da sociedade americana (como os *Beat*, os *hippies*, Bob Dylan, a *New Left*, Luther King, Malcolm X, etc.) contra uma sociedade industrial decadente⁴⁸¹. Por sua vez, Alfredo Barroso criticava o bipartidarismo americano, garantindo que, na ausência de uma terceira via, a América esbarrava no imobilismo⁴⁸². Um artigo de outro número garantia que o futuro da maior potência mundial dependeria daquilo que cada um dos candidatos às eleições presidenciais quisesse fazer em relação ao Vietname⁴⁸³. No seguimento da lógica de protesto contra os dois partidos de poder, falava-se da

⁴⁷⁵ Eduardo Prado Coelho, *Op. Cit.*, p. LXXIV.

⁴⁷⁶ Vergílio Ferreira, «Questionação a Foucault e a algum Estruturalismo», *O Tempo e o Modo*, nº 56, Janeiro, 1968, p.22

⁴⁷⁷ Eduardo Lourenço, «Michel Foucault ou o Fim do Humanismo », Id., *Idem*, p.14.

⁴⁷⁸ Matei Calinescu, *As 5 faces da Modernidade*, p.117.

⁴⁷⁹ João Barrento, *A Espiral Vertiginosa*, p. 20.

⁴⁸⁰ Miguel Real, *A Geração de 90*, p. 56.

⁴⁸¹ Júlio Castro Caldas, «América, América...», *O Tempo e o Modo*, nº57-58, Fevereiro-Março, 1968, pp.219-225.

⁴⁸² Alfredo Barroso, «U.S.A.: O Sistema e a Guerra», Id., *Idem*, p.226.

⁴⁸³ José Luís Nunes, «A mistificação Necessária», Id., nº59, Abril, 1968, p. 435.

candidatura do *Peace and Freedom Party*, e do seu candidato Eldridge Cleaver,⁴⁸⁴ às eleições presidenciais de 1968, deixando claro que o descontentamento em relação ao sistema era real e cada vez mais forte⁴⁸⁵. Com efeito, a revista não poucas vezes criticou os Estados Unidos. Repare-se no excerto de um outro texto de Alfredo Barroso, nome sempre importante nas críticas ao imperialismo norte-americano, sobre a eleição de Richard Nixon: «A América de 1968, a América do Vietname, a América dos brancos e dos negros, da opulência e da pobreza, a América da coexistência pacífica, elegeu seu presidente o homem que John Fitzgerald Kennedy derrotou nas eleições presidenciais de 1960; o homem que se afirmara, então disposto a defender por qualquer preço as ilhas Mats e Quemoy sob o governo de Chiang-Kai-Check; que mais tarde apoiaria também Barry Goldwater na sua candidatura à Casa Branca; que em 1962 anunciara retirar-se da cena política americana, após a estrondosa derrota que lhe infligiu um obscuro candidato ao cargo de governador da Califórnia, para agora se lançar de novo, e vitoriosamente, na senda da ambição e do poder»⁴⁸⁶. A coragem havia desaparecido em Dallas com uma bala na cabeça de Kennedy. Com o assassinato de Luther King já não existia plataforma para uma solução pacífica do problema negro. Robert Kennedy estava morto. Restava Nixon, a violência policial e a violência militar⁴⁸⁷.

Embora não houvesse ninguém a escrever sobre o que se passava em França, a capa dos números de Maio e de Junho de 1968 continha uma fotografia na qual milhares de jovens se manifestavam contra o político francês Christian Fouchet, ministro da Educação entre 1962 e 1967. Esta talvez tivesse sido a forma encontrada pela redacção de *O Tempo e o Modo* para dar conta do Maio de 68 sem interferência da censura. Nessa mesma altura, dava-se destaque à Checoslováquia. Perante a des-estalinização praticada por Dubcek, perguntava-se: «Irá ela finalmente acabar com o fosso que separa a teoria da prática socialista, o discurso da realidade?»⁴⁸⁸. Note-se que, nos números de Maio e Junho de 1969, a revista voltou a exhibir capas fracturantes (fotografias do II Congresso

⁴⁸⁴ Partido da Paz e da Liberdade. Ligado ao movimento pelos direitos civis e à luta das mulheres.

⁴⁸⁵ Martine Sudre, «O Peace and Freedom Party: Uma Experiência Americana», *O Tempo e o Modo*, nº68, Fevereiro, 1969, p.144.

⁴⁸⁶ Alfredo Barroso, «América País de Nixon», Id., nº64-65-66, Out.-Nov.-Dez., 1968, p. 788.

⁴⁸⁷ Id., *Idem*, pp.797-798.

⁴⁸⁸ Ílios Ianannakis, «Nascimento de uma Oposição Socialista no Seio do Socialismo», Id., nº601/61, Maio-Junho, 1968, p.549.

Republicano de Aveiro e do Bispo do Porto), sem, no entanto, publicar qualquer artigo sobre essas mesmas imagens⁴⁸⁹.

Os números dedicados a Marcelo Caetano durante o Verão de 1968⁴⁹⁰ revelavam as esperanças de vários colaboradores da revista no novo governante nacional. António Alçada Baptista referia que, apesar do tipo de sociedade onde gostaria de viver residir longe da sociedade em que vivia, esperava que, com todas suas qualidades, Caetano pudesse vir a contribuir para a criação de uma sociedade pluralista⁴⁹¹. Eduardo Prado Coelho mostrava-se confiante: «Basta folharmos certos jornais e outros meios de informação para darmos conta de um espírito renovador que a pouco e pouco se tenta instalar e que se baseia fundamentalmente em princípios de verdade, de informação tanto quanto possível ampla e objectiva, de esclarecimento, de diálogo e de compreensão»⁴⁹². Apontando o isolamento e o alheamento como elementos de diminuição intelectual da comunidade portuguesa, Francisco Pinto Balsemão garantia que o país necessitava do direito à informação, da liberdade de expressão e de associação⁴⁹³. No seu estilo muitas vezes rebelde, Nuno Bragança, autor de *A Noite e o Riso* (1969), livro que juntava a experiência surrealista a certas tendências do *nouveau roman*, exprimia-se desta maneira: «Pela primeira vez na minha vida consciente de haver governação, um Chefe do Governo português existe, que não se chame Salazar. Essa mudança irreversível é, mais do que política, histórica. Daí que o facto desperte em mim aquele salto íntimo da atenção que a política *tout court* nunca despertará»⁴⁹⁴. Não sendo demasiado imprudentes nas suas palavras, os colaboradores de *O Tempo e o Modo* sentiam que podiam exprimir uma vontade que lhes parecia universal de pluralismo, de modernidade. Eis um excerto de um texto que pode servir de resumo para tal necessidade: «A modernidade é um imperativo, é uma exigência, é um trunfo inestimável de todas as evoluções na continuidade a que estamos a assistir na Europa geográfica dos nossos dias. A modernidade (*esta* modernidade) envolve aberturas, realismos, reestruturações, novos estilos, novos homens – nem sempre e nem todos...A modernidade é a tecnocracia política do fim dos anos 60,

⁴⁸⁹ Id., n.º71/72, Maio/Junho, 1969.

⁴⁹⁰ Id., n.º62/63, Julho-Agosto, 1968.

⁴⁹¹ Id., *Idem*, p. 636.

⁴⁹² Id., *Idem*, p. 637.

⁴⁹³ Francisco Pinto Balsemão «Respirar de outra maneira», Id., p. 638.

⁴⁹⁴ Nuno Bragança, «Ver ou não ver», Id., *Idem*, p. 645.

cansados que estamos (estão) de parlamentarismos estiolantes e de imobilismos pouco lucrativos»⁴⁹⁵. A esperança voltaria a reflectir-se aquando das eleições legislativas de 1969: «Vamos a isto! Nada de modas antigas: a U.N. e o regime estão dispostas a viver um “New Style” político em que precisam contudo de oposições derrotadas, numa palavra de oposições»⁴⁹⁶. Contudo, nos números de 1970, textos como este demonstravam-se portadores de uma desilusão crescente em relação às promessas não cumpridas de abertura do regime: «A necessidade de assegurar a unidade política do bloco no poder e as dificuldades do extracto hegemónico em consolidar a sua posição, polarizando politicamente os interesses dos co-gestores do sistema, parecem explicar que também aqui se tenha mantido o quadro institucional de 33, embora “vivificado”. A A.N.P. surge-nos no processo político em curso, mais como uma frente conservadora alargada do que como aquele partido de direita moderna que alguns sonharam»⁴⁹⁷.

Antes de 1968, a crítica de costumes só encontrou na revista um artigo de José Cardoso Pires, no *dossier Os Mitos*⁴⁹⁸. Nesse ano, com textos de autores como Robert Musil, Sade, Kierkegaard, Marcel Proust, Rainer Maria Rilke, Henry Miller, com uma antologia que contava com autores como Edgar Morin ou Wilhelm Reich, e com depoimentos de vários autores portugueses, tais como Eduardo Prado Coelho, Vergílio Ferreira, Nuno Bragança, Maria Velho da Costa, entre outros, o caderno *O Casamento* representava uma grande inovação em relação a tudo o que já se havia publicado em termos de contracultura em Portugal. Embora já analisado⁴⁹⁹, importa referir o que estava em causa. Era ideia geral dos autores que, na questão do casamento, interferiam as diferentes exigências de liberdade feminina: a liberdade biológica (o não perder a liberdade tendo filhos), a liberdade económica, a liberdade cultural, a liberdade emocional⁵⁰⁰. Ao mesmo tempo que não queriam deixar de ter uma carreira por causa do

⁴⁹⁵ Sebastião Lima Rego, «Modernidade quem a não tem?», Id., nº71/72, Maio/Junho, 1969, p.427.

⁴⁹⁶ Id., «Vamos a isto das eleições», Id., nº73-Nova Série, Dezembro, 1969, p.13.

⁴⁹⁷ José Soares, «Em busca de um novo modelo político (ou a chamada “Liberalização”)», Id., nº79-Nova Série, Maio, 1970, p.5.

⁴⁹⁸ José Cardoso Pires, «O Mito da Mulher: O “Homem” –Solidão e Ar Condicionado», Id., nº25/26, Março/Abril, 1965, pp. 310-318.

⁴⁹⁹ Ver Mário Rui Gomes Alves Dias, «*O Tempo e O Modo*»: *Um Itinerário Ensaístico de um Receptor de Modernidade*, tese de Mestrado em História das Ideologias e das Utopias Contemporâneas, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006.

⁵⁰⁰ Azevedo e Silva, «Casamento e psicanálise», *O Casamento, Cadernos o Tempo e O Modo*, nº2, 1968, p. 76.

factor biológico (os filhos), as mulheres queriam estudar, competir com os homens e, *last but not least*, procurar prazer. Tudo isso deveria acontecer fora do casamento. Se a mulher casada chorava, as mulheres solteiras e divorciadas eram felizes. Citando Morin: «Quanto mais se enfraquecem as grandes religiões e os grandes sistemas de veneração (Pátria, Família), tanto maior importância ganha a religião do amor»⁵⁰¹. Parafraseando o Marquês de Sade, nunca um acto de posse poderia ser exercido sobre um ser livre, uma vez que era tão injusto possuir exclusivamente uma mulher quanto um escravo⁵⁰².

Datava de Janeiro de 1970 um artigo sobre educação sexual. Fazia-se uma abordagem directa à homossexualidade: «Os factos revelados pelo relatório Kinsey e que mostram que a homossexualidade exclusiva tem uma incidência de 4% nos Estados Unidos, e que cerca de 10% foram exclusivamente homossexuais por um período de pelo menos 3 anos consecutivos»⁵⁰³. Mais adiante: «muitos homens considerados normais de facto se entregam a actos homossexuais ocasionalmente, o que mostra que a maioria dos homens são potencialmente capazes de sentir prazer de fonte homossexual»⁵⁰⁴. Textos desta natureza não seriam publicáveis sob o comando de Salazar. O mesmo se diria, por exemplo, a respeito de uma recensão crítica de *Maio e a Crise da Civilização Burguesa*, de António José Saraiva.

⁵⁰¹ Edgar Morin, «O complexo do amor», Id., *Idem*, p.94

⁵⁰² Sade, «Français, encore un effort...», *O Tempo e o Modo*, n.º75-Nova Série, Janeiro, 1970, p 150.

⁵⁰³ Afonso de Albuquerque, «Uma introdução à Psicologia da Sexualidade», Id., n.º75-Nova Série, Janeiro, 1970, p 38.

⁵⁰⁴ Id., *Idem*, p. 39.

9. Conclusão

Em *A Sociedade do Consumo* (1970), notou Jean Baudrillard que, com fenómenos como a poluição da água e do ar, com a destruição de paisagens e de lugares ou a com a construção desenfreada de auto-estradas e de automóveis, a sociedade de consumo, centrada numa vida quotidiana alimentada pelo excesso de abundância tecnológica e material, caracterizou-se pela insegurança generalizada⁵⁰⁵. Em nome do bem-estar, os homens desperdiçaram luxo, condenaram os objectos de consumo à efemeridade. Difundindo a ideia de que o crescimento económico produzia abundância e, por isso, mais igualdade e mais democracia, a sociedade de consumo fez precisamente o contrário: a ilusão da evolução tecnológica, do acesso geral a bens produzidos em massa como a televisão, apenas propagandeou uma sociedade repressiva e de «dominação». A lógica da mercadoria regulou, não apenas os processos de trabalho, mas toda a cultura, a sexualidade, as relações humanas e as pulsões individuais. Todas as necessidades foram manipuladas pelo lucro, pela imagem, por uma falsa ideia de propriedade. Como sugere Guy Debord, numa sociedade transformada em espectáculo, a alienação deixou de se caracterizar apenas por uma degradação do «ser» em «ter», tendo passado a uma degradação ulterior do «ter» em «parecer»⁵⁰⁶. A realidade do espectador passivo deixou de pertencer ao tempo real mas ao tempo da publicidade⁵⁰⁷. O espectáculo não é mais do que o reinado da economia mercantil, o predomínio da economia sobre a sociedade, o predomínio dos produtos, das marcas, das imagens, dos signos, sobre os homens.

Entre 1968 e 1970, a crítica à sociedade de consumo foi temática explorada por quase toda a imprensa portuguesa oposicionista. Filmes como *Bonnie and Clyde* ou *Blow-Up* foram descritos como reacções a um mundo cada vez mais violento, desumanizado, tirânico, no qual os homens não passavam de criaturas solitárias, sem

⁵⁰⁵ Jean Baudrillard, *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, 2007, p.35.

⁵⁰⁶ Anselm Jappe, *Guy Debord*, Lisboa, 2008, p.17.

⁵⁰⁷ Guy Debord, *A Sociedade do Espectáculo*, Lisboa, 1991, p.127

possibilidade de comunicarem umas com as outras. À semelhança de Wyatt (Peter Fonda) e de Billy (Dennis Hopper), personagens de *Easy Rider* (1969)⁵⁰⁸, os dois assaltantes de bancos do filme de Arthur Penn foram vistos como pessoas idealistas e apaixonadas pela conquista da felicidade numa sociedade corrupta e opressora. Colunistas como Fernando Namora ou Vítor da Silva Tavares alertaram para a necessidade de libertação do homem moderno do jugo da técnica, da máquina. De modo a despir de mentiras um planeta cada vez mais perigoso e brutal, Vicente Jorge Silva defendeu, no *Comércio do Funchal*, a exploração da violência no cinema. Sidney Poitier disse que os seus filmes eram violentos para que o mundo se pudesse ver ao espelho. Simples filmes de acção, como *Bullit*, foram considerados gritos de protesto contra a mecanização do homem.

Vendo a América como a pátria do racismo, da brutalidade, alguma imprensa portuguesa que combatia a alienação dedicou muita da sua atenção ao comentário da política americana. Contra a guerra colonial em África, mas silenciada pela ditadura, esta imprensa encontrou na guerra do Vietname um bom pretexto para apelar à paz. Se, marchando contra Saigão, os estudantes portugueses exprimiram o seu descontentamento em relação à guerra em África, o mesmo aconteceu com os jornais que, raramente fazendo alusões à guerra colonial, aproveitaram a presença das forças militares americanas na Indochina para se colocarem contra qualquer tipo de colonialismo. Dir-se-ia, ainda, que o interesse da imprensa oposicionista portuguesa pelos direitos civis dos negros não se deveu apenas a uma simples vontade de informar leitores. A reivindicação dos negros encontrou correspondência com o combate que os colunistas presentes nestes jornais tentaram encetar contra o Estado Novo. Dando conta da violência exercida contra os negros, do racismo, das leis segregacionistas ou citando personalidades como Malcolm X ou Stokely Carmichael, alertou-se para o facto de também os portugueses se encontrarem privados dos mais básicos direitos. À semelhança dos negros, ainda muito empenhados na afirmação dos seus direitos de voto, os jornalistas clamaram por valores democráticos. O mesmo efeito teve a divulgação de notícias referentes a manifestações de estudantes em Espanha ou na Grécia, contra as respectivas ditaduras.

⁵⁰⁸ Dois homens unidos pelo desejo de viajarem de Los Angeles até Nova Orleães nas suas motas.

A imprensa nacional adepta da mudança recorreu frequentemente à imagem para protestar contra as selvajarias cometidas no Vietname, nos guetos, onde os negros foram rebaixados a uma condição desumana, ou na universidade, palco de embate entre estudantes e forças policiais. Imagens de corpos de adultos e de crianças mutiladas, mostrando como a guerra feria, ensanguentava, estilhaçava, figuraram em quase todas as publicações nacionais. Citando uma frase de Gore Vidal: «Não é tanto o que as coisas são que importa, quanto a forma como são vistas⁵⁰⁹». Havendo fotografias, a guerra torna-se real. Em Portugal, quase todos os jornais, mesmo os mais ligados ao Estado Novo, encheram as manchetes dos primeiros dias de Fevereiro de 1968 com fotografias dos mortos do Tet. Publicações como *Comércio do Funchal*, *Vida Mundial*, *Flama*, *O Século Ilustrado* ou *Diário de Lisboa* foram aquelas que deram mais valor à imagem enquanto móbil de mudança. Se crónicas como as de Oriana Fallacci se revelaram eficazes na promoção da campanha contra as políticas bélicas americanas, as imagens de civis mortos e de casas demolidas avivaram ainda mais o ódio contra a política externa de Richard Nixon. No protesto, a fotografia teve tanta ou mais importância do que a escrita. Susan Sontag, conhecida activista contra o belicismo americano, que incluiu a descrição de uma viagem a Hanoi no livro *Styles of Radical Will* (1969), defendeu que a grande vantagem da fotografia em relação à escrita residia no facto de a primeira usar uma linguagem acessível a todos⁵¹⁰. Olhando para as imagens, os espectadores chocavam-se, chegavam à conclusão de que a guerra não passava de uma aberração.

Também o movimento dos direitos civis usou de forma eficaz a câmara para promover as suas causas. Ao lado de fotografias de jovens empunhando símbolos que apelavam à paz, à justiça e à liberdade, exibiram-se imagens de defensores da supremacia dos brancos nos Estados do Sul. Durante as manifestações pelo fim da segregação dos anos 50 e 60, Bull Connor, Comissário da Polícia de Birmingham, no Alabama, e os seus homens ganharam a preferência dos fotojornalistas. Lançando jactos de água para cima dos manifestantes, aticando cães para atacar estudantes que defendiam a não-violência de Martin Luther King, descarregando bastonadas na multidão, as forças lideradas por Bull Connor encarnaram o mal. Os fotógrafos captaram as caras dos agressores, as quais

⁵⁰⁹ Gore Vidal, *Navegação Ponto por Ponto: Memórias 1964-2006* (2006), Lisboa, 2007, p.16.

⁵¹⁰ Susan Sontag, *Olhando o Sofrimento dos Outros*, Viseu, 2003, p. 27.

revelavam ódio contra os negros que apenas queriam liberdade. As imagens de violência chocaram as consciências das pessoas decentes e despertaram uma forte simpatia pelo movimento dos direitos civis um pouco por todo o mundo⁵¹¹.

Entre 1968 e 1970, houve expectativas nos jornais portugueses. Com a ascensão de Marcelo Caetano ao poder, alguns pensaram que a liberdade de que Salazar privara o país durante várias décadas acabaria por voltar. Entre Setembro de 1968, altura da nomeação do novo Presidente do Conselho, e Outubro de 1969, data das eleições, vários jornais concederam o benefício da dúvida ao novo líder. Na imprensa adepta de Marcelo Caetano, por exemplo, não se encontrou nenhum jornal que nutrisse simpatia pelo Estado Novo. Periódicos como *Diário Popular*, *República*, *A Capital* ou *Jornal do Fundão* não se bateram menos do que outros pela conquista de direitos como a liberdade de expressão. Simplesmente, afirmaram que Marcelo Caetano era o homem ideal para acabar com a ditadura e para instaurar uma democracia ordeira, sem excessos, que não permitisse desordens, e que defendesse, melhor do que os americanos no Vietname, as províncias ultramarinas dos ataques dos «terroristas» a soldo dos comunistas em Angola, em Moçambique e na Guiné. Mesmo em publicações como *O Tempo e o Modo*, alguns autores esperaram que Marcelo Caetano colocasse Portugal no caminho da modernização. Portanto, quando se caracteriza determinado jornal como sendo apoiante do marcelismo, tal não significa que esse mesmo jornal não baseie os seus princípios em valores como a liberdade ou a democracia.

De modo diferente contribuiu a imprensa católica para o debate sobre a liberdade em Portugal. Se jornais ligados à hierarquia da Igreja, como *A Voz*, *Novidades* ou *Ordem*, não divergiam do Estado Novo em termos ideológicos e criticavam, inclusive, quem se insurgia contra a paralisia nacional, o mesmo não se pode afirmar sobre publicações que, seguindo o espírito do Concílio Vaticano II, expressaram vontade de renovação. Depois da publicação da *Pacem in Terris*, em Abril de 1963, católicos como Nuno Teotónio Pereira ou o Padre Felicidade Alves, infiltrados no mundo clandestino, impulsionaram publicações como *7 Cadernos Sobre a Guerra Colonial – Colonialismo e Lutas de Libertação* ou os *Cadernos GEDOC*, protestando directamente contra o Estado Novo e contra a guerra colonial. Já periódicos destinados a jovens católicos como *Alleluia* ou

⁵¹¹ David Hackett Fischer, *Liberty and Freedom*, Oxford, 2005, p.614.

Clube 21, para além de apelarem à paz em África e de pedirem mais liberdade de expressão para os portugueses, divulgaram a canção de protesto, o cinema de Godard, os poetas contestatários, pediram mais direitos para os negros segregados nos Estados Unidos e para os estudantes universitários vitimados por cargas policiais. Aqui residiu uma das singularidades da contracultura em Portugal. Contrariamente ao que aconteceu nos Estados Unidos, onde homens religiosos, mas não católicos, como Luther King ou Malcolm X, foram figuras de destaque da luta pelas liberdades individuais, em Portugal, o catolicismo ocupou um espaço significativo no campo da oposição à ditadura. A partir da década de 60, os católicos começaram a partilhar, muitas vezes em confronto, outras vezes em diálogo, o espaço oposicionista com os neo-realistas e com o Partido Comunista. Não por acaso, uma das principais caras da oposição foi o Bispo do Porto.

No que se refere a questões como o aborto, os métodos contraceptivos ou o sexo, a imprensa católica que protestava política e culturalmente não acompanhou o mundo jovem do qual a *New Left* era o principal guia. A religião não teve como objectivo a defesa da utilização de drogas como ponte de escape de um mundo alienado ou a apologia de um filósofo influenciado por Marx e Freud, como Marcuse. Por isso, repare-se que só se pode falar de contracultura na imprensa católica pelo facto de o Portugal de então ser um país no qual prevaleceu o fechamento imposto pela ditadura. Todavia, esse fechamento mental, ideológico, político e cultural, que faz com que se possa falar de catolicismo em protesto, é o mesmo que dá interesse ao tema do presente trabalho. Provavelmente, se Portugal tivesse vivido a década de 60 em democracia, com diferentes partidos políticos alternando no poder, com os cidadãos em pleno gozo dos seus direitos, com os artistas criando livremente, a imprensa periódica e seus colaboradores não teriam tido tanto relevo na difusão de uma cultura que visava combater os valores culturais e políticos vigentes. O mesmo poder-se-ia aplicar à imprensa que defendia o Estado Novo. Muitas vezes, jornais como o *Diário de Notícias* ou o católico mas nada heterodoxo *A Voz* mantiveram uma postura mais inflexível em relação à necessidade de modernizar o país do que o próprio Marcelo Caetano. Isso aconteceu por existir um governo que cobria aqueles que o propagandeavam incondicionalmente.

O carácter fechado da sociedade portuguesa do período marcelista é determinante para a compreensão da influência que um simples artigo de jornal poderia ter para

modificar os comportamentos de uma população. No livro *The Tipping Point* (2000), o americano Malcolm Gladwell demonstra como fenómenos sociais ou ideias se espalham pela sociedade por contágios, funcionando como verdadeiras «epidemias», isto é, como uma gripe que uma criança leva para a escola e pega a toda a sua turma. A partir de poucas pessoas, uma ideia original difunde-se pela sociedade como se de um vírus se tratasse, passando a ser comumente aceite⁵¹². Adaptando a teoria de Gladwell, dir-se-ia que, partindo dos jornais e dos seus colaboradores, mensagens originais para um ambiente ditatorial, como aquelas que vieram, por exemplo, de Rudi Dutschke ou de Stokely Carmichael, duas figuras pouco ou nada divulgadas por entre a população portuguesa, chegaram a um vasto número de leitores e impuseram uma vontade de mudar, de chegar à liberdade. Os jornais não só divulgaram autores estrangeiros que apelavam à revolução e à liberdade, como foram eles próprios autores de mensagens revolucionárias, libertárias.

Entre 1968 e 1974, *O Diário de Notícias*, com 20,6% de leitores, o *Diário Popular*, com 18,9%, o *Primeiro de Janeiro*, com 16,7%, *O Século*, com 11,7%, *A Capital*, com 7,6%, o *Comércio do Porto*, com 7%, e o *República*, com 5,9%, todos periódicos que revelavam pouca disposição para protestar, eram os mais lidos do país. O único jornal relevante para o protesto que se intrometia nesta ordem era o *Diário de Lisboa*, com 9,8% de leitores. No que se refere à imprensa não-diária, a situação alterava-se. *O Século Ilustrado*, com 21,2%, *a Flama*, com 12,8%, *a Vida Mundial*, com 9,6 %, *a Seara Nova*, com 4,2%, o *Comércio do Funchal*, com 1,6%, *O Tempo e o Modo*, com 1,3%, e o *Notícias da Amadora*, com 1,3 %, todos fundamentais para a divulgação da contracultura no nosso país, estavam entre os mais lidos⁵¹³. Se se tentasse aplicar a Lei dos Poucos de Gladwell (a mudança é feita por poucos indivíduos) aos jornais, ver-se-ia que, se os periódicos diários interessados na difusão de mensagens contraculturais não constituíram uma maioria, quando se chega à imprensa semanal e mensal, o panorama muda radicalmente, uma vez que os mais lidos sobressaíram todos por protestarem. O que leva a que se conclua que, se a tese de que os periódicos tiveram um papel de destaque na transmissão de valores diferentes ao país tem bastante validade, não se pode

⁵¹² Malcolm Gladwell, *The Tipping Point*, p.22.

⁵¹³ Ver Ana Cabrera, *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*.

dizer que tenha havido um pequeno número de jornais a lutarem contra um grande número na defesa do protesto, uma vez que, se os diários eram quase todos conservadores, os semanários e mensais mais lidos não punham de lado questões contraculturais.

10. Fontes e Bibliografia

1.Fontes

1.1.Periódicos

- *A Capital*, Lisboa, 1968-1970.
- *A Ordem*, Porto, 1968-1970.
- *A Voz*, Lisboa, 1968-1970.
- *Alleluia*, Lisboa, 1968-1971.
- *Cadernos do GEDOC*, Lisboa, 1969-1970.
- *Cinéfilo*, Lisboa, 1966-1971.
- *Clube 21*, Lisboa, 1967-1969.
- *Comércio do Funchal*, Funchal, 1968-1970.
- *Comércio do Porto*, Porto, 1968-1970.
- *Diário de Lisboa*, Lisboa, 1968-1970.
- *Diário da Manhã*, Lisboa, 1968-1970.
- *Diário de Notícias*, Lisboa, 1968-1970.
- *Diário Popular*, Lisboa, 1968-1970.
- *Encontro*, Lisboa, 1967-1969.
- *Flama*, Lisboa, 1968-1970.
- *Jornal do Fundão*, Fundão, 1968-1970.
- *Jornal de Letras e Artes*, Lisboa, 1968-1970.

- *Jornal de Notícias*, Porto, 1968-1970.
- *Mundo da Canção*, Porto, 1969-1970.
- *Notícias da Amadora*, Amadora, 1968-1970.
- *Novidades*, Lisboa, 1968-1970.
- *O Século*, Lisboa, 1968-1970.
- *O Tempo e o Modo*, Lisboa, 1967-1969.
- *Rastilho*, Lisboa, 1968-1969.
- *República*, Lisboa, 1968-1970.
- *Rumo*, Lisboa, 1969-1970.
- *Seara Nova*, Lisboa, 1968-1970.
- *Vértice*, Coimbra, 1968-1970.
- *Via Latina*, Coimbra, 1966-1970.
- *Vida Mundial*, Lisboa, 1968-1970.
- *Voz Portucalense*, Porto, 1970.

1.2. Ensaios

AA.VV., *Marcuse Polémico*, Lisboa, Editorial Presença, 1969.

ARON, Raymond, *A Revolução Inexistente: Reflexões sobre a Revolução de Maio*, Lisboa, Bertrand, 1968.

—, *O Espectador Comprometido*, Lisboa, Moraes, 1983.

MARCUSE, Herbert, *Counterrevolution and Revolt*, Boston, Beacon Press, 1972.

—, *Um Ensaio para a Libertação*, Amadora, Bertrand, 1977.

—, *One-Dimensional Man*, Boston, Beacon Press, 1991.

REICH, Wilhelm, *Escuta, Zé Ninguém!*, Lisboa, D.Quixote, 1972.

—, *A irrupção da moral sexual repressiva*, Porto, Escorpião, 1974.

—, *A Revolução Sexual*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

ROSZAK, Theodore, *Para uma Contracultura*, Lisboa, D. Quixote, 1971.

SARAIVA, António José, *Maio e a Crise da Civilização Burguesa*, Lisboa, Europa-América, 1970.

1.3. Literatura portuguesa

ALEGRE, Manuel, *Praça da Canção / O Canto e as Armas*, Porto, D. Quixote, 2000.

BARRENO, Maria Isabel, COSTA, Maria Velho da, e HORTA, Maria Teresa, *Novas cartas portuguesas*, Lisboa, Futura, 1974.

BELO, Ruy, *Homem de Palavra (s)*, Lisboa, Presença, 1997.

—, *País Possível*, Lisboa, Presença, 1998.

BRAGANÇA, Nuno, *A Noite e o Riso*, Lisboa, Moraes, 1971.

—, *Square Tolstoi*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1981.

—, *Estação*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1984.

COSTA, Maria Velho da, *Maina Mendes*, Lisboa, Moraes, 1977.

FARIA, Almeida, *A Paixão*, Alfragide, Leya, 2008.

FERREIRA, Vergílio, *Invocação ao Meu Corpo*, Lisboa, Portugália, 1960.

—, *Alegria Breve*, Lisboa, Bertrand Editora, 1991.

—, *Até ao Fim*, Lisboa, Bertrand Editora, 1997.

FILIPPE, Daniel, *A invenção do amor e outros poemas*, Lisboa, Presença, 1972.

LEIRIA, Mário Henrique, *Contos do Gin-Tonic*, Lisboa, Estampa, 1976.

- MONTEIRO, Luís Sttau, *A Guidinha Antes e Depois*, Lisboa, O Independente, 2004.
- MOURÃO-FERREIRA, David, *Os Amantes e Outros Contos*, Lisboa, D. Quixote, 1981.
- NAMORA, Fernando, *Um Sino na Montanha*, Amadora, Bertrand, 1979.
- , *Marketing*, Mem Martin, Europa-América, 2002.
- PIRES, José Cardoso, *O Hóspede de Job*, Lisboa, Arcádia, 1963.
- , *Balada da Praia dos Cães, Dissertação sobre Um Crime*, Lisboa, D. Quixote, 1999.
- , *O Delfim*, Lisboa, D. Quixote, 1999.

1.4. Literatura estrangeira

- BUKOWSKI, Charles, *Mulheres*, Lisboa, D. Quixote, 2003.
- BURROUGHS, William, *Festim Nu*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.
- CAMUS, Albert, *A Peste*, Lisboa, Livros do Brasil, 2003.
- FERNANDES, Millôr, *Pif-Paf*, Lisboa, O Independente, 2004.
- GINSBERG, Allen, *Collected Poems 1947-1980*, Nova Iorque, HarperPerennial, 1984.
- KEROUAC, Jack, *Pela Estrada Fora*, Lisboa, Ulisseia, 1960.
- , *Big Sur*, Lisboa, Relógio D'Água, 1999.
- MAILER, Norman, *The Armies of the Night*, Nova Iorque, Penguin Books, 1994
- MILES, Barry, *Allen Ginsberg: A Biography*, Londres, Virgin Books, 2002.
- MILLER, Henry, *Trópico de Capricórnio*, Lisboa, Livros do Brasil, 1976.
- , *Trópico de Câncer*, Lisboa, Livros do Brasil, 1986.
- NIN, Anaïs, *Escadas de Incêndio*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1983.

VIDAL, Gore, *Navegação Ponto por Ponto, Memórias 1964-2006*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2007.

WOLFE, Tom, *The Electric Kool-Aid Acid Test*, Nova Iorque, Picador, 2008.

2. Bibliografia

2.1. Obras de referência

Dicionários e Enciclopédias

McLEAN, Iain (dir.), *Oxford, Concise Dictionary of Politics*, Oxford, Oxford Univ. Press, 1996.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Lisboa e S. Paulo, Editorial Verbo, 1998.

Dicionários da História do Estado Novo

BARRETO, António, e MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vols. VII e VIII, Porto, Figueirinhas, 1999.

ROSAS, Fernando, BRITO, José M. Brandão de (coords.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vols. I e II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

2.2. Obras de carácter geral

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

MEDINA, João (dir.), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias: O “Estado Novo” II Oposição e Resistência*, vol. XIII, Alfragide, Ediclube, 1994.

REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. V, Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1989.

2.3. Estudos específicos

Estado Novo e a imprensa

ADÃO, Áurea, e MATOS, Sérgio Campos, «A Imprensa Periódica: memória da educação», *Histórias Reconstruídas*, São Paulo, Cortez Ed., 2004.

AMARAL, Diogo Freitas do, *O Antigo Regime e a Revolução, Memórias Políticas (1941-1975)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

ANTUNES, José Freire, *O Império com Pés de Barro*, Lisboa, D. Quixote, 1980.

AZEVEDO, Cândido de, *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano – Imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*, Lisboa, Editorial Caminho, 1999.

CABRERA, Ana, *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

CARVALHO, Alberto Arons de, *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa, Seara Nova, 1973.

LOURENÇO, Eduardo, *Cultura e Política na Época Marcelista*, Lisboa, Cosmos, 1996.

OLIVEIRA, Pedro Aires de, *A Política Externa no Marcelismo: a Questão Africana*, Lisboa, Colibri, 1999.

OLIVEIRA, Pedro Aires de, e ROSAS, Fernando (coord.), *A Transição Falhada: o Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Notícias, 2004.

TORGAL, Luís Reis, *Estados Novos, Estado Novo*, Coimbra, Imprensa da Univ. de Coimbra, 2009.

VALENTE, Vasco Pulido, *Marcello Caetano, As desventuras da Razão*, Braga, Gótica, 2002.

Ensaio sobre a sociedade portuguesa

BARRETO, António, *Tempo de Mudança*, Lisboa, Relógio d'Água, 1996.

—, *Tempo de Incerteza*, Lisboa, Relógio d'Água, 2002.

MÓNICA, Maria Filomena, *Cenas da Vida Portuguesa*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999.

RAMOS, Rui, *Outra Opinião, Ensaio de História*, Lisboa, O Independente, 2004.

REAL, Miguel, *Geração de 90, Romance e sociedade no Portugal Contemporâneo*, Porto, Campo das Letras, 2001.

Movimentos estudantis em Portugal

BEBIANO, Rui, *O Poder da Imaginação – Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60*, Coimbra, Angelus Novus, 2003.

CAIADO, Nuno, *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, Inst. De Estudos para o Desenvolvimento, 1990.

CARDINA, Miguel, *A politização do meio estudantil coimbrão durante o marcelismo*, tese de mestrado em História das Ideologias e Utopias Contemporâneas, Fac. de Letras, Univ. de Coimbra, 2005.

CRUZEIRO, Celso, *Coimbra, 1969. A crise académica, o debate das ideias e a prática, ontem e hoje*, Porto, Celso Cruzeiro e Edições Afrontamento, 1989.

ESTANQUE, Elísio, e BEBIANO, Rui, *Do Activismo à indiferença: movimentos estudantis em Coimbra*, Lisboa, ICS, 2007.

PROENÇA, Maria Cândida (coord.), *Maio de 1968: trinta anos depois. Os movimentos estudantis em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 1999.

SARMENTO, Cristina Montalvão, *Os Guardiões dos Sonhos, Teorias e Práticas Políticas dos anos 60*, Lisboa, Colibri, 2009.

Concílio Vaticano II e católicos em Portugal

ALMEIDA, João Miguel, *A Oposição Católica ao Estado Novo 1958-1974*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008.

ALVES, Pe. Felicidade, *Exposição feita ao Conselho Paroquial de Santa Maria de Belém*, a 19 de Abril de 1968.

CRUZ, Manuel Braga da, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Bizâncio, 1999.

DIAS, Mário Alves, *"O Tempo e o Modo": um itinerário ensaístico de um receptor de modernidade*, Tese de Mestrado em História das Ideologias e das Utopias Contemporâneas, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

ESTÊVÃO, Nuno, «O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e Acção (1963-1967)», *Lusitânia Sacra – Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, Tomo VI, Lisboa, Univ. Católica, 1994.

FLORISTÁN, Casiano, *Vaticano II, Um Concílio Pastoral*, Lisboa, Paulistas, 1990.

FONTES, Paulo, «A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja em Portugal», *Lusitânia Sacra – Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, Tomo VI, Lisboa, Univ. Católica, 1994.

LOPES, Joana, *Entre as Brumas da Memória. Os Católicos Portugueses e a Ditadura*, Lisboa, Ambar, 2007.

LOURENÇO, Eduardo, *Heterodoxia I*, Lisboa, Gradiva, 2005.

MACARA, Maria Teresa, e COSTA, Augusta dos Santo, *G.E.D.O.C.: «O que ouves em segredo proclama-o sobre os telhados...»*, Trabalho de curso em História de Portugal Contemporâneo, Faculdade de Letras de Lisboa, 2000.

MOUNIER, Emmanuel, *O Personalismo*, Lisboa, Moraes, 1976.

REVEZ, Jorge, *Os Vencidos do Catolicismo. Militância e Atitudes Críticas (1958-1974)*, Lisboa, Tese de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa, 2008.

2.4. Os anos 60 e as contraculturas

Estados Unidos

FERGUSON, Niall, *Colossus, The Rise and Fall of the American Empire*, Nova Iorque, Penguin Books, 2005.

FISCHER, David Hackett, *Liberty and Freedom*, Oxford, Oxford University Press, 2005.

GLADWELL, Malcolm, *The Tipping Point*, Nova Iorque, Back Bay Books, 2002.

JOHNSON, Paul, *A History of the American People*, Nova Iorque, HarperCollins, 1999.

LINDSEY, Brink, *The Age of Abundance: how prosperity transformed America's politics and culture*, Nova Iorque, HarperCollins, 2008.

PERLSTEIN, Rick, *Nixonland, The rise of a President and the fracturing of America*, Nova Iorque, Simon & Schuster, 2008.

RORABAUGH, W.J., *Kennedy and the Promise of the Sixties*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

Os anos 60

ANDERSON, Terry H., *The Movement and the Sixties*, Oxford, Oxford University Press, 1995.

BISKIND, Peter, *Easy Riders, Raging Bulls*, Nova Iorque, Simon & Schuster, 1998.

ISSERMAN, Maurice, e KAZIN, Michael, *America Divided: The Civil War of the 1960's*, Nova Iorque, Oxford, 2000.

KURLANSKY, Mark *1968: The Year that Rocked the World*, Toronto, Random House Trade Paperback, 2005.

MACDONALD, Ian, *Revolution in the Head, The Beatles' Records and the Sixties*, Chicago, Chicago Review Press, 2007.

MENDEL-REYES, Meta, *Reclaiming Democracy: the sixties in politics and memory*, Nova Iorque, Routledge, 1995.

MILLER, James, *Democracy is in The Streets – “From Port Huron to the Siege of Chicago”*, Nova Iorque, Simon and Schuster, 1987.

PETRIDIS, Alex, *Neil Young*, Londres, Unanimous Ltd., 2000.

SMALL, Melville, *Johnson, Nixon, and the Doves*, Londres, Rutgers University Press, 1989.

Os direitos civis

APPIAH, Kwame, e GATES ,Henry Louise, *AFRICANA, Civil Rights: An A-to-Z Reference of the Movement that Changed America*, Filadélfia, Running Press, 2004.

BALDWIN, James, *Another Country*, Londres, Michael Joseph Ltd., 1963.

FRADY, Marshall, *Martin Luther King, Jr. – a life*, Nova Iorque, Penguin Books, 2002.

HANSEN, Drew D., *The Dream: Martin Luther King Jr., and the Speech that Inspired a Nation*, Nova Iorque, HarperCollins, 2003.

KING, Martin Luther, *The Autobiography of Martin Luther King, Jr.*, Nova Iorque, Abacus, 1999.

MALCOLM X, *The Autobiography of Malcolm X*, Nova Iorque, Ballantine Books, 1973.

ROBERTS, Gene, e KLIBANOFF, Hank, *The Race Beat: The press, the Civil Rights Struggle and the Awakening of a Nation*, Nova Iorque, 2006.

Arte americana nos anos 60

Masters of The Sixties, From New Realism to Pop Art. Nova Iorque, Marisa Del Re Gallery, 1984.

Robert Indiana, Decade: Autoportrait, Nova Iorque, Marisa Del Re Gallery, 1990.

The Popular Image, Pop Art in America, Nova Iorque, Marisa Del Re Gallery, O'Hara Gallery, 1995.

A.R.T, A no-nonsense guide to art and artists, Gloucester, Everyman Publishers, 2001.

The Museum of Modern Art, Nova Iorque, 2004.

Guggenheim Museum Collection: A to Z, Nova Iorque, Guggenheim Museum Publications, 2005.

Cultura, contracultura e sociedade de consumo

AA.VV., *Estruturalismo: antologia de textos teóricos* (dir. Eduardo Prado Coelho), Lisboa, Portugália Editora, 1978.

- ANTUNES, Pe. Manuel, *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, SJ, Tomo I, Theoria: Cultura e Civilização*, vol. IV., Lisboa, Edições Calouste Gulbenkian, 2007.
- BARRENTO, João, *A espiral vertiginosa*, Lisboa, Cotovia, 2001.
- BAUDRILLARD, Jean, *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70, 2007.
- BENJAMIN, Walter, *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa, Relógio D'Água, 1992.
- BERLIN, Isaiah, *Rousseau e outros cinco inimigos da liberdade*, Lisboa, Gradiva, 2005.
- BERMAN, Marshall, *Tudo o que é sólido se dissolve no ar*, Lisboa, Edições 70, 1982.
- CALINESCU, Matei, *As 5 Faces da Modernidade*, Lisboa, Vega, 1999.
- DEBORD, Guy, *A Sociedade do Espectáculo*, Lisboa, *mobilis in mobile*, 1991.
- EISENSTADT, S.N., *Fundamentalismo e Modernidade*, Oeiras, Celta, 1997.
- , *Múltiplas Modernidades*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.
- HOBBSBAM, Eric, *Revolutionaries*, Londres, Abacus, 2007.
- JAPPE, Anselm, *Guy Debord*, Lisboa, Antígona, 2008.
- SONTAG, Susan, *Olhando o Sofrimento dos Outros*, Viseu, Gótica, 2003.
- STEINER, George, *Nostalgia do Absoluto*, Lisboa, Relógio D'Água, 2003.
- ŽIŽEK, Slavoj, *O Sujeito Incómodo, O Centro Ausente da Ontologia Política*, Lisboa, Relógio D'Água, 2009.